



## RIO DE JANEIRO E RONDÔNIA NÃO VÃO REDUZIR ICMS SOBRE COMBUSTÍVEL

Apenas os estados do Rio de Janeiro e de Rondônia indicaram que não vão aderir à proposta de subsídio ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do diesel importado, apresentada pelo governo federal. A informação é do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, em entrevista a jornalistas, nesta quinta-feira (2).

Segundo ele, 90% dos estados já aderiram à subvenção e dois ou três ainda avaliam a proposta e devem dar a resposta hoje ou amanhã (3). A medida busca conter a alta dos combustíveis provocada pela guerra

no Oriente Médio.

De caráter temporário e excepcional, a proposta prevê um subsídio total de R\$ 1,20 por litro de diesel importado por dois meses. Segundo o Ministério da Fazenda, o impacto fiscal total é estimado em R\$ 3 bilhões, R\$ 1,5 bilhão por mês.

O custo será dividido igualmente entre o governo federal e os estados, com R\$ 0,60 arcado pela União e R\$ 0,60, pelas unidades da federação. A equipe econômica apresentou a proposta aos estados após resistência dos governadores em zerar o ICMS sobre a importação do combustível.

A nova ajuda se soma a outras medidas anunciadas pelo governo no último dia

12: o subsídio de R\$ 0,32 por litro a produtores e importadores e o corte no PIS e Cofins sobre a importação e comercialização do diesel.

Com o PIS e Cofins zerado para o diesel, o governo espera perder R\$ 20 bilhões em arrecadação. Já a subvenção ao diesel deve ter um impacto de R\$ 10 bilhões no caixa da União.

Alckmin reuniu a imprensa para apresentar um balanço da sua gestão à frete do MDIC. Ele vai disputar a reeleição para a Vice-Presidência em outubro, na chapa encabeçada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Andréia Verdélio/ABR



## DESTAQUES DO DIA



**Nosso ajuste fiscal é na linha gradativa e constante, caminho está dado, diz Ceron** *Página 3*

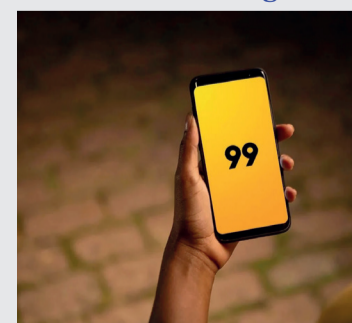
**Senadora Eliziane Gama deixa PSD após candidatura de Caiado e segue para o PT** *Página 4*

**'Pix é do Brasil e ninguém vai fazer a gente mudar', diz Lula ao citar relatório dos EUA** *Página 4*

**Financiamento imobiliário com recursos da poupança recua 7% em fevereiro** *Página 3*



**Após embate com prefeitura, 99 desiste de lançar mototáxi em SP e foca em entregas** *Página 24*



## NO MUNDO

## Irã executa manifestante que teria invadido área militar durante protestos



Um manifestante condenado por supostamente invadir instalações militares iranianas durante os protestos de janeiro de 2026 foi executado nesta quinta-feira (2).

Amirhossein Hatami foi enforcado pelas autoridades iranianas, segundo uma ONG e uma agência de notícias local. De acordo com a Iran Human Rights, o jovem foi detido em 8 de janeiro, "torturado até confessar um crime que não cometeu" e "sentenciado em um julgamento injusto".

Hatami foi acusado de invadir uma área militar de Teerã, segundo a agência de notícias iraniana Mizan. Segundo o governo iraniano, o jovem teria "incendiado instalações e tentado se apoderar de armas". Outros seis manifestantes que estavam com ele no local também foram presos e sentenciados à morte.

Em meados de março, três manifestantes dos protestos de janeiro foram executados no país. Saleh Mohammadi, Saeed Davodi e Mehdi Ghasemi foram acusados de matar dois

policiais durante manifestações em Qom, segundo a ONG.

Um dos casos mais emblemáticos envolvendo punições a manifestantes no Irã foi o de Erfan Soltani, que teve a execução cancelada. Preso por "conspirar contra a segurança interna" do país, ele aguardou o enforcamento por dias até o governo iraniano informar que ele seria punido apenas com prisão. Entre os que ameaçaram o Irã em caso de execução estava o presidente dos EUA, Donald Trump.

Folhapress

## China culpa EUA e Israel por crise no Estreito de Hormuz após fala de Trump

China e Rússia reagiram ao discurso de Donald Trump sobre a guerra no Irã. Os chineses responsabilizaram EUA e Israel pelos bloqueios no Estreito de Hormuz, enquanto Moscou disse estar disposto a restaurar a paz no Oriente Médio.

Pequim afirmou que as ações militares de EUA e Israel contra o Irã estão na origem da crise no Estreito de Hormuz. "A raiz do problema das interrupções

na navegação pelo Estreito de Hormuz são as operações militares ilegais dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã. Somente por meio de um cessar-fogo e da conquista de paz e estabilidade na região do Golfo é que a segurança das rotas marítimas internacionais podem ser garantidas de forma fundamental", disse Mao Ning, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, a jornalistas.

Folhapress



## Macron diz que falas de Trump sobre sua vida pessoal são 'deselegantes'



Emmanuel Macron afirmou, durante entrevista em Seul, que não responderia a declarações de Donald Trump sobre sua vida privada e defendeu que o foco seja a desescalada de conflitos e a retomada de negociações.

Macron foi questionado sobre falas atribuídas a Trump e direcionadas a ele, com alusões à sua vida pessoal. O presidente francês disse que não entraria nesse tipo de comentário e que o momento exige tratar de temas "muito sérios", como a guerra no Irã e suas

consequências.

Nesta quarta-feira (1º), em almoço privado, Trump afirmou que a mulher de Macron, Brigitte, trata o presidente francês mal. O líder norte-americano fez referência a um vídeo de 2025 em que a primeira-dama empurra o rosto de Macron.

O presidente francês afirmou que as declarações citadas não merecem resposta. Macron disse que as palavras atribuídas a Trump "não são elegantes" e "não estão à altura" do que está em jogo.

"Olha, eu não vou entrar... estamos falando de coisas muito sérias. Estamos falando de guerra. Estamos falando hoje de mulheres e homens que estão em combate, de mulheres, homens e civis que são mortos, da guerra que assola esta região. Falamos também das consequências desta guerra sobre as nossas economias", disse o presidente da França.

Macron citou impactos econômicos e disse que cidadãos de diferentes países sentem os efeitos do conflito.

Folhapress

**DATA  
MERCANTIL** São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo  
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

----  
Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da



## ECONOMIA

### Nosso ajuste fiscal é na linha gradativa e constante, caminho está dado, diz Ceron



O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou nesta quinta-feira, 2, em entrevista à CNN Brasil que a linha do governo para o ajuste fiscal é gradativa e constante. O cuidado com as despesas obrigatórias seria a questão nº 1 para o governo.

“A nossa linha do ajuste fiscal é um ajuste gradativo e constante. Então ele tem que ir melhorando ano a ano. Nós estamos fazendo isso e vamos continuar”, afirmou.

Segundo ele, o país está no caminho para gerar superávit primário, mas é

preciso seguir até alcançar 1% ou 1,5% do PIB de superávit para ver a trajetória da dívida se estabilizando.

“O caminho está dado, é muito claro. Tem que continuar recuperando o fiscal, atividade econômica continua tendo um bom desempenho. Então é só continuar fazendo o que está dando certo que as coisas vão ficar bem”, declarou.

Ele disse que o vice-presidente Geraldo Alckmin está certo em dizer que é preciso intensificar o ajuste fiscal em 2027. Ceron afirmou que o cuidado com a despesa obrigatória é prioridade e que há consenso no governo quanto à ne-

cessidade de medidas para moderar esse crescimento de despesas obrigatórias.

“A gente tem que cuidar de reformas que garantam a elevação da poupança de longo prazo, um olhar sempre contínuo de revisão e de olhar para o sistema previdenciário, ainda tem muitas distorções”, completou.

Sobre a chamada “taxa das blusinhas”, Ceron disse que é um assunto complexo, mas que merece um olhar cuidadoso porque a medida foi importante para preservar empregos e setores que eram afetados por uma concorrência desleal.

Isto é Dinheiro

### Financiamento imobiliário com recursos da poupança recua 7% em fevereiro



O volume de financiamentos imobiliários com recursos da poupança recuou em fevereiro 7% na comparação com igual mês de 2025, totalizando R\$ 11,8 bilhões, de acordo com dados divulgados nesta quarta (1) pela Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança).

Segundo a entidade, o montante de crédito imobiliário via SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) também teve um recuo de 7,6% no primeiro bimestre de 2026 ante o mesmo período do ano passado, somando R\$ 23,9 bilhões.

O número de unidades

### Recuo da indústria ante fev/25 foi puxado por veículos, produtos químicos e máquinas, diz IBGE

O recuo de 0,7% na indústria brasileira em fevereiro de 2026 ante fevereiro de 2025 foi puxado, sobretudo, pelas perdas nas atividades de veículos automotores, reboques e carrocerias (-7,3%), produtos químicos (-6,4%) e máquinas e equipamentos (-11,0%).

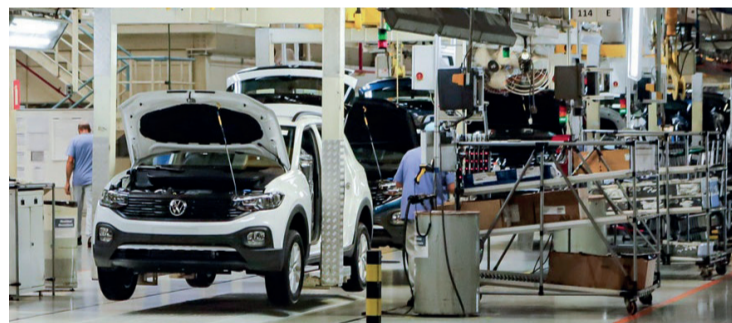
Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta (2).

Em fevereiro de 2026 ante fevereiro de 2025, houve redução na produção de 20 dos 25 ramos investigados.

“Vale citar que fevereiro de 2026 (18 dias) teve 2

dias úteis a menos que igual mês do ano anterior (20)”, lembrou o IBGE.

Houve quedas significativas também em confecção de artigos do vestuário e acessórios (-15,1%), produtos de metal (-8,4%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-9,1%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-6,9%), artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-9,9%), outros equipamentos de transporte (-9,6%), metalurgia (-2,7%), produtos têxteis (-7,2%), móveis (-7,6%), produtos de borracha e de material plástico (-2,3%) e impressão e reprodução de gravações (-13,5%). Isto é Dinheiro



contratadas em fevereiro também caiu 1,6% frente a janeiro e 3,4% na comparação anual. O volume total de financiamentos foi de pouco mais de 35 mil.

Diferente do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que não sofre impactos por conta da variação da taxa Selic, o SBPE é sensível às mudanças dos juros. O sistema é a principal modalidade que garante o acesso ao crédito imobiliário para os segmentos de médio e alto padrão.

Atualmente, a taxa de financiamento imobiliário fora do MCMV está em torno de 12% ao ano, patamar próximo à da Selic, que vinha se mantendo estável em 15% desde junho de

2025. Em março, o Copom realizou um corte de 0,25 ponto percentual, levando a taxa a 14,75%.

Entidades que representam o setor, como a Abrainc (Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias), enxergam a redução da taxa básica de juros da economia como um passo importante para tornar o crédito imobiliário mais acessível. “A redução é positiva, mas o país ainda opera com um custo de capital muito elevado, que restringe o crédito e desacelera a atividade econômica”, disse o presidente da associação, Luiz França, em comunicado.

Ícaro Novais/Folhapress

## POLÍTICA

## PF quer rastrear suspeita de mesada a Lulinha, mas evita devassa



A Polícia Federal analisa movimentações financeiras sobre desvios no INSS para descobrir se Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, foi beneficiário final de recursos sob suspeita. Os investigadores, porém, querem evitar uma quebra de sigilo mais ampla, que poderia ser interpretada como uma devassa sobre o filho do presidente da República.

Lulinha teve seus sigilos bancário, fiscal e telemático quebrados por ordem do ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribu-

nal Federal), a pedido da própria PF. Não houve, no entanto, nenhuma quebra de sigilo das empresas que pertencem ao filho do presidente.

A atuação da PF segue em uma linha tênue. Investigadores ressaltam que Lulinha ainda não foi indiciado e que as apurações prosseguem. A corporação pediu a quebra dos sigilos do filho do presidente após informações colhidas ao longo do inquérito inicial e em depoimentos.

A intenção dos investigadores é verificar se houve

pagamento de uma suposta mesada de R\$ 300 mil do lobista Antônio Camilo Antunes, conhecido como o Careca do INSS, a Lulinha.

Um ex-funcionário do lobista, Edson Claro, disse em depoimento que Antunes pagava essa quantia mensalmente a Lulinha e que ostentava publicamente sua ligação com o filho do presidente da República. Na quebra de sigilo de Lulinha, porém, não há repasses diretos do Careca a ele.

José Marques e Raquel Lopes/Folhapress

## Senadora Eliziane Gama deixa PSD após candidatura de Caiado e segue para o PT



A senadora Eliziane Gama (MA) deixou o PSD de Gilberto Kassab e se filiara ao PT do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Formalizada nesta quinta-feira (02), a decisão da parlamentar foi sacramentada diante da decisão do partido de lançar o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado à Presidência da República.

"O PSD decidiu seguir um novo trilha político no país, eu respeito mas tenho um pensamento diferente, que é público no Brasil. Mesmo com todas as garantias recebidas pelo presidente Kassab, decido que meu ciclo no PSD se encerra aqui e vou percorrer novos caminhos", afirmou Eliziane.

## 'Pix é do Brasil e ninguém vai fazer a gente mudar', diz Lula ao citar relatório dos EUA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) falou nesta quinta-feira (2) sobre o relatório dos EUA sobre o Pix no Brasil e declarou que o governo federal não pretende fazer mudanças no sistema de transferências de dinheiro instantâneas gratuito lançado em 2020.

"Os EUA fez um relatório esta semana sobre o Pix, e eles dizem que o Pix distorce o comércio internacional porque o Pix acho que cria problema para moeda dele. O que é importante a gente dizer para quem quiser nos ouvir: o Pix é do Brasil

e ninguém, ninguém, vai fazer a gente mudar o Pix pelo serviço que ele está prestando à sociedade brasileira", afirmou o petista.

A declaração foi feita ao final de um discurso em Salvador (BA), onde ele participou de uma cerimônia de entregas do Novo PAC na área de mobilidade urbana.

"O que nós poderemos fazer é aprimorar o Pix para que ele cada vez mais possa atender as necessidades de mulheres e homens neste país", acrescentou Lula.

João Pedro e Catarina Scortecchi/Folhapress



Nos bastidores, a mudança do PSD pelo PT vinha sendo negociada desde fevereiro. Durante viagem à Ásia, Lula sondou Eliziane sobre uma possível mudança de partido. A parlamentar quer concorrer à reeleição no Maranhão com o apoio do petista.

Dessa forma, a oficialização de Ronaldo Caiado como candidato do PSD sacramentou o desembarque no PT. O ex-governador de Goiás é considerado um nome mais à direita no partido que o governador do Paraná, Ratinho Júnior, que era favorito para ser escolhido como pré-candidato à Presidência. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, também queria disputar o Planalto pela

sigla.

O PSD oficializou na última segunda-feira (30) a pré-candidatura de Ronaldo Caiado à Presidência da República. Em discurso, ele disse que o primeiro ato, se eleito, será conceder anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), preso em regime domiciliar e condenado por tentativa de golpe de Estado.

Eliziane Gama foi relatora da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investigou os ataques do 8 de Janeiro. No seu parecer, a senadora propôs o indiciamento de Bolsonaro pelos crimes de associação criminosa, violência política, abolição violenta do Estado democrático de Direito e golpe de Estado. Augusto/Folhapress

## PUBLICIDADE LEGAL

**R. Ofir Têxtil Industrial Ltda.**

CNPJ/MF nº 08.533.719/0001-08 – NIRE 35.221.092.152

**Edital de Convocação**

Nos termos do artigo 1.072, c/c. 1.152, § 3º, do Código Civil, ficam os sócios convocados em segunda chamada, para reunião de sócios a ser realizada em 07/04/2026, às 14h, na sede da sociedade, situada na Rua João Rodrigues de Miranda, 29, Guarulhos, SP, CEP 07024-140, a fim de deliberar sobre (a) a alteração do contrato social, para o fim específico de alterar o teor da cláusula 8ª visando permitir que lucros ou dividendos possam ser distribuídos aos sócios de forma desproporcional à respectiva participação na sociedade, e (b) a alocação entre os sócios dos lucros acumulados até 31/12/2025 e demais condições, em complementação à deliberação sobre a distribuição de lucros aprovada em reunião de sócios realizada em 29/12/2025. Salienta-se que a reunião de sócios não foi instalada em primeira chamada (prevista para ocorrer em 24/03/2026), pela ausência de quórum legal. Em 30/03/2026, pela Administração. (01, 02 e 06/04/2026)

**Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.**

CNPJ/ME nº 02.555.926/0001-79 – NIRE 35.300.155.611

**Ata da Reunião da Diretoria realizada em 11 de março de 2026**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 11/03/2026, às 10h00 horas, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho, Araras-SP. **2. Presença:** A totalidade dos diretores da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 4.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025; 4.3 Convocar a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 da Lei nº 6.404/76. **4. Deliberações:** Os diretores, por unanimidade, deliberaram: 5.1 Foram aprovadas, sem ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para aprovação; 5.2 Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025, de R\$ 508.166,24 que deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para aprovação, sendo (i) R\$ 25.408,31, equivalente a 5% de lucro líquido do exercício, destinado a reserva legal, conforme artigo 193, da Lei nº 6.404/1976; (ii) R\$ 120.689,48, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2025, os quais serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas; e (iii) R\$ 362.068,45, destinado à conta de reserva de lucros; 5.3 Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para 30/04/2026, às 11h00, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho, Araras-SP; e 5.4 Aprovar a lavratura desta Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **5. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente Ata. Araras, 11/03/2026. **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 96.951/26-6 em 19/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**ViaPaulista S.A.**

CNPJ/MF nº 28.019.100/0001-89 – NIRE 35.300.505.051 | Companhia Aberta

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2026**

**Data, Hora e Local:** Aos 27/02/2026, às 16h30, na Rodovia Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, Ribeirão Preto-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **Ordem do Dia:** 1. Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025; e 3. Convocar a AGO dos acionistas da Companhia. **Deliberações aprovadas:** 1. Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à AGO de acionistas da Companhia para aprovação; 2. Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025, no valor de R\$ 162.550.901,22, que deverá ser submetida à AGO de acionistas da Companhia para aprovação, sendo (i) R\$ 8.127.545,06, equivalente a 5% de lucro líquido do exercício, destinado a reserva legal, conforme artigo 193, da Lei nº 6.404/1976; (ii) R\$ 38.605.839,04, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2025, conforme artigo 26 do estatuto social da Companhia, os quais serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas da Companhia; e (iii) R\$ 115.817.517,12 destinado à conta de reserva de lucros; 3. Foi aprovada a convocação de AGOE da Companhia para o dia 30/04/2026, às 12h00; 4. Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Conselheiros: Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, Roberto Paolini, e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Ribeirão Preto, 27/02/2026. (ass.:) **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.247/26-8 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**Autovias S.A.**

CNPJ/ME nº 02.679.185/0001-38 – NIRE 35.300.156.625

**Ata da Reunião da Diretoria realizada em 11 de março de 2026**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 11/03/2026 às 14h00, na Rua David Capistrano da Costa Filho, 185, Jardim Ouro Branco, Ribeirão Preto-SP. **2. Presença:** A totalidade dos diretores da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 4.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025; 4.3 Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, para atendimento ao Artigo 132 da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os diretores, por unanimidade, deliberaram: 5.1 Foram aprovadas, sem quaisquer ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para aprovação; 5.2 Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025, de R\$ 451.953,32, que deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para aprovação, sendo que a Companhia não constituirá reserva legal, tendo em vista que já atingiu o limite máximo previsto na legislação, conforme artigo 193, §§ 1º e 2º da Lei 6404/76; (i) R\$ 112.988,33 equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2025, conforme artigo 19 do estatuto social da Companhia, os quais serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas; e (ii) R\$ 338.964,99, destinados para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios, que serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas; 5.3 Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para 30/04/2026, às 15:30 horas, na Rua David Capistrano da Costa Filho, 185, Jardim Ouro Branco, Ribeirão Preto-SP; e 5.4 Aprovar a lavratura desta Ata sob a forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente Ata. Ribeirão Preto, 11/03/2026. **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 96.884/26-5 em 20/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.**

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10h do dia 09 de abril de 2026 na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Jorge Faleiros, 250, Jabaquara, facultada a participação digital através do link https://encurtador.com.br/roXw. A assinatura da respectiva Ata se fará por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: • Abertura de nova filial da Companhia no Aeroporto da Pampulha, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia informa que os documentos elencados na Lei 6.404/76 estarão à disposição dos Senhores Acionistas para livre consulta. São Paulo, 30 de março de 2026. **Leonardo Rosendo Fiuzza** – Diretor. (01, 02 e 03/04/2026)

**Companhia Brasileira de Cartuchos**

CNPJ/NF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

**Aviso aos Acionistas**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na cidade de Ribeirão Pires/SP, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bocaina, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Ribeirão Pires, 31 de março de 2025. **A Diretoria.** (01, 02 e 03/04/2026)

**Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.**

CNPJ/ME nº 03.207.703/0001-83 – NIRE 35.300.171.870 – Companhia Aberta

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2026**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 27/02/2026, às 15:30 horas, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho, Araras-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 4.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025; e 4.3 Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, para atendimento ao Artigo 132 e conforme o Artigo 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram: 5.1 Foram aprovadas, sem quaisquer ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas para aprovação; 5.2 Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025, no valor de 273.537.890,15, que deverá ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação, sendo que a Companhia não constituirá reserva legal, tendo em vista que já atingiu o limite máximo previsto na legislação, conforme artigo 193, §§ 1º e 2º da Lei 6404/76; (i) R\$ 68.384.472,54, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2025, conforme artigo 26 do estatuto social da Companhia, dos quais R\$ 25.708.874,85 foram distribuídos sob a forma de juros sobre capital próprio conforme deliberações das Assembleias Gerais de acionistas da Companhia realizadas em 31/03/2025, 30/06/2025, 30/09/2025 e 31/12/2025; e R\$ 42.675.597,69 serão distribuídos a título de dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas da Companhia; e (ii) R\$ 205.153.417,61 destinados para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios que serão distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral de acionistas da Companhia; 5.3 Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30/04/2026, às 11:30 horas, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho, Araras-SP; e 5.4 Aprovar a lavratura desta Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente Ata, que foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Conselheiros: Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, Roberto Paolini, e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Araras, 27/02/2026. **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.246/26-4 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**PDC Participações S.A.**

CNPJ/ME nº 15.569.107/0001-22 – NIRE 35.300.438.019

**Ata da Reunião da Diretoria realizada em 11 de março de 2026**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 11/03/2026, às 11:30 horas, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, São Paulo-SP. **2. Presença:** Presença da totalidade dos diretores da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 4.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025; e 4.3 Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os diretores, por unanimidade, deliberaram: 5.1 Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; 5.2 Apesar da Companhia ter tido resultado positivo no exercício social encerrado em 31/12/2025, no valor de R\$ 17.081.684,61, foi aprovado que a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas em razão da absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas; 5.3 Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30/04/2026, às 16:00 horas, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, São Paulo-SP; e 5.3 Foi aprovada a lavratura desta ata sob a forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 11/03/2026. **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 96.636/26-9 em 19/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**Autopista Régis Bittencourt S.A.**

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06 – NIRE 35.300.352.335 | Companhia Aberta

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2026**

**Data, Hora e Local:** Aos 27/02/2026, às 15h00, na SP 139, nº 226, São Nicolau, Registro-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **Ordem do Dia:** 1. Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025; e 3. Convocar a AGO dos acionistas da Companhia. **Deliberações aprovadas:** 1. Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; 2. Apesar da Companhia ter tido resultado positivo no exercício social encerrado em 31/12/2025, no valor de R\$ 165.135.242,95, foi aprovado que a Companhia não constituirá reserva legal, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas em razão da absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas; 3. Foi aprovada a convocação de AGOE da Companhia para o dia 30/04/2026, às 15h00; e 4. Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Conselheiros: Sra. Giane Luza Zimmer Freitas, Roberto Paolini, e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Registro, 27/02/2026. (ass.:) **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.248/26-1 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**Vianorte S.A.**

CNPJ/ME nº 02.366.097/0001-86 – NIRE 35.300.154.207

**Ata da Reunião da Diretoria realizada em 11 de março de 2026**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 11/03/2026, às 09:30 horas, no Município de Ribeirão Preto-SP, na Rodovia Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP: 14079-000. **2. Presença:** Presença da totalidade dos membros da Diretoria. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 4.2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025; 4.3. Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Por unanimidade: 5.1. Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; 5.2. Tendo em vista a não apuração de resultado positivo no exercício social encerrado em 31/12/2025, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, a Companhia não constituirá reserva legal, tendo em vista que já atingiu o limite máximo previsto na legislação, conforme artigo 193, §§ 1º e 2º da Lei 6404/76 e, tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas; e 5.3. Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30/04/2026, às 17:30 horas, no Município de Ribeirão Preto-SP, na Rodovia Anhanguera, Km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP: 14079-000.; e 5.4. Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 97.070/26-9 em 20/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.



datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

**Arteris S.A.**

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2026**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 26/02/2026, às 16h00, na sede da Arteris S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados na forma do § 1º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando todos presentes, por intermédio de conferência telefônica, conforme termos do § 4º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. Presente ainda, para os fins do disposto na Lei nº 6.404/76, em seu artigo 163, § 3º, representando o Conselho Fiscal da Companhia o Sr. Renato Guias Pereira. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 4.2 Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados e do pagamento dos dividendos referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025; 4.3 Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da Companhia; e 4.4 Deliberar sobre a nomeação dos auditores independentes da Companhia. **5. Deliberação:** Após análise e discussão, os conselheiros, por unanimidade, deliberaram: 5.1 O Conselho Fiscal, devidamente representado, esteve presente à reunião, conforme previsto no § 3º do artigo 163 da Lei 6.404/76. 5.2 Aprovar, sem quaisquer emendas ou ressalvas, o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia; 5.3 Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025, no valor de R\$ 215.752.387,06, para o abatimento dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, sendo assim, a Companhia, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas; 5.4 Aprovar a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30/04/2026, às 10h00, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, São Paulo-SP; e 5.5 Autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes: **Mesa:** Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; **Conselheiros:** Srs. Sérgio Moniz Barretto Garcia, Marcos Pinto Almeida, Fernando Martinez Caro, Ronald José Paz Vargas, Francisco José Aljaro Navarro, Martí Carbonell Mascaró, Jorge Fernandez Montoli, Carlos Garcia Cabrera e representado o Conselho Fiscal da Companhia o Sr. Renato Guias Pereira. São Paulo, 26/02/2026. **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.075/26-3 em 24/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**iFood.com Agência de Restaurantes Online S.A.**

CNPJ/MF nº 14.380.200/0001-21 – NIRE 35.300.413.016

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de janeiro de 2026**

**Data, Hora e Local:** Em 28/01/2026, às 15h00, na sede social da iFood.com Agência de Restaurantes Online S.A. ("Companhia"). **Convocação e Presença:** presente a acionista titular da totalidade das ações emitidas pela Companhia, dispensada a convocação. **Mesa:** Presidente – Diego Carneiro Barreto; Secretário – Lucas Marini Pittioni. **Ordem do Dia e Deliberações:** A Acionista, sem quaisquer restrições, deliberou: **1.** Consignar o recebimento da carta de renúncia apresentada pelo Sr. **Gustavo Carvalho Mendes, RG nº 352143344, CPF/ME nº 334.057.808-70, ao cargo de Diretor Financeiro. 1.1.** O Sr. **Gustavo Carvalho Mendes** juntamente com a Companhia, outorgaram entre si mais plena, irrevogável e irrevogável quitação em relação às atividades desenvolvidas, para nada mais reclamarem a qualquer tempo e sob qualquer título. **1.2.** Tendo em vista a vacância do cargo de Diretor Financeiro, o Diretor Presidente o substituirá até a eleição de um membro efetivo para ocupar o cargo de Diretor Financeiro. **2.** Aprovar a consolidação da atual composição da Diretoria, a saber: (i) **Diego Carneiro Barreto**, RG nº 56614758 SSP/SP, CPF/MF nº 057.140.166-02, no cargo de Diretor Presidente e, provisoriamente, no cargo de Diretor Financeiro; (ii) **Flávio de Freitas Stecca**, RG nº 50.628.944-8 SSP/SP, CPF/MF nº 859.858.801-68, no cargo de Diretor de Tecnologia; (iii) **Lucas Marini Pittioni**, RG nº 445032686 SSP/SP, CPF/ME nº 381.993.928-86, no cargo de Diretor sem designação específica. **3.** Aprovar a alteração do objeto social da Companhia para substituir a atividade de "desenvolvimento e o licenciamento do uso de softwares customizáveis" para "desenvolvimento e o licenciamento do uso de softwares não customizáveis". **4.** Em decorrência da deliberação acima, aprovar a alteração do artigo 3º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a agência de restaurantes, bares, padarias e quaisquer outros estabelecimentos comerciais, por meio de plataformas digitais que poderão ser acessadas por meio de sites na internet ou aplicativos para celulares desenvolvidos pela Companhia ("Plataformas"); (ii) a veiculação e a divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade por meio das Plataformas; (iii) a locação de equipamentos, tais como o POS, e outros bens móveis que se destinam a integração de sistemas e transmissão de dados; (iv) o desenvolvimento e o licenciamento do uso de softwares não customizáveis; (v) a promoção de vendas e o planejamento de campanhas; (vi) o desenvolvimento e o gerenciamento de programas de fidelização de clientes dos serviços e dos produtos oferecidos pela Companhia e por seus parceiros; (vii) a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito dos programas de fidelização desenvolvidos e geridos pela Companhia; (viii) a participação rio capital social de outras sociedades, na qualidade de quotista, acionista ou outra qualidade legalmente admitida, bem como em empreendimentos organizados na forma de consórcio, condomínio ou qualquer outra forma legalmente admitida; e (ix) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas." **5.** Aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia. **Encerramento:** nada mais a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Osasco/SP, 28/01/2026. **Mesa:** Diego Carneiro Barreto – Presidente; Lucas Marini Pittioni – Secretário. **Acionista:** iFood Holdings B.V. p.p. Diego Carneiro Barreto. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 57.513/26-0 em 26/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**Holl Administradora de Bens Ltda.**

CNPJ/MF nº 04.743.945/0001-54 – NIRE 35.6.0034281-5

**Ata de Resolução de Sócio Único**

Às 10:00 horas, do dia 01 de abril de 2026, esteve presente na sede social, o sócio único da **Holl Administradora de Bens Ltda.**, sociedade empresária limitada unipessoal, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Curtume, nº 433, sala 02, Lapa de Baixo, CEP 05065-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.743.945/0001-54, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.6.0034281-5 ("Sociedade"), a saber: **Adriano Obeid**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 16.316.230 SSP/SP, inscrito perante o CPF/MF sob nº 076.362.558-20, residente e domiciliado cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Chico, nº 224, apto. 1303, Perdizes, CEP 05008-010. O sócio apreciou a ordem do dia e resolveu aprovar a redução do capital social da Sociedade com fundamento no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. Dessa forma, restou aprovada a redução do capital no montante de R\$1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais), com o consequente cancelamento de 19.000 (dezenove mil) quotas, de valor nominal de R\$100,00 (cem reais) cada uma. O valor da redução, de R\$1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais), será restituído ao sócio na forma a ser oportunamente determinada na competente alteração do contrato social da Sociedade. Após o decurso do prazo de manifestação dos credores, previsto no artigo 1.084, §1º do Código Civil, a presente ata de reunião será levada a registro na Junta Comercial competente, juntamente com a alteração de contrato social implementando a redução de capital social aqui deliberada. A sócia autorizou a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, bem como a emissão de extrato da deliberação tomada nesta reunião. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelo sócio. São Paulo, 01 de abril de 2026. **Adriano Obeid**.

**SPI – Sociedade para Participações em Infraestrutura S.A.**

CNPJ/MF nº 09.719.882/0001-14 – NIRE 35.300.355.890

**Ata da Reunião da Diretoria realizada em 11 de março de 2026**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 11/03/2026, às 13:30 horas, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, São Paulo-SP. **2. Presença:** A totalidade dos diretores da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025; 4.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025; e 4.3 Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, para atendimento ao Artigo 132 da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os diretores, por unanimidade, deliberaram: 5.1 Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório de Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para aprovação; 5.2 Apesar da Companhia ter tido resultado positivo no exercício social encerrado em 31/12/2025, de R\$ 482.127,27, foi aprovado que a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas em razão da absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas; 5.3 Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária para 30/04/2026, às 16:30 horas, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, São Paulo-SP; e 5.4 Foi aprovada a lavratura desta ata sob a forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 11/03/2026. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"*. **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 96.214/26-0 em 19/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.**

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 – NIRE 35.300.394.101

**ERRATA - Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária em 19/03/2026**

Comunicamos que a publicação do **Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária em 19/03/2026** no jornal Data Mercantil no dia (20/03/2026 (somente na versão do caderno digital) e nos dias (21, 24 e 25/03/2026, nas versões dos cadernos impresso e digital), teve o seguinte conteúdo retificado na menção data da Reunião AGE: **• Onde se lê:** "a ser realizada no dia 30 de abril de 2026"; **• Leia-se:** "a ser realizada no dia 30 de março de 2026".

**Arteris S.A.**

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia Aberta

**Ata da Reunião do Conselho Fiscal realizada em 26 de fevereiro de 2026**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 26/02/2026, às 10h00, na sede da Arteris S.A. ("Companhia") na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Convocada esta Reunião, na forma do Regimento Interno do Conselho Fiscal. Presentes os membros do Conselho Fiscal: Sr. Renato Guias Pereira e Sra. Giselle Guedes da Graça Aranha Boiteux. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Renato Guias Pereira Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** **4.1.** Exame do relatório anual da administração e das contas da Diretoria referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025; e **4.2.** Exame das demonstrações financeiras e do parecer do auditor independente da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. **5. Deliberações:** Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: **5.1.** Após apresentação pela Diretoria do relatório anual da administração, das contas da Diretoria, das demonstrações financeiras e das informações sobre o desempenho da Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2025, decidiram os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinar favoravelmente sobre (i) o relatório anual da administração; (ii) as contas da Diretoria e (iii) as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, emitindo parecer favorável à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião, que, depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Renato Guias Pereira e Secretária: Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; **Conselheiros:** Sr. Renato Guias Pereira e Sra. Giselle Guedes da Graça Aranha Boiteux. São Paulo, 26/02/2026. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.074/26-0 em 24/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**Onix Empreendimentos e Participações S.A.**

CNPJ Nº 31.993.808/0001-40 - NIRE 3530054860-4

**Convocação Para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

Nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Onix Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), e em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), ficam os senhores acionistas regularmente convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 06 de maio de 2026 às 10h em primeira convocação, e às 10h30 em segunda convocação, a ser conduzida de forma virtual por meio da plataforma Google Meet, a fim de deliberar pela seguinte Ordem do Dia: **i.** Aprovação das demonstrações financeiras e contas da administração relativas ao exercício social do ano de 2025; **ii.** Compra do veículo Kia Sportage 2026 ou similar, no limite de valor de R\$290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) para uso do Vice-Presidente da Companhia; **iii.** Quaisquer outros assuntos de interesse social correlatos ao tema objeto da reunião e que possam ser apresentados oportunamente. Fica consignado que documentos pertinentes à tomada de decisão dos acionistas encontram-se à disposição na sede da Sociedade, serão disponibilizados via e-mail e foram devidamente publicados na Central de Balanços do SPED em 11 de Março de 2026. São Paulo, 03 de abril de 2026. **(03, 07 e 08/04/2026)**

**Arteris S.A.**

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia Aberta

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2026**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 17/03/2026, às 10:00 horas, na sede da Arteris S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados na forma do § 1º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando todos presentes. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia:** **4.1** Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia; e **5. Deliberação:** Após análise e discussão, os conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1** Reeleger, para os cargos de membros da Diretoria da Companhia, todos com mandato de 01 ano, (i) para o cargo de **Diretor Presidente**, em caráter interino **Sr. Martí Carbonell Mascaró**, portador da cédula de identidade espanhola DNI nº 46236820-N, e do passaporte nº PAU334601, inscrito no CPF/MF sob o nº 712.856.461-69; (ii) para o cargo de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**, o Sr. **Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, portador da cédula de identidade RG nº 10.341.661-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 071.000.747-70; (iii) para o cargo de **Diretor de Engenharia e Implantação**, o Sr. **Luiz Cesar Lindgren Costa**, portador da cédula de identidade RG nº 06.082.925-6 IFPRJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 871.545.877-68; (iv) para o cargo de **Diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade**, a Sra. **Giane Luza Zimmer Freitas**, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3 e inscrita no CPF/MF sob o nº 000.925.867-16; (v) para o cargo de **Diretor de Operações**, o Sr. **Alisson de Almeida Freire**, portador da cédula de identidade RG nº 108.774.142 IFPRJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 081.134.447.93; (vi) para o cargo de **Diretor de Organização e Pessoas**, o Sr. **Roberto Paolini**, portador da cédula de identidade RG nº 15.822.691-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 128.897.328-43; e (vii) para o cargo de **Diretor Jurídico e de Compliance**, a Sra. **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega**, portadora da cédula de identidade RG nº 24.757.624-4 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 252.120.228-27. Os Diretores reeleitos tomam posse em termo próprio, que se encontram devidamente arquivados na sede da Companhia, no qual também declaram, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei nº 6.404/76"), e as regras constantes da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir os cargos para os quais foram eleitos, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18/11/1994, (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta, (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e (iv) não ocupam cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. Os Diretores declaram também estarem integralmente cientes da Política de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23/08/2021. **5.2** Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes: **Mesa:** Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; **Conselheiros:** Sérgio Moniz Barretto Garcia, Marcos Pinto Almeida, Fernando Martinez Caro, Ronald José Paz Vargas, Francisco José Aljaro Navarro, Martí Carbonell Mascaró, Jorge Fernandez Montoli e Carlos Garcia Cabrera. São Paulo, 17/03/2026. **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 100.533/26-7 em 27/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**Bello Bus Transporte e Serviços Ltda.**

CNPJ/MF nº 12.223.778/0001-49 – NIRE 35.224.500.898

**Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social**

Pelo presente instrumento particular, as Partes: **João Calado Nunes**, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.380.253-4 (SSP/SP), e do CPF/MF sob nº 282.756.598-68 ("João"); **Carlos Alberto Calado Nunes**, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.262.870 (SSP/SP), e do CPF/MF sob o nº 061.174.798-75 ("Carlos"); **Gabriel da Silva Calado Nunes**, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.593.927 (SSP/SP), e do CPF/MF sob o nº 436.038.248-06 ("Gabriel"); e **Caião da Silva Calado Nunes**, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.593.928 (SSP/SP), e do CPF/MF sob o nº 443.193.858-37 ("Caião"). Unicos sócios desta sociedade ("Sociedade"). **Resolvem**, de comum acordo, alterar e consolidar o Contrato Social mediante as cláusulas e condições a seguir: **I. Da Cisão Parcial.** 1.1. Em decorrência da aprovação da Cisão Parcial da **Transportes Santa Maria Ltda.**, CNPJ/MF nº 59.163.162/0001-93, com sede na Rua Wanda Bueno Coelho, nº 455, Vila São José, São Bernardo do Campo-SP, NIRE 35202244988 ("Santa Maria"), cuja parte do acervo cindido será incorporado pela Sociedade, nos termos do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Transportes Santa Maria Ltda. ("Protocolo"), os Sócios aprovam a referida Cisão Parcial nos termos e condições do Protocolo, aprovando o consequente aumento do capital social da Sociedade em decorrência da Cisão Parcial com a versão de parte da parcela cindida da Santa Maria para a Sociedade. 1.2. Os Sócios ratificam a aprovação da contratação da **MCS Markup Auditores Independentes S/S Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.854.307/0001-55, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº RJ006917/0-3 ("**Empresa Especializada**"), como responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação da Cisão Parcial. 1.3. Ratificam a aprovação do Protocolo, que estabelece os termos e condições da proposta de Cisão Parcial da Santa Maria, nos termos do Código Civil e dos Artigos 229 e 227 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada e em vigor. 1.4. Ratificam a aprovação do Laudo de Avaliação Patrimonial da Santa Maria ("**Laudo de Avaliação**"), tendo sido aprovada pela Empresa Especializada uma parcela a ser vertida de R\$ 18.150.004,00, com base no balanço patrimonial datado de 28/02/2026, formada pelos ativos listados e descritos no referido Laudo de Avaliação. **II. Do Aumento de Capital Social.** 2.1. Em decorrência da cisão parcial, o capital social da Sociedade será aumentado em R\$ 18.150.004,00, mediante a emissão de 18.150.004 novas quotas sociais, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 cada, passando dos atuais R\$ 700.150,00 para R\$ 18.850.154,00, dividido em 18.850.154 quotas sociais, todas com valor nominal de R\$ 1,00 cada, as quais são, neste ato, integralmente subscritas e integralizadas da seguinte forma: 3.673.045 quotas pelo sócio João, 9.074.429 quotas pelo sócio Carlos, 2.701.265 quotas pelo sócio Gabriel, e 2.701.265 quotas pelo sócio Caião. 2.2. Pelas razões acima, a Cláusula Quinta do Contrato Social passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula Quinta – Do Capital Social.** O capital social da Sociedade é de R\$ 18.850.154,00, dividido em 18.850.154 quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente e bens, sendo distribuído entre os sócios como segue:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)	%
João Calado Nunes	3.813.955	3.813.955,00	20,23%
Carlos Alberto Calado Nunes	9.424.479	9.424.479,00	50,00%
Gabriel da Silva Calado Nunes	2.805.860	2.805.860,00	14,89%
Caião da Silva Calado Nunes	2.805.860	2.805.860,00	14,89%
<b>Total</b>	<b>18.850.154</b>	<b>18.850.154,00</b>	<b>100%</b>

**Parágrafo Único.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social." **III. Da Consolidação do Contrato Social.** 3.1. Por fim, e em razão das deliberações acima tomadas, decidem os Sócios alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade, cuja redação, na íntegra, foi levada a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, juntamente com este Instrumento Particular de Alteração Contratual. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 100.902/26-1 em 26/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.



datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARENCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

## PUBLICIDADE LEGAL



## iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.

(Anteriormente Denominada Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamentos S.A.)

CNPJ/MF nº 19.468.242/0001-32

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal/](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)			Demonstração do Resultado para o Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)			
Ativo	31/12/2025	Passivo	31/12/2025	2º semestre 2025	Exercício 31/12/2025	
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>				
Disponibilidades	13.735	Passivos financeiros ao custo amortizado	3.717.968	Receita de prestação de serviços	521.049	887.375
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	60.450	Depósitos e instrumentos financeiros	3.011.364	Custo com prestação de serviços	(416.180)	(683.491)
Títulos e valores mobiliários	60.450	Empréstimos	706.604	<b>Resultado bruto</b>	<b>104.869</b>	<b>203.884</b>
Ativos financeiros ao custo amortizado	3.931.363	Fornecedores e outras contas a pagar	63.893	Receitas financeiras	67.234	87.062
Títulos e valores mobiliários	260.212	Obrigações com pessoal	17.924	Despesas financeiras	(21.428)	(34.606)
Contas a receber de adquirentes	2.369.242	Adiantamentos	1.756	<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>45.806</b>	<b>52.456</b>
Relações Interfinanceiras	1.301.909	Obrigações fiscais	22.502	<b>Despesas operacionais e administrativas</b>		
Outros créditos	21.575	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.824.043</b>	Despesa com pessoal	(27.505)	(56.887)
Ativos fiscais	1.675	<b>Não circulante</b>		Despesas administrativas	(27.591)	(53.596)
Outros valores e bens	5.019	Provisões para contingências	4.810	Outras despesas operacionais	(15.570)	(25.497)
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>4.033.817</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>4.810</b>	<b>Total das despesas operacionais e administrativas</b>	<b>(70.666)</b>	<b>(135.980)</b>
<b>Não circulante</b>		<b>Patrimônio líquido</b>		<b>Lucro antes de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>80.009</b>	<b>120.360</b>
Ativos financeiros ao custo amortizado	15.404	Capital social	179.077	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
Contas a receber de adquirentes	15.404	Capital a integralizar	54.000	Correntes	(25.225)	(34.001)
Ativos fiscais	12.547	Reservas de capital	159.819	<b>Lucro do semestre/exercício</b>	<b>54.784</b>	<b>86.359</b>
Devedores por depósitos em garantia	5.145	Prejuízos acumulados	(113.696)	<b>Quantidade de ações em milhares</b>	<b>199.297</b>	<b>199.297</b>
Imobilizado	721	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>279.200</b>	<b>Lucro por ação (R\$)</b>	<b>0,27</b>	<b>0,43</b>
Intangível	40.419	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>4.108.053</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>74.236</b>					
<b>Total do ativo</b>	<b>4.108.053</b>					

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)					
	Capital a integralizar	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>90.000</b>	<b>89.077</b>	<b>160.304</b>	<b>(168.480)</b>	<b>170.901</b>
Reversão de reserva para pagamento baseado em ações	-	-	(485)	-	(485)
Aumento de capital	54.000	-	-	-	54.000
Capital integralizado	(90.000)	90.000	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	54.784	54.784
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>54.000</b>	<b>179.077</b>	<b>159.819</b>	<b>(113.696)</b>	<b>279.200</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>90.000</b>	<b>89.077</b>	<b>158.497</b>	<b>(200.055)</b>	<b>137.519</b>
Adoção inicial das Resoluções BCB nº 352/2023 e 178/2022	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>90.000</b>	<b>89.077</b>	<b>158.497</b>	<b>(200.055)</b>	<b>137.519</b>
Constituição de Reserva para pagamento baseado em ações	-	-	1.322	-	1.322
Aumento de capital	54.000	-	-	-	54.000
Capital integralizado	(90.000)	90.000	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	86.359	86.359
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>54.000</b>	<b>179.077</b>	<b>159.819</b>	<b>(113.696)</b>	<b>279.200</b>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para o Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)					
<b>1. Contexto operacional</b> – O iFood Pago Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "IP") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Osasco, estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, 1.496, 3º andar, e foi constituída em 21 de agosto de 2013. Informamos que, em conformidade com a aprovação do Banco Central do Brasil, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2025, nossa razão social foi alterada de "Zoop Tecnologia Instituição de Pagamento S.A." para "iFood Pago Instituição de Pagamento S.A.". A movimentação se trata exclusivamente de uma alteração de denominação social, sem qualquer mudança na estrutura societária, autorizações regulatórias ou responsabilidades contratuais. Demais informações cadastrais, como o CNPJ e o nome fantasia "Zoop" seguem inalterados. A Companhia tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a soluções financeiras, oferecendo aos seus clientes uma plataforma no modelo white label. Esta solução permite personalizar e customizar serviços de cartões, envios e recebimentos de PIX, emissão de boletos e outros métodos de captura e liquidação de pagamentos, proporcionando total autonomia para configurar planos e taxas a serem cobrados. No dia 31 de outubro de 2023, a Companhia recebeu a autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") para operar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica, que foi publicada no Diário Oficial da União na mesma data. Em 26 de dezembro de 2025, o iFood Pago realizou uma operação estratégica de aquisição de cotas subordinadas do FIDC (iFood Pago IV) no montante de R\$ 60.500, fortalecendo a estrutura de capital, um movimento que visa sustentar o crescimento escalável das operações, expandir a capacidade de funding para serviços financeiros e gestão de risco do ecossistema iFood Pago.					
<b>2. Apresentação das demonstrações financeiras</b> – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN, quando aplicáveis, e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo BACEN. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central: • CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro   Resolução BCB nº 120/21. • CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos   Resolução BCB nº 120/21. • CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa   Resolução BCB nº 02/20. • CPC 04 (R1) – Ativo Intangível   Resolução BCB nº 07/20. • CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas   Resolução BCB nº 02/20. • CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/2021. • CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações   Resolução BCB nº 08/20. • CPC 23 – Políticas					
Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro   Resolução BCB nº 120/21. • CPC 24 – Evento Subsequente   Resolução BCB nº 02/20. • CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes   Resolução BCB nº 09/20. • CPC 27 – Ativo Imobilizado   Resolução BCB nº 06/20. • CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados   Resolução BCB nº 59/20. • CPC 41 – Resultado por ação   Resolução BCB nº 02/20. • CPC 46 – Mensuração do Valor Justo   Resolução BCB nº 120/21. • CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente   Resolução BCB nº 120/21. As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2026. <b>2.1. Dispensa de Apresentação Comparativa:</b> Em atendimento à Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, esta instituição optou por não apresentar as demonstrações financeiras de forma comparativa com o exercício anterior. A referida normativa dispensa as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil da obrigatoriedade de divulgação comparativa das demonstrações contábeis para o período em referência, conforme critérios estabelecidos pela regulamentação prudencial aplicável. <b>2.2. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis no período corrente:</b> Resolução CMN nº 4.975/2021 – Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2) e traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento – As operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025. A administração avaliou que a alteração não teve efeito. Alteração ao IAS 21 (CPC 02 e CPC 37(R1)) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis/Ausência de conversibilidade da moeda – Em vigor a partir de 01/01/2025, de acordo com as alterações, as empresas precisarão fornecer novas divulgações para ajudar os usuários a avaliarem o impacto do uso de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações podem incluir: a natureza e os impactos financeiros da moeda não ser trocável; a taxa de câmbio à vista utilizada; o processo de estimativa; e riscos para a empresa porque a moeda não é trocável. A administração avaliou que a alteração não teve efeito. <b>2.3. Estimativas e julgamentos contábeis:</b> A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente. <b>2.4. Provisão para perdas:</b> Com a finalidade de avaliar possíveis perdas devido a fraudes nas operações liquidadas, a Companhia realiza uma provisão para perdas com chargeback, reduzindo seu saldo de contas a receber. Para realizar esta provisão, a Companhia utiliza as principais práticas de mercado, apurando a possível perda em decorrência do prazo em aberto da operação em questão. Adicionalmente, a Companhia pode reavaliar casos de clientes específicos e aumentar ou reduzir sua provisão base, conforme indicativos de recebimento dos saldos					

Fluxo de caixa operacional		
Lucro líquido do semestre/exercício	54.784	86.359
Ajustes de resultado não envolvendo caixa	-	-
Impostos corrente	25.225	34.001
Depreciação e amortização	5.651	11.387
Alienação de ativo imobilizado e intangível	279	4.262
(Constituição) Reversão de provisão para contingências	37	(1.779)
(Constituição) Reversão de provisão para chargeback	6.453	10.322
Juros não realizados sobre empréstimos	18.350	25.623
Provisão com planos de outorga de opções de compra de ações	(485)	1.322
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>110.294</b>	<b>171.497</b>
<b>(Aumento)/Redução nos ativos operacionais</b>		
Títulos e valores mobiliários	(284.463)	(294.935)
Contas a receber adquirentes	(529.678)	(509.670)
Relações Interfinanceiras	(956.772)	(1.085.768)
Outros créditos	19.258	(20.265)
Ativos fiscais	11.501	(842)
Outros valores e bens	1.548	251
Devedores por depósitos em garantia	1.150	405
<b>Aumento/(Redução) nos passivos operacionais</b>		
Depósitos e instrumentos financeiros	1.115.210	1.162.479
Fornecedores e outras contas a pagar	4.945	38.287
Obrigações com pessoal	(808)	(3.130)
Adiantamentos	(1.003)	949
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.678)	(19.761)
Obrigações fiscais	(10.997)	(7.079)
<b>Fluxo de caixa aplicados nas atividades operacionais</b>	<b>(531.893)</b>	<b>(567.582)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo intangível	(115)	(1.430)
<b>Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento</b>	<b>(115)</b>	<b>(1.430)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aquisição de empréstimos	500.000	600.000
Liquidação de empréstimos	-	(52.966)
Juros pagos	(11.859)	(18.662)
Aumento de capital	54.000	54.000
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>542.141</b>	<b>582.372</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.133</b>	<b>13.360</b>
No início do semestre/exercício	3.602	375
No fim do semestre/exercício	13.735	13.735
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.133</b>	<b>13.360</b>

Diretoria		Contadora	
<b>Bruno Henriques</b> – Diretor Presidente	<b>Pedro Victor dos Santos Macedo</b> – Diretor Financeiro	<b>Caroline Ramos</b> – CRC 1SP 300.891	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	
<p>A Administração e aos Acionistas do <b>iFood Pago Instituição de Pagamentos S.A.</b> (Anteriormente Denominada Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamentos S.A.) <b>Osasco-SP</b></p> <p><b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras do iFood Pago Instituição de Pagamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do iFood Pago Instituição de Pagamentos S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.</p> <p><b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção de seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Ênfase: Informações comparativas:</b> Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:</b> A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da</p>	<p>Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. <b>Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo</p>
<p>da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p>	<p>São Paulo, 26 de março de 2026</p> <p><b>Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.</b> CRC-ZSP 011.609/0-8 <b>Victor Vinicius Zanetin Zavagli</b> Contador CRC-1SP 289.692/0-4</p> <p><b>Deloitte</b></p>

## Hidroviias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

CNPJ/MF nº 34.189.633/0001-01

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações de Fluxo de Caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos Circulantes</b>				<b>Passivos circulantes</b>			<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			<b>Receitas</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	38.890	22.383	Fornecedores	12	10.781	Prejuízo do período	(39.325)	(48.169)	Receita de serviços	178.045	158.957
Títulos e valores mobiliários		–	–	Obrigações sociais e trabalhistas			<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>			Receitas relativas à construção de ativos próprios	7.032	(3.860)
Contas a receber de clientes	6.2	11.776	13.727	Ihstas	14	4.783	Amortização de ativos de direito de uso (nota 11.2)	15.749	12.655	Outras receitas (despesas)	(377)	(1.286)
Estoques	7.2	7.814	9.389	Processos judiciais		358	Depreciações e amortizações (nota 9.2 e 10.2)	25.052	27.552	Constituição (reversão) de provisão para perdas	336	(2.150)
Impostos a recuperar	8	3.940	5.001	Obrigações tributárias	13	3.760	Juros, variações monetárias e cambiais	58.471	53.170	<b>Insumos adquiridos de terceiros:</b>		
Despesas antecipadas e adiantamentos		5.579	1.983	Imposto de renda e contribuição social		14	Imposto de renda e contribuição social (nota 21.3)	(45)	(16)	Custo dos serviços prestados	(51.882)	(40.005)
Contas a receber com partes relacionadas	15.2	162	278	Contas a pagar com partes relacionadas	15.2	12.961	Baixa de ativos imobilizado e intangível (nota 9.2 e 10.2)	778	15.371	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.834)	(18.311)
Outros ativos		–	664	Adiantamento de clientes		–	Baixa de direito de uso, líquido do passivo de arrendamento (nota 11.2)	23	–	Construção de ativos próprios	(7.032)	3.860
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>68.161</b>	<b>53.425</b>	<b>55.769</b>	Passivo de arrendamento	11.2.2	7.138	Demais provisões e ajustes	(773)	2.918	<b>Valor adicionado (consumido) bruto</b>	<b>117.288</b>	<b>97.205</b>
<b>Não circulantes</b>				Outras contas a pagar		1.831	<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			Depreciação e amortização	(40.801)	(40.207)
Contas a receber com partes relacionadas	15.2	65	65	<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>543.600</b>	<b>487.029</b>	Contas a receber	2.287	(4.544)	em transferência:		
Despesas antecipadas e adiantamentos		14	65	<b>Patrimônio líquido</b>			Estoques	1.575	(5.365)	Receitas financeiras	2.320	1.839
Imobilizado	9.2	257.947	276.137	Capital social	16	203.905	Impostos a recuperar	1.993	4.024	<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>78.807</b>	<b>58.837</b>
Intangível	10.2	1.613	2.092	Prejuízo acumulado		(213.501)	Partes relacionadas	116	(210)	<b>Pessoal:</b>		
Direito de uso	11.2.1	247.830	240.743	<b>Total do Patrimônio líquido</b>	<b>(9.596)</b>	<b>29.729</b>	Outros ativos	(2.881)	132	Remuneração direta	19.993	19.181
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>507.469</b>	<b>519.102</b>	<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>575.630</b>	<b>572.527</b>	Aumento (redução) nos passivos operacionais:			Benefícios	8.059	7.775
<b>Total dos ativos</b>		<b>575.630</b>	<b>572.527</b>				Fornecedores	5.185	(12.384)	FGTS	1.442	1.230
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras								As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				
<b>Demonstrações do Resultado</b> Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b> Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b> Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de serviços prestados	18.2	152.891	136.555	Prejuízo do exercício	(39.325)	(48.169)	Capital social	203.905	203.905	Saldo em 01 de janeiro de 2024	203.905	126.007
Custos dos serviços prestados	19	(116.808)	(101.625)	<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(39.325)</b>	<b>(48.169)</b>	Reservas de lucros	–	(48.169)	Prejuízo do exercício	–	(48.169)
<b>Lucro bruto</b>	<b>36.083</b>	<b>34.930</b>	<b>34.930</b>	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				Capital social acumulado	–	–	Saldo em 31 de dezembro de 2024	203.905
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>								Prejuízo	–	–	Prejuízo do exercício	–
Gerais e administrativas	19	(18.687)	(29.120)					Total	–	–	Saldo em 31 de dezembro de 2025	203.905
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	19	336	(2.150)					Capital social	203.905	203.905	Prejuízo do exercício	–
Outras receitas e (despesas)	19	(377)	(1.292)					Prejuízo	–	–	Saldo em 31 de dezembro de 2025	203.905
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>								Prejuízo	–	–	Saldo em 31 de dezembro de 2025	203.905
Receitas financeiras	20.2	2.320	1.839					Capital social	203.905	203.905	Prejuízo do exercício	–
Despesas financeiras	20.2	(59.045)	(52.392)					Prejuízo	–	–	Saldo em 31 de dezembro de 2025	203.905
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(56.725)</b>	<b>(50.553)</b>					Prejuízo	–	–	Saldo em 31 de dezembro de 2025	203.905
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>(39.370)</b>	<b>(48.185)</b>					Prejuízo	–	–	Saldo em 31 de dezembro de 2025	203.905
<b>IRPJ e CSLL</b>								Prejuízo	–	–	Saldo em 31 de dezembro de 2025	203.905
Corrente	21.3	45	16					Prejuízo	–	–	Saldo em 31 de dezembro de 2025	203.905
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(39.325)</b>	<b>(48.169)</b>					Prejuízo	–	–	Saldo em 31 de dezembro de 2025	203.905
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras								As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b> (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)				<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b> (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)				<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b> (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)				
<b>1. Contexto operacional</b> – A Hidroviias do Brasil Administração Portuária Santos S.A. (Companhia, HB Santos ou STS20), foi constituída em 23 de setembro de 2019 com o CNPJ 34.189.633/0001-01, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Eduardo Pereira Guinle, S/N, Armazéns de Fertilizante XII e T-08, e Armazém de Sal XVII, após consagrar-se vencedor no procedimento licitatório na modalidade de leilão (“Leilão”), realizado na forma do Edital de Leilão nº 1/2019 (“Edital”), para arrendamento de área portuária denominada STS20 por 25 anos, destinada a movimentação e armazenagem de graneis sólidos minerais, especialmente fertilizantes e sais, no Porto organizado de Santos (maior porto da América do Sul), Estado de São Paulo (“Arrendamento”). A Companhia é controlada integralmente pela Hidroviias do Brasil S.A., sociedade de capital aberto localizada no Brasil com ações negociadas na “B3” (Bolsa de Valores do Brasil). Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para execução do seu plano estratégico. Nesse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que apresentem patrimônio líquido negativo, decorrentes principalmente de transações de mútuos com partes relacionadas, não comprometem a sua liquidez, uma vez que a mesma é controlada integralmente pela Hidroviias do Brasil S.A., a qual tem capacidade de aportar capital na Companhia. <b>2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – 2.1 Base de preparação:</b> Estas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Administração em 31 de março de 2026 e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Aplicamos a Orientação Técnica OCP 7 (R1) e a Resolução CVM nº 189/2023, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda, quando existentes, são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. <b>2.2 Moeda funcional e de apresentação:</b> As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. <b>2.3 Uso de estimativas e julgamentos contábeis:</b> A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 18.1 – Reconhecimento de receita. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 – Vida útil dos ativos imobilizados; • Nota explicativa nº 10 – Vida útil dos ativos intangíveis; • Nota explicativa nº 11 – Vida útil dos bens de direito de uso e taxa de desconto. <b>Mensuração do valor justo:</b> Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, evidências obtidas de terceiros são analisadas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício da demonstração financeira em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 22 – Gestão de Riscos. <b>3. Normas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis – 3.1 Normas e políticas emitidas, mas ainda não vigentes:</b> As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor, conforme aplicável às suas operações. <b>Alterações ao CPC 26/IFRS 18: Apresentação das demonstrações contábeis:</b> Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotaes específicos. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. Além disso, a norma passou a exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. <b>Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:</b> Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. <b>4. Reapresentação das demonstrações financeiras</b> – Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras comparativas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 devido aos seguintes fatores: • Classificação de Outorgas de áreas portuárias com Direito de Uso e Arrendamentos a Pagar, anteriormente apresentando como Intangível e Outorgas a pagar, em alinhamento às práticas contábeis da Ultrarap Participações S.A. acionista controladora da Hidroviias do Brasil S.A. Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial, estão apresentados a seguir: <b>Balanco patrimonial</b> – 31/12/2024 31/12/2024 <b>Ativo</b> Divulgado Ajustes Reapresentado Demais rubricas do ativo circulante 53.425 – 53.425 <b>Total do ativo circulante</b> <b>53.425</b> – <b>53.425</b> Intangível 77.720 (75.628) 2.092 Bem de direito de uso 165.115 75.628 240.743 Demais rubricas do ativo não circulante 276.267 – 276.267 <b>Total do ativo não circulante</b> <b>519.102</b> – <b>519.102</b> <b>Total dos ativos</b> <b>572.527</b> – <b>572.527</b> <b>Balanco patrimonial – Passivo</b> 31/12/2024 31/12/2024 Divulgado Ajustes Reapresentado Obrigação com outorga 22.171 (22.171) – Passivo de arrendamento 5.365 22.171 27.536 Demais rubricas de passivo circulante 28.233 – 28.233 <b>Total do passivo circulante</b> <b>55.769</b> – <b>55.769</b> Demais rubricas de passivo não circulante 487.029 – 487.029 <b>Total do passivo não circulante</b> <b>487.029</b> – <b>487.029</b> Demais rubricas de patrimônio líquido 29.729 – 29.729 <b>Total do patrimônio líquido</b> <b>29.729</b> – <b>29.729</b> <b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b> <b>572.527</b> – <b>572.527</b> <b>5. Caixa e equivalentes de caixa – 5.1 Política contábil:</b> Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo,				acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. <b>5.2 Composição dos saldos:</b> Os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa possuem rentabilidade através de aplicações automáticas, compromissadas e aplicações com prazo definido contratadas nos bancos de movimento, com liquidez diária e baixa probabilidade de mudanças significativas de valor. 31/12/2025 31/12/2024 Caixa, conta corrente e aplicações equivalentes de caixa 38.890 22.383 <b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b> <b>38.890</b> <b>22.383</b> <b>6. Contas a receber de clientes – 6.1 Política contábil:</b> Contas a receber de clientes representam valores a receber pela venda de serviços prestados pela Companhia, sendo registrados pelo valor nominal faturado na data da venda. A Companhia constitui provisão para perdas em contas a receber de clientes o montante vencido há mais de 180 dias. Ainda, vale ressaltar que são constituídas provisões para perdas de contas a receber para os títulos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor, a análise prospectiva e análises históricas de perda verificadas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. O montante da provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber. <b>6.2 Composição dos saldos</b> 31/12/2025 31/12/2024 Contas a receber 13.590 15.877 <b>Subtotal</b> <b>13.590</b> <b>15.877</b> Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (1.814) (2.150) <b>Total</b> <b>11.776</b> <b>13.727</b> Circulante 11.776 13.727 <b>6.3 Contas a receber por idade de vencimento:</b> A estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito dos clientes com baixa probabilidade de realização: 31/12/2025 31/12/2024 A vencer 11.776 12.529 Vencidos até 30 dias – 1.198 Vencidos há mais de 180 dias 1.814 2.150 <b>Total</b> <b>13.590</b> <b>15.877</b> Mapa de movimentação da estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa: 31/12/2025 31/12/2024 Saldo inicial (2.150) – Constituição (1.415) (2.150) Reversão 1.415 – Baixas 336 – <b>Saldo final</b> <b>(1.814)</b> <b>(2.150)</b> <b>Custo:</b> <b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b> 126.562 35.503 Adições – – Baixas – (330) – Transferências (*) 1.144 3.235 80 5.733 1.003 (11.178) 17 <b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b> <b>127.706</b> <b>38.408</b> <b>826</b> <b>149.061</b> <b>11.410</b> <b>3.235</b> <b>330.646</b> <b>Depreciação acumulada:</b> <b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b> (11.903) (5.641) (98) (27.552) (3.728) – (48.922) Adições (5.743) (3.040) (93) (13.542) (1.882) – (24.300) Baixas – 102 – 421 – – 523 <b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b> <b>(17.646)</b> <b>(8.579)</b> <b>(191)</b> <b>(40.673)</b> <b>(5.610)</b> <b>–</b> <b>(72.699)</b> <b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025</b> <b>110.060</b> <b>29.829</b> <b>635</b> <b>108.388</b> <b>5.800</b> <b>3.235</b> <b>257.947</b> Taxa anual de depreciação – % 4,5 10,15 10,20 10,15 20,25 – – (*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R\$ 17.				<b>Equipamentos Imobilizados em andamento</b> 31/12/2025 31/12/2024 <b>Total</b> <b>7.990</b> <b>325.059</b> Edificações 6.595 6.724 Instalações e benfeitorias 1.172 (1.154) Móveis e utensílios 1.003 (11.178) 17 Máquinas e equipamentos 1.003 (11.178) 17 <b>Total</b> <b>7.990</b> <b>325.059</b> <b>Custo:</b> <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b> 126.453 27.804 605 132.578 9.524 22.097 319.061 Adições – 68 122 435 22.635 22.260 Baixas – (3.156) – – (13.106) (16.262) Transferências 109 7.699 43 14.382 403 (22.636) – <b>Custo em 31 de dezembro de 2024</b> <b>126.562</b> <b>35.503</b> <b>716</b> <b>143.926</b> <b>10.362</b> <b>7.990</b> <b>325.059</b> <b>Depreciação acumulada:</b> <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b> (6.356) (2.980) (33) (15.410) (2.033) – (26.812) Adições (5.547) (2.661) (65) (13.033) (1.695) – (23.001) Baixas – – 891 – – – 891 <b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b> <b>(11.903)</b> <b>(5.641)</b> <b>(98)</b> <b>(27.552)</b> <b>(3.728)</b> <b>–</b> <b>(48.922)</b> <b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024</b> <b>114.659</b> <b>29.862</b> <b>618</b> <b>116.374</b> <b>6.634</b> <b>7.990</b> <b>276.137</b> Taxa anual de depreciação – % 4,5 10,15 10,20 10,15 20,25 – – <i>continua...</i>				

... continuação

**Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "impairment":** O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. As projeções do fluxo de caixa foram feitas considerando a vida útil dos ativos de cada UGC (unidade geradora de caixa). Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia. A taxa de desconto real foi estimada com base na taxa média ponderada do custo de capital WACC de 12,3% (10,5% em 31 de dezembro de 2024). Foi considerado uma taxa de crescimento consistente com a inflação de longo prazo estimada em 3,8%. O resultado projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, bem como os fluxos de caixa foram estimados considerando a vida útil dos ativos. O preço dos serviços aumenta em linha com a inflação projetada para os próximos anos, conforme previsto nos contratos. Os custos variam conforme o volume realizado e são atualizados pela taxa de inflação projetada. **10. Intangível – 10.1 Política contábil:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos. **10.2 Composição dos saldos:** A composição e movimentação do ativo intangível em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

	Intangível	Soft- em andamento	Total
<b>Custo:</b>			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	2.434	1.431	3.865
Adições	-	437	437
Baixas	-	(147)	(147)
Transferências (*)	1.694	(1.711)	(17)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.128</b>	<b>10</b>	<b>4.138</b>
<b>Amortização acumulada:</b>			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	(1.773)	-	(1.773)
Adição	(752)	-	(752)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(2.525)</b>	<b>-</b>	<b>(2.525)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.603</b>	<b>10</b>	<b>1.613</b>
Taxa anual de amortização - %	20,50	-	-

(\*) Considera as transferências de imobilizado para intangível no montante de R\$ 17.

	Intangível	Soft- em andamento	Total
<b>Custo:</b>			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	2.434	-	2.434
Adições	-	1.431	1.431
<b>Custo em 31 de dezembro 2024</b>	<b>2.434</b>	<b>1.431</b>	<b>3.865</b>
<b>Amortização acumulada:</b>			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	(973)	-	(973)
Adição	(800)	-	(800)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2024</b>	<b>(1.773)</b>	<b>-</b>	<b>(1.773)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>661</b>	<b>1.431</b>	<b>2.092</b>
Taxa anual de amortização - %	20,50	-	-

**11. Direito de uso e passivo de arrendamento – 11.1 Política contábil:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, mensurado através do valor presente das parcelas futuras, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos, mais custos diretos associados ao contrato de arrendamento. Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Companhia não possui a intenção de comprar esses ativos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **11.2 Composição dos saldos –** A composição e movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada abaixo: **11.2.1 Direito de uso**

**11.2.1 Direito de uso**

	Imóveis	Equipamentos	Área portuária	Total
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023 – Reapresentado</b>	<b>161.554</b>	<b>5.488</b>	<b>79.378</b>	<b>246.420</b>
Constituição e remensuração de contratos	8.478	2.238	-	10.716
Amortização	(8.033)	(4.610)	(3.750)	(16.393)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024 – Reapresentado</b>	<b>161.999</b>	<b>3.116</b>	<b>75.628</b>	<b>240.743</b>
Constituição e remensuração de contratos	11.677	12.058	-	23.735
Baixas	-	(122)	-	(122)
Amortização	(8.612)	(4.228)	(3.686)	(16.526)
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>165.064</b>	<b>10.824</b>	<b>71.942</b>	<b>247.830</b>

**11.2.2 Passivo de arrendamento:** Abaixo a movimentação dos passivos de arrendamentos:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos líquidos inicial</b>	<b>226.922</b>	<b>238.873</b>
Constituição e remensuração de contratos	23.735	10.716
Apropriação de encargos financeiros	20.215	23.375
Pagamento de contraprestação	(46.144)	(43.910)
Pagamento de juros	(692)	(2.132)
Baixas	(99)	-
<b>Saldos líquidos final</b>	<b>223.937</b>	<b>226.922</b>
Circulante	7.138	27.536
Não circulante	216.799	199.386
Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamentos não descontado a valor presente:		
<b>Ano</b>	<b>Santos</b>	
Até 1 ano	26.910	25.743
De 1 a 2 anos	25.743	25.810
De 2 a 3 anos	25.810	21.503
De 3 a 4 anos	21.503	21.609
De 4 a 5 anos	21.609	325.217
Mais de 5 anos	325.217	446.792
<b>Passivos de arrendamentos</b>	<b>446.792</b>	<b>446.792</b>
<b>12. Fornecedores</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Fornecedores nacionais	9.287	8.186
Fornecedores estrangeiros	1.494	1.484
<b>Total</b>	<b>10.781</b>	<b>9.670</b>
<b>13. Obrigações tributárias</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
COFINS	1.867	1.767
ISS s/ faturamento	1.194	1.009
PIS	404	383
Outras obrigações	295	332
<b>Total</b>	<b>3.760</b>	<b>3.491</b>
<b>14. Obrigações sociais e trabalhistas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Provisão para bônus e gratificações	2.189	2.487
Férias e encargos	1.809	1.867
INSS a recolher	461	442
IRRF a recolher	179	181
FGTS a recolher	145	145
<b>Total</b>	<b>4.783</b>	<b>5.122</b>

**15. Partes relacionadas – 15.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração:** As despesas com remuneração do pessoal-chave da administração estão registradas na controladora Hidrovias do Brasil S.A. **15.2 Transações entre partes relacionadas:** Os valores de partes relacionadas referem-se basicamente a transações financeiras sob condições contratuais, definidas internamente pela Companhia e demais partes relacionadas interessadas. As transações entre partes relacionadas, incluindo aquelas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa estão demonstradas abaixo:

	Ativo	Passivo	Resultado Operacional
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
<b>Despesas compartilhadas</b>	-	-	7.075
Hidrovias do Brasil S.A.	-	978	436
<b>Prestação de serviços, aquisição de insumos e outros</b>	-	-	7.335
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	1	273	273
Hidrovias do Brasil S.A.	226	342	5.923
<b>Operações financeiras</b>	-	-	28.449
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. (a)	-	316.795	274.079
Hidrovias do Brasil S.A.	-	15.793	1.612
Hidrovias do Brasil – Holding Norte Ultra (b)	-	-	1.534
Total de transações com partes relacionadas	36.507	343	44.684
Caixa e equivalentes de caixa	36.507	-	-
Contas a receber com partes relacionadas	227	343	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	339.762	294.245

(a) Refere-se ao contrato de mútuo celebrado entre HB Santos e HB Vila do Conde. (b) Refere-se a aplicações financeiras equivalentes de caixa da Companhia em Fundo controlado pelo Grupo Ultra. **16. Patrimônio líquido – a) Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 203.905 (R\$ 203.905 em 31 de dezembro de 2024), representado por 203.904.863 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2025	31/12/2024
	Ações ordinárias	Ações ordinárias
<b>Acionistas</b>		
Hidrovias do Brasil S.A.	203.904.863	203.904.863
Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A.	-	-
<b>Total</b>	<b>203.904.863</b>	<b>203.904.863</b>

Em 2025 a Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A. foi incorporada pela Hidrovias do Brasil S.A. Decorrente da incorporação, a Hidrovias do Brasil S.A. passou a deter 100% do capital social da HB Santos. **17. Compromissos –** Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com alguns dos nossos clientes, com requisitos mínimos de volume e tarifa pré-acordados e ajustados conforme contrato. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto. A Companhia possui alguns contratos de longo prazo com os seguintes vencimentos:

	Vencimentos
Santos	Contrato I – Vencimento em 2032; Contrato II – Vencimento em 2029; Contrato III – Vencimento em 2027.

**18. Receita líquida – 18.1 Política contábil:** As receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ou a transferência de controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, bem como quando for altamente provável que a Companhia receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos. A Companhia reconhece a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente. A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas e outras deduções, se aplicáveis. A Companhia não possui obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possuem componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada. A receita de prestação de serviços está representada pelo serviço integrado

de recebimento, armazenagem e expedição de grãos sólidos. A Companhia detém contratos com clientes aos quais possuem cláusulas de Take or Pay. As receitas de serviços prestados são reconhecidas em função da efetiva prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais. **18.2 Composição dos saldos:** As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com prestação de serviços	179.572	159.902
<b>Total da receita de prestação de serviço bruta</b>	<b>179.572</b>	<b>159.902</b>
Impostos sobre a receita bruta	(25.154)	(22.451)
<b>Subtotal dos impostos</b>	<b>(25.154)</b>	<b>(22.451)</b>
(-) Desconto concedidos	(1.527)	(896)
<b>Total da receita líquida</b>	<b>152.891</b>	<b>136.555</b>
<b>19. Custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza –</b> A Companhia apresenta os resultados por natureza na demonstração do resultado por função, e apresenta a seguir o detalhamento dos custos, despesas e outros resultados operacionais por natureza: <b>31/12/2025</b> <b>31/12/2024</b>		
Salários, encargos e benefícios	(34.423)	(32.151)
Depreciações e amortizações (a)	(40.801)	(40.207)
Serviços de Informática	(3.649)	(2.841)
Manutenção	(6.954)	(4.731)
Combustível	(1.980)	(1.980)
Serviços de terceiros	(10.110)	(8.720)
Aluguéis	(9.719)	(5.938)
Viagens e Passagens	(210)	(189)
Copa e cozinha	(404)	(251)
Operacionais e segurança	(20.017)	(16.439)
Taxas e encargos diversos	(420)	(685)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	336	(2.150)
Processos judiciais	66	512
Seguros	(1.148)	(1.263)
Doações	-	(13.106)
Outras (despesas) receitas	(6.077)	(4.048)
<b>Total</b>	<b>(135.536)</b>	<b>(134.187)</b>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(116.808)	(101.625)
Estimativa de perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	336	(2.150)
Gerais e administrativas	(18.687)	(29.120)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(377)	(1.292)
<b>Total</b>	<b>(135.536)</b>	<b>(134.187)</b>

(a) Os ajustes referentes aos créditos de PIS/COFINS no Brasil, decorrentes dos pagamentos das parcelas de arrendamento, são registrados a crédito das despesas de depreciação do direito de uso e despesas financeiras. Nesse sentido durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes registrados na rubrica de depreciações e amortizações estão líquidos dos créditos tributários mencionados no montante de R\$ 777 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2024).

**20. Resultado financeiro – 20.1 Política contábil:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre mútuos e arrendamentos. **20.2 Composição dos saldos:** O quadro a seguir demonstra a composição das receitas e despesas financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas</b>		
Rendimentos financeiros de aplicações financeiras	2.512	1.834
Juros sobre outros ativos	(192)	5
<b>Total</b>	<b>2.320</b>	<b>1.839</b>
<b>Despesas</b>		
Juros sobre mútuos e arrendamento	(57.825)	(47.893)
Outras	(1.115)	(3.491)
<b>Total</b>	<b>(58.940)</b>	<b>(51.384)</b>
<b>Variações Monetárias e Cambiais, líquida</b>		
Despesa	(105)	(1.008)
<b>Total</b>	<b>(105)</b>	<b>(1.008)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(56.725)</b>	<b>(50.553)</b>
<b>21. Imposto de renda e contribuição social – 21.1 Política contábil:</b> Na Companhia, os valores desses tributos do exercício, correntes, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substitivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. <b>21.2 Reforma tributária:</b> No decorrer de 2024, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que resultou na edição da Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025. Essa lei regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 32/2023, e cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). A Reforma mantém o período de transição já previsto, que ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual o atual modelo tributário será gradualmente substituído pelas novas regras. A Lei Complementar nº 214/2025 não definiu, até o momento, as alíquotas do IBS e da CBS. Além disso, segue em tramitação o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, que tratará de procedimentos operacionais e administrativos relacionados ao novo sistema tributário. Dessa forma, os efeitos contábeis e tributários da Reforma somente poderão ser avaliados de maneira completa após a conclusão do processo de regulamentação. Assim, não há impactos decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. <b>21.3 Composição dos saldos: 21.3.1 Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado</b>		
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(39.370)	(48.185)
Alíquota nominal	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL à Alíquota Nominal</b>	<b>13.386</b>	<b>16.383</b>
<b>Ajustes Permanentes:</b>		
Despesas Indedutíveis	(247)	(4.655)
<b>Outros ajustes:</b>		
Imposto diferido s/ diferenças temporárias não reconhecidos	(4.551)	(4.036)
Imposto diferido s/ prejuízos fiscais não reconhecidos	(8.588)	(7.692)
Outros Ajustes	45	16
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>45</b>	<b>16</b>
Impostos correntes	45	16
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(0,11%)</b>	<b>(0,03%)</b>

**22. Gestão de riscos – 22.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: Custo amortizado, valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A Companhia avalia classificação e mensuração dos instrumentos de acordo com o seu modelo de gerenciamento de instrumentos financeiros conforme abaixo: • Custo amortizado: instrumentos financeiros mantidos com o objetivo de receber e cumprir com

	Nível	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	-	5	38.890	22.383	38.890	22.383
Contas a receber de clientes	6	6	11.776	13.727	11.776	13.727
Créditos com partes relacionadas	15	15	227	343	227	343
<b>Passivos</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	-	12	10.781	9.670	10.781	9.670
Partes relacionadas	15	15	339.762	294.245	339.762	294.245

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Possibilidade de perdas resultantes de exposições a taxas de câmbio diferentes da moeda funcional de reporte, podendo ser de origem financeira ou operacional	Busca pela neutralidade cambial, utilizando instrumentos de proteção caso aplicável
Risco de mercado – Taxa de juros	Possibilidade de perdas resultantes da contratação de ativos ou passivos financeiros pré-fixados	Manter a maior parte da exposição líquida financeira indexada a taxas flutuantes, referenciada à taxa básica de juros
Risco de crédito	Possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento das obrigações financeiras pela contraparte, devido a problemas de insolvência ou deterioração na classificação de risco	Diversificação, monitoramento de indicadores de solvência e liquidez de contrapartes
Risco de liquidez	Possibilidade de incapacidade de honrar obrigações, inclusive garantias, e incorrer em perdas.	Para gestão de caixa: liquidez dos investimentos financeiros. Para gestão de dívida: busca pela combinação de melhores prazos e custos, pelo monitoramento da relação entre prazo médio da dívida e alongamento financeira.

**22.3.1 Risco de mercado – taxa de câmbio e taxa de juros:** A Administração, analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerar as exposições são estabelecidos pela Administração, compartilhadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos seus propósitos originais. No que tange à exposição cambial, a Companhia utiliza instrumentos financeiros para gerar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado. Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado, a Companhia possui exposição no valor justo dos fluxos de caixa futuros de seus instrumentos financeiros. Os ativos e passivos, expostos a moeda estrangeira convertidos para Reais, e/ou expostos a taxas de juros flutuantes estão demonstrados a seguir:

	Taxa de câmbio	Taxa de juros
	Nota explicativa	Índice/Moeda
	31/12/2025	31/12/2024

... continuação

mercado impactadas pelas taxas de Depósito Interbancário ("DI") e Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). A análise de sensibilidade demonstra a despesa e a receita incremental que teriam sido reconhecidas no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente. A taxa base anual utilizada foi de 14,90% e a taxa sensível foi de 13,82% de acordo com as taxas referenciais disponibilizadas pela B3.

**22.3.2 Risco de crédito:** É o risco da Companhia, sofrer perdas financeiras caso uma contraparte não cumpra uma obrigação prevista em contrato. A Companhia está exposta principalmente em atividades operacionais através de seus recebíveis de clientes e atividades de investimento através de sua caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito no período em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 eram:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	38.890	22.383
Contas a receber	11.776	13.727
<b>Total</b>	<b>50.666</b>	<b>36.110</b>

**22.3.2.1 Contas a receber de clientes:** A Companhia avalia o perfil de crédito de cada novo cliente para realizar liberação de crédito. A análise de crédito efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são avaliados individualmente. As estimativas de perda de crédito são

calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência baseado na experiência histórica e informações prospectivas que auxiliam na definição do risco de crédito de cada cliente. Tais riscos de crédito são administrados em cada segmento da Companhia, por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito. A Companhia tem registrado em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 1.814 (R\$ 2.150 em 31 de dezembro de 2024) correspondente a estimativa de perdas esperadas referente ao contas a receber, vide nota explicativa nº 6.3.

**22.3.2.2 Instituições financeiras:** O direcionamento estratégico da Companhia é tratado em reuniões do comitê executivo e supervisionado pelo Conselho de Administração da controladora Hidrovias do Brasil S.A. A alocação de capital em aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são direcionadas pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida a fim de reduzir o seu risco financeiro e, portanto, restringe a exposição às instituições financeiras de primeira linha, com classificação *investment grade* pelas agências de risco amplamente aceitas no mercado, além de reduzir o risco por meio da diversificação das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o rating das contrapartes eram:

	Valor justo	31/12/2025	31/12/2024
<b>Rating de crédito da contraparte</b>			
AAA	36.828	22.084	
AA	2.062	299	
<b>Total</b>	<b>38.890</b>	<b>22.383</b>	

**22.3.3 Risco de liquidez:** A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela

companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do seu plano estratégico. Nesse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que apresentem capital circulante líquido negativo, não comprometem a sua liquidez, uma vez que a mesma é controlada integralmente pela Hidrovias do Brasil S.A., a qual tem capacidade de aportar capital na Companhia. A tabela a seguir resume os passivos financeiros e arrendamentos a pagar da Companhia em 31 de dezembro de 2025, classificados por faixas de vencimento. Os valores apresentados são fluxos de caixa não descontados contratados e podem diferir dos saldos do balanço patrimonial:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Fornecedores	10.781	-	-	-
Passivo de arrendamento	26.910	25.743	25.810	368.329
Contas a pagar com partes relacionadas	12.961	326.801	-	-

**22.4 Gestão de capital:** A Companhia administra e otimiza sua estrutura de capital com base em indicadores, com a intenção de garantir a continuidade normal dos negócios e a maximização do retorno aos seus acionistas. A estrutura de capital é composta pela dívida líquida (arrendamentos a pagar conforme nota explicativa nº 11.2 após a dedução dos saldos de caixa, equivalentes de caixa conforme nota explicativa nº 5), e pelo patrimônio líquido. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras. Em adição, a Companhia também procura melhorar o seu retorno

sobre o capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos. Anualmente a Companhia realiza a revisão da sua estrutura de capital, avaliando o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital, incluindo a análise do coeficiente de alavancagem, que é determinado como a proporção entre a dívida líquida e o patrimônio líquido. O coeficiente de alavancagem no final do período/exercício é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida bruta e arrendamento a pagar (a)	223.937	226.922
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (b)	38.890	22.383
<b>Dívida líquida = (a) - (b)</b>	<b>185.047</b>	<b>204.539</b>
Patrimônio líquido	(9.596)	29.729
<b>Relação dívida líquida/patrimônio líquido (-1.928%)</b>		<b>688%</b>

**23. Eventos subsequentes:** Em 05 de março de 2026, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie quirográfaria, sem garantia real. A operação será realizada por meio de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e sem a realização de esforços de venda junto a investidores. A debenturista da transação é a coligada Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A. A emissão totaliza o montante de R\$315.000, com vencimento em 05 de março de 2031, com juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures equivalentes a 105% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Décio Sampaio Amaral - Diretor Presidente

André Saleme Hachem - Vice Presidente de Finanças e RI

Christian Rodrigues Soares Junior - Contador CRC 1SP 330.307/0-0

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: A demonstração individual do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação

suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valores correspondentes:** Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditados por outro auditor, que emitiu relatório sem modificação em 31/03/2025. Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 4, foram auditados por outro auditor, que emitiu relatório datado de 31/03/2026, o qual não teve nenhuma modificação. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Adminis-

tração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos

de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026  
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011.609/0-8  
Carolina Caetano Molina  
Contadora - CRC nº 1SP 268.052  
**Deloitte.**

## Sijbe Administração de Bens e Participações S.A.

CNPJ nº 02.085.820/0001-59

Demonstrações do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em Reais)

Balanço Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Lucros ou Prejuízos Acumulados	
Ativo	31.12.2025	31.12.2024	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital	
<b>Circulante</b>			<b>1.922.754,00</b>	<b>4.078.350,78</b>	<b>598.251,52</b>
Bancos Conta Movimento	10.839,65	1,00	-	598.251,52	-
Aplicações Financeiras	31.487,25	78.386,93	-	-	5.640.922,29
Clientes	10.000.000,00	10.000.000,00	-	-	(8.711.525,62)
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	-
Estoque	24.266.535,36	23.979.769,72	-	-	(5.640.922,29)
Outros Créditos	1.787,50	1.787,50	-	-	8.711.525,62
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>34.310.649,76</b>	<b>34.059.945,15</b>	<b>1.922.754,00</b>	<b>4.676.602,30</b>	<b>(3.070.603,33)</b>
<b>Não-Circulante</b>					
Imobilizado	1.465.760,14	1.465.760,14	-	-	(2.665.684,77)
Investimentos	510.100,00	510.100,00	-	-	(2.418.929,68)
<b>Total do Ativo Não-Circulante</b>	<b>1.975.860,14</b>	<b>1.975.860,14</b>			
<b>Total do Ativo</b>	<b>36.286.509,90</b>	<b>36.035.805,29</b>			
<b>Passivo</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>			
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	2.310,00	2.200,00	-	-	(2.743.386,71)
Outras Contas a Pagar	1.474,13	72.792,31	-	-	1.578.311,09
Obrigações Trabalhistas	3.664,39	6.067,58	-	-	3.725.514,52
Obrigações Tributárias	12.836,43	15.442,85	-	-	(1.450.394,26)
Tributos Fiscais Diferidos	667.000,00	667.000,00	-	-	(3.842.555,68)
IRPJ e CSLL a Pagar	103.819,04	105.595,00	-	-	-
Dividendos a Pagar	2.275.120,26	-	-	-	-
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>3.066.224,25</b>	<b>869.097,74</b>	<b>1.922.754,00</b>	<b>1.852.754,06</b>	<b>1.165.075,62</b>
<b>Não-Circulante</b>					
Emprestimos - Partes Relacionadas	27.750.951,97	29.690.773,87	-	-	(2.743.386,71)
Outras Obrigações LP	528.750,00	535.350,00	-	-	3.725.514,52
<b>Total do Passivo Não-Circulante</b>	<b>28.279.701,97</b>	<b>30.226.123,87</b>	<b>1.922.754,00</b>	<b>1.852.754,06</b>	<b>(1.578.311,09)</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>31.345.926,22</b>	<b>31.095.221,61</b>	<b>1.922.754,00</b>	<b>3.017.829,68</b>	<b>(1.567.435,42)</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital Social	1.922.754,00	1.922.754,00	-	-	-
Reservas	3.017.829,68	1.852.754,06	-	-	(113.725,83)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(5.292.949,94)	(1.578.311,09)	-	-	(119.024,18)
Lucros ou Prejuízos Do Exercício	3.725.514,52	2.743.386,71	-	-	4.017.419,66
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>3.373.148,26</b>	<b>4.940.583,68</b>			<b>3.050.009,43</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>34.719.074,48</b>	<b>36.035.805,29</b>			<b>3.050.009,43</b>
<b>Demonstrações do Fluxo de Caixa</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>Demonstrações do Resultado do Exercício</b>		
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>3.725.514,52</b>	<b>2.743.386,71</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2025</b> / <b>31.12.2024</b>
Resultado do Exercício	3.725.514,52	2.743.386,71	Receitas Brutas	3.940.331,14	3.726.970,59
<b>Itens Que Não Afetam o Caixa</b>			Deduções	(143.822,07)	(136.034,43)
Depreciações e Amortizações	0,00	0,00	<b>= Receita Líquida</b>	<b>3.796.509,07</b>	<b>3.590.936,16</b>
<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>	<b>3.725.514,52</b>	<b>2.743.386,71</b>	Custos	0,00	0,00
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>			<b>= Lucro Bruto</b>	<b>3.796.509,07</b>	<b>3.590.936,16</b>
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	3.850,00	Despesas Administrativas	(95.058,25)	(99.940,21)
Estoques	(286.765,64)	(3.676.798,76)	Despesas Financeiras	(8.570,49)	(109.571,67)
Outros Créditos	0,00	99,28	Despesas Gerais	(738.635,40)	(1.381.437,73)
			Despesas Tributárias	(141.929,18)	(138.316,68)
			Outras Despesas Operacionais	(681.913,85)	(38.473,35)
			<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>1.922.754,00</b>	<b>1.852.754,06</b>
			Investimentos Partes Relacionadas	0,00	116.244,50
			<b>Total Das Aplicações</b>	<b>(286.765,64)</b>	<b>(3.556.604,98)</b>
			<b>Variação Líquida do Caixa</b>	<b>(36.061,03)</b>	<b>(2.149.099,08)</b>
			Saldo de Caixa e Equivalentes no Início do Período		78.387,93
			Saldo de Caixa e Equivalentes no Final do Período		42.326,90
			<b>Variação Líquida Nas Disponibilidades</b>	<b>(36.061,03)</b>	<b>(2.149.099,08)</b>
			<b>George Alfredo Salem Nastas -</b>	<b>Andre Dalecio Soares -</b>	
			Sócio - Administrador - CPF 285.924.858-78	Contador - CPF: 397.473.308-65 - CRC 1SP314568/0-8	

## DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,1649 / R\$ 5,1655 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,1564 / R\$ 5,1584 \*

Turismo - R\$ 5,1807 / R\$

5,3607

(\*) cotação média do

mercado

(\*\*) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: +0,01%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: +0,05%

Pontos: 188.052

Volume financeiro: R\$

25,841 bilhões

Maiores altas: Petrorio

ON (+5,68%), Auren

ON (+4,49%), Brava ON

(+3,28%)

Maiores baixas: Raia

Drogasil ON (-3,95%),

Cyrela ON (-3,51%),

Suzano ON (-2,38%)

S&amp;P 500 (Nova York):

0,11%

Dow Jones (Nova York):

-0,13%

Nasdaq (Nova York):

0,18%

CAC 40 (Paris): -0,24%

Dax 30 (Frankfurt):

## Tellus Power Green Ltda.

CNPJ nº 47.860.443/0001-16 - NIRE 35.23986640

Resolução de Sócia

Tellus Power Limited, sociedade constituída de acordo com as leis de Hong Kong, onde possui sua sede Hang Wai Ind Centre 6, Kin Tai St, Tuen Mun, Hong Kong, inscrita no CNPJ sob o nº 46.575.600/0001-89, neste ato por seu representante legal no país, Adalberto Machado da Silva, brasileiro, solteiro, contador, portador da carteira de identidade nº 09248429-4, emitida pelo Detran, inscrito no CPF sob o nº 011.693.727-08, com endereço nesta cidade e estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Rua Almirante Guilhem 366, 6º andar, Leblon. Única sócia da sociedade empresária limitada Tellus Power Green Ltda, com sede na Rua Afonso Braz 473, conjunto 95, sala 4, Vila Nova Conceição, SP, CEP: 04511-011, resolve aprovar o que segue: 1) Aprovar, sem qualquer reserva, e para os efeitos do artigo 1078 § 3º da Lei 10.406/02, as contas da administração, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado relativos ao exercício findo em 2024; 2) Ratificar sua concordância com valor baixado para o resultado na quantia de R\$ 46.482,25 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), gerado por pagamento de despesas da Tellus Power Green Ltda, extinguindo-se obrigação de reembolso pela sócia. 3) A administração da Sociedade fica desde já autorizada a coordenar e promover todos os atos necessários para registro do presente documento. São Paulo, 11 de dezembro de 2025 Tellus Power Limited - por Adalberto Machado da Silva.

## Data Mercantil

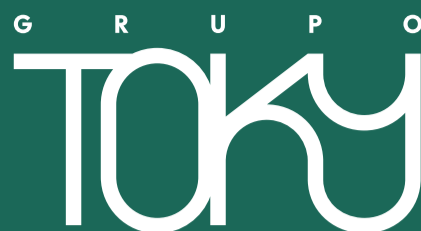
A melhor opção para sua empresa

## Agro Merchants Brasil Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 21.859.908/0001-25 - NIRE 35.228.987.449

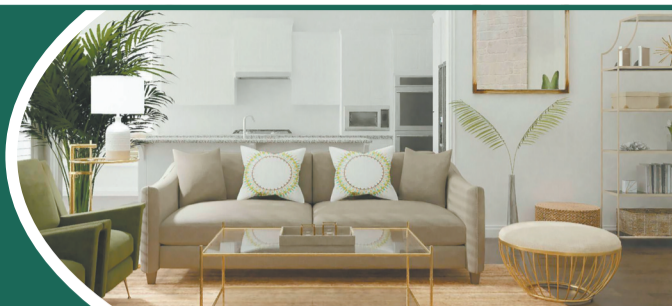
Extrato da Ata de Reunião de Sócios realizada em 12/11/2025

Data, Horário e Local: Aos 12/11/2025, às 10hs, na sede. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista o comparecimento da sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. Mesa: Presidente: Maria Alice Nogueira de Sá



# Grupo Toky S.A.

(anteriormente denominada Mobly S.A.)  
CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01  
NIRE 35.300.561.201



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 2025

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
<b>Ativo circulante</b>						<b>Passivo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	109	63	30.718	23.036	Fornecedores	14	15.022	23.665	184.995	234.195
Contas a receber	6	–	–	106.886	138.957	Risco sacado	14.1	–	–	39.895	6.640
Estoques	7	–	–	239.384	272.030	Salários e encargos sociais	15	3.544	1.561	50.829	65.135
Créditos diversos	8	131.728	160.267	22.365	33.454	Impostos a recolher	22	45	874	174.106	114.980
Depósitos e bloqueios judiciais	18	3	3	392	431	Empréstimos e financiamentos	16	–	–	25.840	–
Impostos a recuperar	9	5.833	6.422	185.696	229.809	Adiantamentos de clientes	17	–	–	23.398	42.062
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>137.673</b>	<b>166.755</b>	<b>585.442</b>	<b>697.717</b>	Passivo de arrendamento	21	–	–	94.152	105.600
<b>Ativo não circulante</b>						Provisão para contingências a pagar	19	–	–	383	–
Investimentos	11	323.715	300.591	–	–	Outras contas a pagar	20	42	–	70.091	34.029
Outros Ativos Financeiros a valor justo		–	–	104.371	–	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>18.653</b>	<b>26.100</b>	<b>662.133</b>	<b>602.641</b>
Impostos a recuperar	9	–	–	140.075	159.234	<b>Passivo não circulante</b>					
Depósitos e bloqueios judiciais	18	–	–	85.764	87.494	Empréstimos e financiamentos	16	944	–	481.518	357.833
Créditos diversos	8	–	13	3.036	4.941	Provisão para perdas em investimentos	11	156.036	81.245	47.477	77.678
Outras Contas a Receber		–	–	4.734	4.734	Provisão para contingências	19	–	–	31.771	12.838
Partes Relacionadas	10	–	–	–	–	Impostos a recolher	22	150	–	78.041	256.825
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>481.195</b>	<b>300.604</b>	<b>337.980</b>	<b>256.407</b>	Dívidas com acionistas não controladores	23	–	–	212.568	354.319
Imobilizado	12	–	–	180.654	196.350	Passivo de arrendamento	21	–	–	9.616	75.543
Direito de uso	21	–	–	249.427	374.452	Tributos Diferidos	2.4.2	–	–	89.017	99.677
Intangível	13	–	–	480.789	506.098	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>157.130</b>	<b>81.245</b>	<b>950.008</b>	<b>1.234.713</b>
<b>Total</b>		<b>481.195</b>	<b>300.604</b>	<b>1.248.850</b>	<b>1.076.900</b>	<b>Patrimônio líquido</b>					
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>481.195</b>	<b>300.604</b>	<b>1.248.850</b>	<b>1.333.307</b>	Capital social	24	1.239.302	1.085.945	1.239.302	1.085.945
<b>Total do ativo</b>		<b>618.868</b>	<b>467.356</b>	<b>1.834.292</b>	<b>2.031.024</b>	Reserva de capital		59.786	48.938	59.786	48.938
						Reserva de plano de opções de compra de ações		12.894	–	12.894	–
						Prejuízos acumulados		(868.897)	(774.872)	(868.897)	(774.872)
						<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>443.085</b>	<b>360.011</b>	<b>443.085</b>	<b>360.011</b>
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores		–	–	(220.934)	(166.342)
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>443.085</b>	<b>360.011</b>	<b>222.151</b>	<b>193.669</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>618.868</b>	<b>467.356</b>	<b>1.834.292</b>	<b>2.031.024</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(94.089)</b>	<b>(149.179)</b>	<b>(146.886)</b>	<b>(164.081)</b>
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>		<b>(94.089)</b>	<b>(149.179)</b>	<b>(146.886)</b>	<b>(164.081)</b>
Resultado abrangente atribuível a sócios controladores		(94.089)	(149.179)	(94.089)	(149.179)
Resultado abrangente atribuível a sócios não controladores		–	–	(52.797)	(14.902)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(94.089)</b>	<b>(149.181)</b>	<b>(146.886)</b>	<b>(164.081)</b>
<b>Ajustes para</b>					
Depreciação	12	–	–	46.148	31.583
Amortização	13	–	–	42.139	18.990
Depreciação – direito de uso	21	–	–	112.015	39.519
Amortização de mais Valia		13.317	14.049	–	14.049
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos		22.036	–	101.414	6.624
Juros passivos de arrendamento	21	–	–	41.211	11.922
Juros sobre antecipação de recebíveis	28	–	–	48.378	15.076
Atualização monetária sobre contingências		–	–	–	5.728
Atualização monetária sobre empréstimos		–	–	–	1.214
Outras (receitas)/despesas financeiras	27	(21.837)	(677)	(31.488)	–
Provisões para contingências	19	–	–	(29.818)	13.327
Provisões	20	–	–	10.378	(1.848)
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	11	67.204	101.105	–	–
Resultado da alienação de imobilizado e intangível	27.b	–	–	6.594	(4.857)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	6	–	–	–	(328)
Provisão para realização dos estoques		–	–	–	6.909
Provisão para programa de incentivo a longo prazo	10.1	1.499	3.546	(1.528)	3.546
Impostos Diferidos		(6.513)	–	(10.660)	–
Baixa Líquida de arrendamento		–	–	(20.566)	–
Outros		63	–	(3.260)	–
<b>Variação nos ativos operacionais</b>					
Contas a receber		–	–	32.073	(25.388)
Estoques		–	–	32.646	(2.318)
Depósitos e bloqueios judiciais	18	–	–	1.769	(588)
Créditos diversos e impostos a recuperar		29.141	(2.867)	(73.574)	21.272
Partes relacionadas		(3.478)	–	–	–
<b>Variação nos passivos operacionais</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar		(8.601)	12.378	10.359	3.036
Salários e encargos sociais e impostos a recolher		1.304	(161)	63.753	(20.716)
Adiantamentos de clientes		–	–	(10.114)	(787)
<b>Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>46</b>	<b>(21.808)</b>	<b>220.983</b>	<b>(28.116)</b>
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	–	–	–	(2.533)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	21	–	–	(52.665)	(11.874)
Pagamento de juros de antecipação de recebíveis	28	–	–	(48.378)	(8.482)
Outros juros pagos		–	(44)	–	–
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>46</b>	<b>(21.852)</b>	<b>119.940</b>	<b>(51.005)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Juros de aplicações financeiras	28	–	715	–	–
Efeito do caixa na aquisição de controlada		–	–	–	20.754
Recursos provenientes da alienação de ativo imobilizado	27	–	–	–	–
Investimento FIDC		–	–	34.000	–
Aquisição do ativo imobilizado	12	–	–	(48.629)	(12.255)
Aquisição do ativo intangível	13	–	–	(19.390)	(15.234)
Aquisição do direito de uso		–	–	(2.509)	–
<b>Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>–</b>	<b>715</b>	<b>(36.528)</b>	<b>(6.735)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Antecipação de recebíveis		–	–	25.840	–
Captação de empréstimos	16	–	–	–	26.843
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	–	–	–	(60.295)
Pagamento de passivo de arrendamento	21	–	–	(101.570)	(38.404)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(75.730)</b>	<b>(71.856)</b>
<b>Aumento(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>46</b>	<b>(21.137)</b>	<b>7.682</b>	<b>(129.596)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	63	21.200	23.036	152.632
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	109	63	30.718	23.036
<b>Aumento(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>46</b>	<b>(21.137)</b>	<b>7.682</b>	<b>(129.596)</b>
<b>Transações que não afetaram caixa</b>					
Baixa plano de recuperação extrajudicial		–	–	(357.833)	–
Baixa dívida com acionistas não controladores		–	–	(186.868)	–
Baixa outras dívidas/outras contas a pagar		–	–	(65.032)	–
Permuta de ações na aquisição da Tokstok		–	(34.617)	–	–
Emissão de debêntures públicas		–	–	477.567	–
Emissão de debêntures privadas		–	–	132.165	–
Transferência de adiantamentos para patrimônio líquido (custos com emissões de novas ações)		–	100	–	–
Creditos Diversos (subarrendamentos)	21	–	–	–	–

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Notas	Controladora		Consolidado		
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Receita operacional líquida	25.a	–	–	1.445.029	811.197	
Custo dos produtos vendidos	25.b	–	–	(686.323)	(436.712)	
<b>Lucro bruto</b>				<b>758.706</b>	<b>374.485</b>	
Despesas comerciais	26.a	(35)	–	(600.974)	(326.749)	
Despesas gerais e administrativas	26.b	(25.388)	(10.505)	(164.773)	(114.632)	
Resultado de equivalência patrimonial	11	(67.204)	(101.105)	–	–	
Perda de crédito esperada		–	–	(1.583)	(1.420)	
Outras receitas operacionais	27.a	–	–	33.010	13.240	
Outras despesas operacionais	27.b	(8.618)	(38.242)	(18.228)	(62.875)	
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>		<b>(101.245)</b>	<b>(149.852)</b>	<b>(752.548)</b>	<b>(492.436)</b>	
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<b>(101.245)</b>	<b>(149.852)</b>	<b>6.158</b>	<b>(117.951)</b>	
Despesas financeiras	28	(22.149)	(44)	(242.045)	(75.194)	
Receitas financeiras	28	22.792	717	78.345	29.064	
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>643</b>	<b>673</b>	<b>(163.700)</b>	<b>(46.130)</b>	
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>		<b>(100.602)</b>	<b>(149.179)</b>	<b>(157.542)</b>	<b>(164.081)</b>	
IR/CS Diferidos		6.513	–	10.656	–	
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(94.089)</b>	<b>(149.179)</b>	<b>(146.886)</b>	<b>(164.081)</b>	
Prejuízo atribuível a sócios controladores		–	(94.089)	(94.089)	(149.179)	
Prejuízo atribuível a sócios não controladores		–	–	(52.797)	(14.902)	
Prejuízo por ação – em R\$	24	–	–	–	–	
Básico		(0,7119)	(1,3924)	(0,7119)	(1,5314)	
Diluído		(0,4906)	(1,3924)	(0,4906)	(1,5314)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)								
	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reserva de plano de opções de compra de ações	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>		<b>1.085.845</b>	<b>–</b>	<b>10.875</b>	<b>(625.693)</b>	<b>471.027</b>	<b>–</b>	<b>471.027</b>
Transações de pagamento baseado em ações	10.1	–	–	3.546	–	3.546	–	3.546
Aquisição de controlada	2.4	100	34.517	–	–			

... continuação

atua com 64 lojas próprias e 5 centros de distribuição, (67 lojas próprias e 6 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2024) dos quais 4 que estão localizadas na região sudeste e 1 na região sul. O Grupo vende principalmente através de suas lojas físicas, de seus websites [www.mobly.com.br](http://www.mobly.com.br), [www.tokstok.com.br](http://www.tokstok.com.br) e [www.guldi.com.br](http://www.guldi.com.br), de websites de terceiros (marketplaces) e faz parte de suas atividades operacionais a intermediação de serviços, como a Assistência Técnica, Montagem, Garantia Estendida e Mobly Decora (detalhado na Nota Explicativa nº 13) por meio de parcerias.

**2 Base de preparação das demonstrações contábeis**

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Imobiliários (“CVM”). As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva em 31 de março de 2026. Em reunião realizada em 31 de março de 2026, o Conselho de Administração analisou e recomendou a divulgação destas demonstrações contábeis. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentados na Nota Explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Continuidade operacional:** No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 o Grupo reconhecido prejuízo líquido de R\$ 146.866 (consolidado) (prejuízo de R\$ 164.081 em 2024), fortemente influenciado pelo custo da dívida do Plano de Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok, e apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 76.691 (consolidado) (positivo em R\$ 106.659 em 31 de dezembro de 2024). No mesmo período houve geração de caixa líquido em atividades operacionais de R\$ 119.940 em 2025 (R\$ 51.005 de consumo de caixa líquido nas atividades operacionais em 2024), refletindo os impactos das iniciativas de redução de custos e sinergias da combinação de negócios, detalhadas adiante. Além disso, o Grupo avançou na redução da alavancagem consolidada e melhoria da sua estrutura de capital através da compra das debêntures Tok&Stok e parte das debêntures Tok&Stok, que reduziu o endividamento bruto do grupo em cerca de 32%, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 31. A administração entende que foram implementadas ações concretas e estruturantes que contribuíram para o equilíbrio da estrutura de capital e do fluxo de caixa da Companhia, permitindo a manutenção de recursos adequados para a continuidade de suas operações no curto prazo. Sem prejuízo do reconhecimento da existência de incertezas relacionadas à implementação integral de seu plano de negócios e a fatores macroeconômicos e setoriais fora de seu controle, entende que, com base nas medidas já implementadas e em andamento, bem como no desempenho recente observado, existem fundamentos suficientes para a adoção do pressuposto de continuidade operacional. Nesse contexto, a premissa de continuidade operacional foi considerada apropriada para a preparação das demonstrações contábeis. Dentre essas ações, destacam-se: • A combinação de negócios com a Tok&Stok, com o objetivo de ganho de escala, diluição de custos fixos e aumento da margem operacional; • A reestruturação do endividamento financeiro da Tok&Stok, que resultou em alongamento de prazos e carência no serviço da dívida; • A implementação de iniciativas operacionais com foco em geração de caixa e preservação da liquidez. A administração entende que as incertezas inerentes quanto à concretização de seu plano de negócios vêm sendo reduzidas ao longo do tempo, à medida que as sinergias operacionais relevantes venham a ser capturadas, as quais em combinação com as iniciativas a seguir, suportam a continuidade das operações do Grupo no horizonte avaliado pela administração. **Sinergia operacional:** A aquisição da Tok&Stok, formalizada em novembro de 2024, representa um pilar fundamental do plano de transformação da Companhia. A operação viabiliza a captura de sinergias operacionais relevantes, com impacto estimado positivo sobre margens, estrutura de capital e fluxo de caixa nos exercícios seguintes. As principais melhorias esperadas envolvem: • Redução de despesas gerais e administrativas, por meio da integração de estruturas e racionalização de processos; • Aproveitamento de escala nas compras, com consequente melhoria de margem bruta; • Otimização da estrutura logística e de distribuição, mediante consolidação de centros de distribuição e rotas; • Integração comercial entre canais das marcas Mobly e Tok&Stok (cross-selling e expansão do marketplace); • Simplificação e eficiência tributária, via aproveitamento de estruturas regionais e redesenho operacional. Essas sinergias foram dimensionadas com base em estudo técnico elaborado por consultoria independente e fazem parte das projeções futuras da administração. **Preservação da liquidez e do caixa da Companhia:** A Companhia tem adotado medidas contínuas para preservar sua posição de liquidez, incluindo: • Renegociação de prazos com fornecedores, buscando extensão de ciclos de pagamento; • Antecipação seletiva de recebíveis, com controle sobre custos financeiros; • Revisão de investimentos e despesas operacionais; • Gestão diária do fluxo de caixa, com foco em equilíbrio operacional no curto prazo. O objetivo da administração é manter um nível de caixa operacional suficiente para garantir a continuidade das atividades, com base no cenário projetado e considerando os eventos subsequentes à data-base. Até a data-base de 31 de dezembro de 2025, já haviam sido capturadas sinergias relevantes. **Revisão do sortimento de estoques:** Durante o exercício de 2024 foi iniciada uma revisão estratégica do sortimento de produtos e estoques, que se estendeu para 2025 após a fusão das marcas, com o objetivo de: • Descontinuação de itens com baixa rotatividade ou margem reduzida; • Ações promocionais focadas na liquidez de estoque e ocupação inteligente de espaços; • Redefinição do cronograma de compras e reposições, com foco em eficiência logística e capital de giro; • Reorganização das lojas para reforçar a presença da marca e aprimorar a experiência do consumidor. **Reestruturação do endividamento e Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok:** No contexto da reestruturação financeira, a subsidiária Tok&Stok assinou com os principais credores, em agosto de 2024, Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), homologado judicialmente em novembro de 2024, contemplando: • Renegociação de dívida no valor aproximado de R\$ 641.624 (entre dívidas bancárias e não-bancárias), com extensão de prazos e carência para pagamento de juros e principal; • Possibilidade de capitalização parcial de créditos, conforme termos e condições estabelecidos no plano. A emissão de debêntures não conversíveis, como parte do PRE da Tok&Stok, está detalhada na Nota Explicativa nº 15. As premissas utilizadas estão ancoradas em: • Histórico operacional da Companhia e da Tok&Stok; • Estudo técnico de sinergias da combinação com a Tok&Stok; • Condições vigentes dos contratos de dívida e estrutura de capital; • Ações em andamento para racionalização de estrutura e recomposição de margem. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional com base nas medidas acima mencionadas. A administração compreende que o plano de continuidade está sujeito a incertezas e fatores fora do controle da administração, mas que, com base na implementação das medidas acima mencionadas, nos resultados apresentados e nas sinergias capturadas, a administração entende que a adoção do pressuposto de continuidade operacional é adequada para a preparação das demonstrações contábeis.

**2.3. Relação de entidades controladas:** Segue abaixo lista das controladas do grupo: **Participação acionária – %**  

	31/12/2025	31/12/2024
Mobly Comércio Varejista Ltda.	100%	100%
Mobly Hub Transportadora Ltda.	100%	100%
Mobly Tech Ltda.	100%	100%
Mobly Atacadista Ltda.	100%	100%
Estok Comércio e Representações S.A.	61,1%	61,1%
Estok Distribuidora e Serviço S.A. – indireta	61,1%	61,1%
Estok Comercio Atacadista	61,1%	61,1%

Os percentuais acima consideram o total detido pelo grupo. Por questões societárias é necessário que uma controlada tenha uma participação minoritária de outra controlada para compor Sociedade, entretanto a totalidade das participações pertence ao grupo. **Mobly Comércio Varejista Ltda. (“Varejista”):** A controlada Mobly Comércio Varejista Ltda., que iniciou suas operações em novembro de 2011, está envolvida principalmente no setor varejista de móveis, artigos de decoração e utilidades domésticas, voltada para transações de venda via Internet diretamente com o consumidor (B2C) e indiretamente com o intermediário de empresas parceiras (B2B). **Mobly Hub Transportadora Ltda. (“Hub”):** A Mobly Hub Transportadora Ltda. (“Transportadora”) tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas à logística de móveis para terceiros. **Mobly Tech Ltda. (“Tech”):** A Mobly Tech tem como objeto social o desenvolvimento de software e prestação de serviços de tecnologia da informação para terceiros. **Mobly Atacadista Ltda. (“Atacadista”):** A Mobly Atacadista tem como objeto social a venda de produtos para revendedores e clientes finais que compram em grandes quantidades, oferecendo preços diferenciados. **Estok Comercio e Representações S.A. (“Tok&Stok”):** A controlada Estok Comercio e Representações S.A. tem por atividade preponderante a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração, voltada principalmente para transações de venda em lojas físicas diretamente com o consumidor (B2C). **Estok Distribuidora e Serviço S.A. – indireta (“Tok&Stok”):** A controlada Estok Distribuidora e Serviço S.A. atua preponderantemente como comércio e varejo de móveis, utensílios e decoração. Esta empresa é utilizada para vendas de produtos através das lojas e site da marca Tok&Stok. **Estok Comercio Atacadista. (“Tok&Stok”):** A Estok Atacadista tem como objeto social a venda de produtos para revendedores e clientes finais que compram em grandes quantidades, oferecendo preços diferenciados. **2.4. Aquisição de Controladas:** **2.4.1. Aquisição Tok&Stok:** Em 11 de novembro de 2024, o Grupo obteve o controle da Estok Comercio e Representações, marca consolidada com tradição e forte reconhecimento no setor de móveis, com ampla rede de lojas físicas e presença no comércio eletrônico. A participação correspondeu a aquisição de 61,1% da Tok&Stok por meio da incorporação das ações no seu patrimônio, utilizando uma relação de troca preestabelecida, como segue: • As ações da Tok&Stok são incorporadas ao patrimônio líquido da Mobly conforme Contribution Agreement, estabelecendo uma relação de troca (0,998789 ação da Mobly para cada ação da Tok&Stok) acrescida de bônus de subscrição. • Aumento de Capital: Emissão de novas ações – com prazos distintos de lock-up (24 meses para as ações da troca e 6 meses para as originadas de bônus) – a fim de garantir o direito de preferência dos acionistas e a correta absorção da operação. • Debêntures Conversíveis: Parte da contraprestação é realizada via emissão de debêntures conversíveis, que poderão ser convertidas em ações da Mobly conforme condições contratuais. Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Tok&Stok estão incluídos como principais inputs (marca, softwares e ativo imobilizado onde destacam-se as benfeitorias, instalações, estoques e relacionamentos com clientes), processos de lojas e força de trabalho organizada. O Grupo determinou que, juntos, os inputs e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (outputs). O Grupo concluiu que o conjunto adquirido é um negócio. A aquisição de controle da Tok&Stok permitirá ao

**Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)**

Grupo o acesso a uma marca reconhecida e consolidada no setor de móveis, a possibilidade de gerar sinergias operacionais significativas – desde a otimização da logística até a integração dos canais de venda e a modernização dos processos internos. A estrutura da operação, que envolve a emissão de novas ações, debêntures conversíveis e mecanismos de lock-up, foi cuidadosamente elaborada para alinhar os interesses dos acionistas e garantir a estabilidade do mercado no pós-closing. Nos dois últimos meses do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Estok Comercio e Representações contribuiu com uma receita de R\$210.954 e prejuízo de R\$55.164 às demonstrações contábeis consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, a Administração estima que a receita consolidada seria de R\$1.634.418 e o prejuízo líquido combinado seria de R\$353.570. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024.

**2.4.2. Contraprestação transferida:** A contraprestação transferida foi calculada utilizando o valor justo das ações emitidas pela Companhia na data da transação. A Companhia contratou consultores externos para uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos. A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.

Descrição	Referência	Data Transação	Metodologia de avaliação	Valor Justo
Relação de Troca de ações Tok&Stok e Mobly	Ações Mobly – Relação de troca	Closing	Valor justo (PL contábil do aumento de capital)	31.733
Bônus de subscrição de 0,55556 ações Mobly por ações Mobly recebidas na relação de troca a um preço de exercício de R\$9,00	Ações Mobly – Bônus de subscrição	Exercível entre 2 e 5 anos após a data do closing	Árvore Binomial	2.884
Debêntures conversíveis em ações Mobly a qualquer momento, com o intuito de contribuir com o saldo de mútuo que a SPX concedeu à Tok&Stok.	Debênture Conversível	No vencimento em 2035 ou a qualquer momento pela Mobly a depender de condições	Relação fixa de conversão de saldo de debêntures em ações Mobly	-
<b>Total</b>				<b>34.617</b>

**2.4.3. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$31.500, sendo R\$ 24.327 na controladora, referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Além disso, há os honorários advocatícios, custos de sinergia inicial e os custos de due diligence foram registrados como “Gastos extraordinários” na nota explicativa nº 27 na demonstração de resultado. **2.4.4. Ativos identificáveis e avaliados a valor justo:** A tabela abaixo resume os valores dos ativos identificáveis e avaliados a valor justo:

Ativo	Valor contábil	Valor Mais-Valia Justo	Mais-Valia [100%]	Mais-Valia [61,11%]	Vida útil remanescente	Metodologia de avaliação
Imobilizado e intangível	174.611	207.692	33.081	20.216	-	Abordagem de custo
Estoques	189.121	218.619	29.498	18.026	N/A	Abordagem de custo
Marca	0,2	121.692	121.692	74.366	21,2	Royalty Relief
<b>Total</b>	<b>363.732</b>	<b>548.003</b>	<b>184.271</b>	<b>112.608</b>		

\*Excluídos intangíveis em andamento no montante de 18.238

	Tok&Stok	
	Ajuste ao valor justo	Em 31/10/2024
Caixa e equivalentes de Caixa	20.754	20.754
Contas a receber	30.514	30.514
Estoques	189.123	218.621
Créditos Diversos	12.653	12.652
Depósitos e bloqueios judiciais	12.669	12.669
Impostos a recuperar	262.423	262.423
Imobilizado	123.760	33.081
Intangível	69.088	121.692
Direito de uso	284.714	284.714
<b>Total ativos adquiridos</b>	<b>1.005.697</b>	<b>184.271</b>
Fornecedores	165.743	165.743
Salários e encargos sociais	52.998	52.998
Impostos a recolher	143.196	143.196
Empréstimos e financiamentos	349.937	349.937
Adiantamentos de clientes	27.277	27.277
Passivo de arrendamento	346.681	346.681
Outras contas a pagar	99.231	99.231
Provisão para contingências	45.685	45.685
Tributos diferidos	55.821	43.856
Dívidas com acionistas não controladores	248.946	248.946
<b>Total dos Passivos Assumidos</b>	<b>1.535.517</b>	<b>1.579.373</b>
<b>Total dos ativos identificáveis, líquido</b>	<b>(529.820)</b>	<b>140.415</b>
Atribuído a controladores	(323.773)	85.807
Atribuído a não controladores	(206.047)	54.607

**i) Mensuração de valor justo:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Estoques	A metodologia envolveu a aplicação de uma abordagem de custo histórico, complementada pela atualização do valor de aquisição com base em índices inflacionários.
Ativos fixos (Ex: imóveis, móveis e equipamentos)	Taxas de financiamento a ativos similares para participantes de mercado (ex. condições gerais de financiamento oferecidas pelo fornecedor) ou taxas implícitas por leasing operacional, leasing financeiro ou ambos, normalmente segregada entre o return on (recaptação do investimento) e return of.
Outros Intangíveis incluindo tecnologia de base	Taxas adequadas ao risco do intangível a ser analisado. Quando as provas do mercado estiverem disponíveis, elas devem ser usadas. Em outros casos, as taxas devem ser consistentes com o risco relativo de outros ativos na análise, e devem ser maiores para ativos mais arriscados.

**2.4.5. Ágio**  
 Contraprestação transferida 31/10/2024 34.617  
 61,1% dos ativos líquidos da adquirida antes dos ajustes a valor justo (323.773)  
**Total 358.390**  
 61,1% da mais valia sobre ativo fixo (20.216)  
 61,1% da mais valia sobre estoque (18.026)  
 61,1% da mais valia sobre marca (74.366)  
 61,1% do IR diferido sob mais valia, líquido 26.801  
**Ágio por rentabilidade futura, goodwill 272.583**  
 O ágio é atribuído principalmente às sinergias identificadas no estudo realizado por consultores externos, na integração da entidade ao negócio existente de papel padrão do Grupo. O ágio reconhecido não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. A realização e amortização das mais valias a valor justo no período:

	Estoques	Imobilizado	Marca	Total
Mais valias a valor justo	29.498	33.081	121.692	184.271
Realização mais valia no período (6.890)	-	-	-	(6.890)
Amortização	-	(7.159)	-	(7.159)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>22.608</b>	<b>25.922</b>	<b>121.692</b>	<b>170.222</b>

**2.5. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto por determinados ativos e passivos que são mensurados por outros critérios, como valor justo, custo amortizado ou valor presente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis. Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com sua classificação, podendo ser avaliados pelo custo amortizado ou ao valor justo, conforme detalhado nas respectivas notas explicativas. Adicionalmente, ativos e passivos identificáveis adquiridos em combinações de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15. **2.6. Moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

**2.7. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças decorrentes da liquidação dessas transações, bem como da conversão de ativos e passivos monetários, são reconhecidas no resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras. **2.8. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto, a partir do lucro líquido do exercício. Os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento são classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento, enquanto os juros recebidos são classificados como fluxos de caixa das atividades de investimento, de forma consistente ao longo dos exercícios apresentados.

**2.9. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reconhecidos dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos relevantes realizados pela administração na aplicação das políticas contábeis, que possuem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 2.2** – Continuidade operacional: avaliação da capacidade do Grupo de manter suas operações em funcionamento no curso normal dos negócios; • **Nota explicativa nos 12 e 13** – Testes de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros, incluindo identificação de unidades geradoras de caixa e definição de premissas; • **Nota explicativa nº 13** – Definição das taxas de amortização e vidas úteis dos ativos intangíveis; • **Nota explicativa nº 19** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; • **Nota explicativa nº 21** – Determinação do prazo dos contratos de arrendamento, incluindo a avaliação da razoável certeza de exercício de opções de renovação. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que apresentam um risco significativo de resultar em ajustes materiais nos valores contábeis de ativos e passivos no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 7** – Provisões de Estoques: Determinação do valor líquido realizável de estoque e provisão para retorno de mercadorias. • **Nota explicativa nº 21** – Definição da taxa de desconto utilizada na mensuração dos passivos de arrendamento, conforme o CPC 06 (R2)/IFRS 16. **2.10. Classificação circulante versus não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na

suas classificações como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.11. Reclassificações:** O Grupo, nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, identifica oportunidade de melhoria e reclassificação determinados passivos para o período comparativo de 2024 visando manter a comparabilidade entre os períodos apresentados. Adicionalmente, o Grupo aperfeiçoou o mapeamento das Notas Explicativas no 13 – Fornecedores, no 16 – Adiantamentos de Clientes, o que resultou em ajustes na forma de apresentação dos saldos divulgados em 31 de dezembro de 2024. Ressalta-se que tais reclassificações não alteraram os valores totais dos grupos de contas, limitando-se à redistribuição entre linhas específicas para melhor refletir a natureza das operações. As reclassificações efetuadas não acarretaram impactos de natureza quantitativa ou qualitativa que justificassem a reapresentação das demonstrações contábeis anteriormente publicadas, permanecendo inalteradas a posição patrimonial, o desempenho econômico-financeiro e os fluxos de caixa divulgados em exercícios anteriores.

**3 Políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação contrária. **3.1. Base de consolidação: i) Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output. O Grupo tem a opção de aplicar um “teste de concentração” que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é mensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são mensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisarem ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação. **ii) Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. **iii) Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia optou por mensurar, inicialmente, nas participações de acionistas não controladores com base na sua fração proporcional dos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida na data da combinação de negócios. Alterações posteriores na participação do Grupo em subsidiárias que não resultem em perda de controle são tratadas como transações com proprietários na sua condição de tal, sendo, portanto, reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, sem impacto no resultado do exercício. **iv) Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial referem-se às participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Considera-se coligada a entidade na qual o Grupo, direta ou indiretamente, exerce influência significativa, sem, contudo, deter controle ou controle conjunto sobre as políticas financeiras e operacionais. Já os empreendimentos controlados em conjunto são caracterizados por um acordo contratual que confere às partes controle compartilhado e direito sobre os ativos líquidos da entidade, e não sobre ativos ou passivos específicos. Esses investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à transação. Após o reconhecimento inicial, o valor contábil é ajustado para refletir a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos da investida, bem como nos outros resultados abrangentes, até a data em que cesse a influência significativa ou o controle conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos em controladas também são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **v) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos. A lista de controladas está incluída na Nota Explicativa nº 2.3. **v) Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJORA: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. O reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relaciona

continua ...

... continuação

nados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins desta avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais dos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são mensurados contabilmente pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado em que a diferença no momento da designação entre o valor contábil e o valor justo deve ser reconhecida no resultado, obedecendo o regime de competência e a norma internacional IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48). O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante, depende, nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting), da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. Nesse caso, a empresa protege o passivo financeiro referente aos empréstimos por meio da adoção do Hedge Cambial com contratos de mercado futuro. Para gestão de risco de variação cambial e de taxas de juros, o Grupo contratou instrumentos derivativos NDF ("non deliverable forward"). A modalidade NDF compreende a proteção contra a variação cambial em que a empresa garante uma taxa de câmbio futura para a moeda base do contrato. O grupo liquidou os seis empréstimos da operação 4131 no decorrer do ano de 2024, nesse modelo de hedge. A variação cambial considerada nessas operações é apurada a partir do dólar/euro spot da contratação no dia da efetivação do negócio e da PTAX venda (D-1), divulgada pelo BACEN do dia do vencimento. Nos swaps que envolvem o hedge da variação cambial, negocia-se o cupom. O cupom é negociado a uma taxa linear (juros simples) com base de 360 dias (ano corrido). Já a taxa pré é negociada de forma exponencial, também com base de 360 dias corridos. O CDI é negociado em % (percentual) e é correlacionado com a taxa pré, de acordo com a curva de juros para o período. c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. d) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem saldos em contas bancárias de liquidez imediata resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. e) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original do faturamento, deduzida a provisão para perdas de créditos esperadas. A Administração entende que o valor está apresentado ao valor de realização. A provisão de perdas de créditos esperada é estabelecida quando existe uma evidência de que a Administração não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor estimado da perda de crédito esperada pode ser modificado em função das expectativas da Administração em relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. f) Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. O valor realizável líquido é o preço de venda líquido de impostos estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas com vendas. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação. As provisões para perdas nos estoques são constituídas conforme procedimentos estabelecidos pela Administração, para maiores detalhes verificar Nota Explicativa nº 7. Verba de Propaganda Cooperada – refere-se a rebates (porcentagem do valor de compras realizadas junto a fornecedores que se comprometem com descontos em função do volume comprado) contratuais recebidos de fornecedores de Mercadorias de Revenda incidentes sobre todas as compras realizadas no exercício. Cada fornecedor possui um contrato e para cada contrato é negociada uma taxa de rebate gerada sobre o montante de compras do mês. Os rebates são reconhecidos como redutores do custo de aquisição e são reconhecidos como redutores de custo mensalmente. Conforme explicitado na Nota Explicativa nº 2.4.4, os estoques da controlada Tok&Stok foram avaliados a valor justo em 31 de outubro de 2024, chegando em uma mais-valia de R\$ 29.498 (R\$ 18.206 ponderada pela participação societária atribuído aos controladores). ii) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Conforme explicitado na Nota Explicativa nº 2.4.4, o ativo fixo da controlada Tok&Stok foi avaliado a valor justo em 31 de outubro de 2024, chegando em uma mais-valia de R\$ 33.081 (R\$ 20.216 ponderada pela participação societária atribuído a controladores). ii) Custos Subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Ter-

renos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do Grupo são as seguintes: Móveis e utensílios 10 anos Benfeitorias 5 a 10 anos Máquinas, equipamentos e ferramentas 10 anos Estruturas 5 anos Veículos 5 anos Equipamentos de informática e comunicação 5 anos Equipamentos de telefonia 5 anos Pallets 3 anos

Um item imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. h) Provisão para Redução do Valor Recuperável (Impairment): Ativos não financeiros: Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado, caso aplicável. Ativos financeiros: O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível. Ao reavaliar um ativo, o Grupo considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço adicional. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo e na avaliação de crédito informada. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. i) Depósitos judiciais: Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante. j) Tributos: i) Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes: Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor e substancialmente em vigor na data do balanço e geram receita tributável. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. ii) Tributos diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, exceto: • Quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto quando: • Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e its tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. iii) Tributos sobre vendas: Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. k) Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A Companhia mantém saldos de fornecedores "confirming" (operações de risco-sacado), decorrente de transações da Companhia e seus fornecedores de produtos para revenda, para atender aos interesses mútuos no que tange a liquidez e gestão de capital. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Esta transação não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor. l) Receitas Financeiras e Despesas Financeiras: As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos; • Despesa de juros sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Ajuste a valor presente (calculado pelas receitas de revenda e correspondentes custos das mercadorias vendidas, utilizando a taxa SELIC); A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método da taxa de juros efetiva. O Grupo classifica os juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. m) Ativos Intangíveis e ágio: Ágio: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Pesquisa e desenvolvimento: Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São gastos de desenvolvimento de plataforma e-commerce (desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e layout gráfico dos sites), e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos. Os custos de desenvolvimento são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os custos com marcas e patentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível do Grupo são as seguintes: Softwares – Gerados internamente 3 a 7 anos Decorado 3 anos Softwares- adquiridos de terceiros 5 anos n) Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar ao final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. i) Provisões de estoque: • Baixo giro – a provisão abrange todo o estoque do Grupo, e aplica um percentual de perda de acordo com a sua última movimentação. • Obsolescência – é aplicado um range de provisão a todos os itens de estoque com avarias, estas avarias são classificadas de acordo com o grau de recuperabilidade na venda do bem. • Perda de inventário – para formular esta provisão é utilizada a base histórica de acordo com o volume transitado nos inventários do Grupo. • Provisão de estoque em retorno – quando há uma devolução de mercadoria, durante o transporte do item do cliente até o centro de distribuição há um risco de avaria, com base em dados históricos é constituída uma provisão para todos os itens nessa condição. • Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques – custo por redução ao valor recuperável. Avaliação de margem negativa de realização dos estoques sendo líquida de impostos, custos e despesas comerciais, na data base de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Para todos os itens que tiverem margem negativa foi constituída provisão. o) Acordo de Risco Sacado: Durante os exercícios de 2025 e 2024, o Grupo estabeleceu contratos de risco sacado com diferentes instituições financeiras, por iniciativa exclusiva de determinados fornecedores, mantendo inalteradas as condições comerciais originalmente definidas (prazos de pagamento e preços negociados). Nesse contexto, a operação de risco sacado refere-se à negociação do grupo Toky com fornecedores para aquisição de bens ou serviços, com prazos de pagamento previamente acordados (90 ou 120 dias). Os valores são registrados no financeiro como títulos a pagar, conforme os vencimentos contratuais. A solicitação de antecipação pelo fornecedor se dá por necessidade de capital de giro na qual solicita ao grupo Toky a antecipação do pagamento de uma ou mais faturas. Com isso, a Toky consulta os bancos parceiros para obter a melhor taxa de antecipação para o fornecedor, após fechar a negociação com o banco, a antecipação é autorizada. O pagamento antecipado é efetuado pelo banco para o fornecedor já deduzindo a taxa de antecipação acordada. A manutenção do prazo e pagamento final é mantida, sem avançamento, então no vencimento do título a Toky pagará ao banco o valor integral da nota fiscal sem alterações no custo original da mercadoria comprada. O pagamento ao banco ocorre exatamente como se estivesse pagando ao fornecedor. No momento do pagamento ao banco a conta contábil do título é reclassificada saindo do grupo de "fornecedores" para a conta específica de "risco sacado", permitindo um melhor controle financeiro e visibilidade nas demonstrações contábeis. Em resumo, o vencimento original do título é preservado, sem reconhecimento de novas dívidas, sendo os custos financeiros da antecipação (juros e encargos) arcados pelo fornecedor, então para a Toky não há alteração no fluxo operacional. p) Receitas: As receitas são reconhecidas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de cinco passos: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. i) Principais fontes de receitas: Receita de Revenda de Mercadorias Webshop (Venda no site): A receita de vendas de produtos Webshop surge da venda online por meio dos sites Mobly.com.br e Tokstok.com.br, e apresenta o maior volume da receita do Grupo. A receita é reconhecida quando a mercadoria é entregue ao cliente. Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, a receita é reconhecida na medida em que é altamente provável que não ocorra uma reversão material no valor da receita acumulada reconhecida. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado pelos retornos esperados, que são estimados com base em dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de reembolso e um direito de recuperar ativos de mercadorias devolvidas são reconhecidos. O Grupo reconhece a receita de vendas de produtos em uma base bruta, uma vez que atua como principal e como tal, tem a responsabilidade primária de cumprir os pedidos, arcar com o risco de estoque e tem discricão em estabelecer preços dos seus produtos. Receita de Revenda Mercadoria (Loja Física): A receita de vendas de produtos off-line surge de compras efetuadas diretamente nas lojas físicas do Grupo com a modalidade de vendas diretas com retirada imediata ou com entrega posterior. A receita é reconhecida quando a mercadoria é entregue e/ou aceita pelos clientes. Assim como nas categorias acima o Grupo atua como principal e tem a responsabilidade pela entrega dos seus produtos. Receita de Revenda Marketplace: O Grupo realiza vendas de seus produtos em sites de terceiros, (Magazine Luiza, B2w, Via Varejo, Mercado Livre, Amazon, Carrefour, Leroy Merlin, Casa&vide). Assim como a receita de venda de produtos webshop, o Grupo reconhece a receita da venda de produtos por meio de marketplace quando a propriedade do produto é transferida para o cliente. O Grupo atua como principal e como tal, tem a responsabilidade primária de cumprir a entrega dos pedidos, arcar com o risco de estoque e tem discricão em estabelecer preços. Receita de Serviços: O Grupo gera receita a partir de site próprio por meio de comissão quando terceiros vendem seus produtos na plataforma. O Grupo reconhece a receita em uma base líquida, porque atua como agente e não tem a responsabilidade primária pelo cumprimento dos pedidos, não assume o risco de estoque ou tem discricão em estabelecimento de preços. O Grupo também gera receita com prestação indireta de serviços de transportes por meio de contratação e subcontratação. O Grupo reconhece a receita em uma base líquida porque atua como agente e contrata outros transportadores para execução do serviço, e eles são responsáveis pela entrega das cargas ou ressarcimento em casos de extravios, avarias total e parcial. q) Imposto de renda e contribuição social correntes: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro real tributável pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro real tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Eventuais antecipações de impostos ao longo do ano e que não se confirmam como devidas ao final do ano estão representadas no ativo circulante e não circulante em função de sua expectativa de recuperação. O Grupo não constituiu ativos fiscais diferidos, pois não é provável a existência de lucros tributáveis no curto prazo para o que o Grupo possa utilizar seus benefícios. r) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pelo Grupo decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. s) Informações por segmento: As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho, é a diretoria do Grupo. Com base na estrutura de gestão e no processo de tomada de decisão, a Administração concluiu que o Grupo como um único segmento operacional e reportável. O desempenho do Grupo é avaliado de forma consolidada, sendo que a informação desagregada é monitorada internamente apenas ao nível de receita, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 30. Não há análise interna recorrente de margens ou resultados por segmento. As informações relativas à receita, aos resultados e aos ativos do segmento reportável podem ser verificadas diretamente nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas neste conjunto de demonstrações contábeis. t) Arrendamentos: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. ii) Como arrendador: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a sua contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no

continua ...

... continuação

contrato. No caso de subarrendamentos, em que o Grupo subarrenda ativos tomados em arrendamento, o Grupo atua como arrendador intermediário. A classificação do subarrendamento como financeiro ou operacional é realizada com base no ativo de direito de uso associado ao arrendamento principal, conforme o CPC 06 (R2). Os subarrendamentos classificados como operacionais resultam no reconhecimento linear das receitas ao longo do prazo contratual, mantendo-se o reconhecimento e a depreciação do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento do contrato principal.

**4 Novas práticas contábeis**

**Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em, ou a partir de 1º de janeiro de 2025:** A Administração adotou, a partir de 1º de janeiro de 2025, os pronunciamentos novos ou revisados emitidos pelo IASB e pelos órgãos reguladores locais aplicáveis à Companhia. A adoção dessas normas não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dentre os pronunciamentos adotados no período, destaca-se: **Alterações na IAS 21/NBC TG 02 (R3):** Efeito das mudanças nas taxas de câmbio – introduzem requisitos adicionais de divulgação quando uma moeda não é cambialmente conversível. Essas alterações não tiveram impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo; **Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes:** Os pronunciamentos e interpretações novos ou revisados abaixo foram emitidos, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2025. A Administração avaliou os possíveis impactos dessas normas e, com base no entendimento atual, não espera efeitos significativos na mensuração e reconhecimento dos saldos, podendo haver impactos relacionados à apresentação e divulgação das informações financeiras quando de sua adoção. **Alterações na IFRS 9/NBC TG 40 (R3) e IFRS 9/NBC TG 48:** Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IFRS 9/NBC TG 48: Instrumentos Financeiros – introduzem esclarecimentos relacionados à classificação e ao desreconhecimento de instrumentos financeiros, bem como requerimentos adicionais de divulgação, incluindo aqueles associados a características ESG. Essas alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.; **Implementação da IFRS 18:** Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras – Substitui o IAS 1 (NBC TG 26) e estabelece novos requerimentos relacionados à apresentação da demonstração do resultado, incluindo subtítulos padronizados e divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração. A norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Administração encontra-se avaliando os impactos dessa norma, os quais deverão se concentrar, principalmente, em aspectos de apresentação e divulgação. **Reforma tributária no Brasil:** Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês. O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por: (i) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e (ii) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados. Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) para a esfera federal e a ampliação da incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) sobre veículos aquáticos e aéreos. Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira. O período de transição para o novo modelo tributário será gradual, com etapas progressivas até sua implementação completa. Em 2026, terá início a cobrança da CBS e do IBS em caráter experimental, com alíquotas reduzidas, enquanto os tributos atuais ainda coexistirão. A extinção total do sistema vigente está prevista para ocorrer até 2033.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	105	62	5.586	4.978
Aplicações financeiras	4	1	25.132	18.058
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>63</b>	<b>30.718</b>	<b>23.036</b>

O Grupo possui aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificados de Depósito Bancário ("CDB") e em operações compromissadas em bancos de primeira linha, à taxa média ponderada equivalente a 95,32% dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") (93,7% em 31 de dezembro de 2024), podendo ser resgatados a qualquer momento com o próprio órgão emissor do instrumento financeiro sem perda da remuneração contratada. A exposição do Grupo aos riscos de mudança nas taxas de juros e a análise de sensibilidade referente aos ativos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 31.

**6 Contas a receber**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a receber – marketplace	67.020	41.336
Títulos a receber – adquirentes (i)	28.337	74.540
Títulos a receber – boletos	1.245	7.761
Títulos a receber – PIX	287	674
Títulos a receber – outros	7.211	8.539
Títulos a receber – Cartão Mobly	3.802	9.416
<b>Total contas a receber</b>	<b>107.902</b>	<b>142.266</b>
Perda de crédito esperada	(1.015)	(3.309)
<b>Total</b>	<b>106.886</b>	<b>138.957</b>

(i) O Grupo antecipou os recebíveis de cartão de crédito por meio dos adquirentes: Adyen, Cielo, GetNet e Banco Daycoval. Os recebíveis foram parcialmente antecipados por adquirentes em uma média mensal de R\$ 83.500 em 2025 (média mensal de R\$ 34.202 em 2024), conforme a necessidade de liquidez de curto prazo. A taxa média ponderada de antecipação foi de 116,15% do CDI em 2025 (117% do CDI em 2024), e o impacto no resultado no exercício de 2025 foi de R\$ 48.378, (R\$ 4.930 em 2024), e está explicitado na linha "juros sobre antecipação de recebíveis" na Nota Explicativa nº 27. Os valores representam os recebíveis com a administradora de cartões de crédito e vendas por meio de parceiros (marketplace). Os valores são apresentados líquidos de taxas da administração e dos recursos antecipados pelos cartões. A análise do vencimento dos títulos a receber de clientes é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Títulos a vencer</b>	<b>106.088</b>	<b>135.555</b>
<b>Vencidos</b>		
até 30 dias	1.280	1.039
acima de 30 e menor que 60 dias	496	765
acima de 60 dias	38	4.907
Perda de crédito esperada	(1.015)	(3.309)
<b>Total</b>	<b>106.087</b>	<b>138.957</b>

A administração julga suficiente a provisão constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber de clientes do Grupo.

**Provisões para perda de crédito esperada**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(3.309)</b>	<b>(1.154)</b>
Combinação de negócios	-	(2.483)
Adições, líquida de reversões	(53)	328
Baixas (i)	2.347	-
<b>Total</b>	<b>(1.015)</b>	<b>(3.309)</b>

(i) As baixas dizem respeito a títulos vencidos há mais de 360 dias, os quais o Grupo entende não haver possibilidade de recebimento seja devido à saúde financeira do cliente ou por outros fatores como tentativas exauridas de cobrança. As provisões foram baixadas de acordo com as baixas dos respectivos títulos vencidos.

**7 Estoques**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mercadoria para revenda	182.952	187.106
Matérias-primas	19.329	19.151
Estoques faturados e não entregues	11.960	7.195
Mais valia de estoques (i)	-	22.608
Estoques em trânsito	15.384	15.242
Mercadorias em poder de terceiros	6.186	12.833
Material de uso e consumo	2.478	3.549
Outros	1.095	4.346
<b>Total</b>	<b>239.384</b>	<b>272.030</b>

(i) O saldo de mais-valia de estoques reconhecido na data da aquisição foi integralmente apropriado ao resultado ao longo do exercício de 2025, em decorrência da realização das vendas dos respectivos itens. Dessa forma, todos os produtos objeto de reavaliação na aquisição da Tok&Stok pela Mobly já foram comercializados até a data-base. Os estoques foram reduzidos ao valor real líquido, já deduzidos na composição acima, no montante de R\$ 20.411 em 31 de dezembro de 2025 (R\$42.462 em 31 de dezembro de 2024). Essa redução foi reconhecida como custo dos produtos vendidos. As provisões para realização de estoques se encontram a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(42.462)</b>	<b>(5.221)</b>
Combinação de negócios	-	(30.332)
Adições	(4.745)	(10.350)
Baixas (i)	28.234	3.441
<b>Total</b>	<b>(18.973)</b>	<b>(42.462)</b>

(i) Após análise e revisão dos estoques obsoletos foi identificado que parte dos itens do

**Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)**

estoque estava impróprio para venda e/ou revenda a terceiros, o que resultou na baixa do montante com redução da provisão anteriormente constituída.

**8 Créditos diversos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	130.190	158.110	-	-
Adiantamentos a fornecedores	1.421	-	5.576	3.636
Adiantamentos de importação	-	-	1.624	2.362
Depósito caução	-	-	1.077	1.519
Ressarcimento transportes	-	-	4.331	7.699
Adiantamentos para aquisição de imobilizados	-	-	-	174
Bens recebidos de terceiros em comodato	-	-	3.702	1.501
Outros créditos	-	2.030	1.804	7.695
Adiantamentos folha e benefícios	117	140	2.479	4.353
Seguros pagos antecipadamente	-	-	4.807	4.141
Subarrendamentos (i)	-	-	-	4.751
Aluguel antecipado	-	-	-	565
<b>Total</b>	<b>131.728</b>	<b>160.280</b>	<b>25.401</b>	<b>38.396</b>
Circulante	<b>131.728</b>	<b>160.267</b>	<b>22.365</b>	<b>33.454</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.036</b>	<b>4.941</b>

(i) Saldo refere-se aos subarrendamentos de parte da Loja Villa-Lobos localizada em São Paulo-SP (arrendado até maio de 2031) (Nota Explicativa nº 21).

**9 Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recuperar (iii)	-	965	144.200	101.265
PIS a recuperar (i)	-	-	25.926	46.608
Cofins a recuperar (i)	-	-	104.715	192.459
IPI a recuperar	-	-	1.401	1.482
IRRF sobre aplicações	4.768	5.457	8.576	7.655
Outros créditos	1.065	-	3.793	4.634
INSS a Recuperar	-	-	37.160	34.729
<b>Total</b>	<b>5.833</b>	<b>6.422</b>	<b>325.771</b>	<b>389.043</b>
Circulante	<b>5.833</b>	<b>6.422</b>	<b>185.696</b>	<b>229.809</b>
<b>Não circulante (ii)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>140.075</b>	<b>159.234</b>

(i) A Tok&Stok possui créditos de PIS e Cofins oriundos de ação judicial que transitou em julgado referente a "Tese do século" (Exclusão do ICMS da Base de cálculo de PIS e Cofins). Esse montante representa R\$ 170.001 do saldo destacado, onde R\$ 149.839 deste montante foi convertido em cotas subordinadas de FIDC e realocados para o grupo de investimentos, conforme Nota Explicativa nº 10.1. (ii) Os saldos relevantes do não circulante são compostos por ICMS no valor de R\$ 83.720 e INSS no valor de R\$ 37.160. (iii) O aumento do saldo de ICMS a recuperar decorre do êxito em processos judiciais nos quais a Companhia discutia a legalidade da cobrança do DIFAL nos períodos de 2016 a 2020. Com o trânsito em julgado de parte dessas ações ao longo de 2025, a Companhia reconheceu os respectivos créditos, os quais serão utilizados para compensação com débitos tributários futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários de ICMS, PIS e Cofins segue:

Ano	ICMS	PIS e COFINS
2026	59.533	116.020
2027	57.923	14.621
2028 em diante	26.744	-
<b>Total</b>	<b>144.200</b>	<b>130.641</b>

**10 Partes relacionadas**

Os saldos ativos e passivos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, relativos às operações com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

	Controladora		Ativo (i)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Companhia</b>				
<b>Conta corrente (i)</b>				
Mobly Comércio Varejista Ltda.	102.697	130.619	-	-
Mobly Hub Transportadora Ltda.	26.117	26.115	-	-
Mobly Tech Ltda.	1.376	1.375	-	-
<b>Total</b>	<b>130.190</b>	<b>158.109</b>		
<b>Mútuo</b>				
Estok Comércio e Representações S.A. (ii)	157.480	-	-	-
<b>Total</b>	<b>287.670</b>	<b>158.109</b>		

(i) Os montantes em 31 de dezembro de 2025 referem-se a saldos transferidos para a Mobly Comércio Varejista Ltda., Mobly Hub Transportadora Ltda, Mobly Tech Ltda, e Mobly Comércio Atacadista, por meio de contrato de conta corrente entre as partes, com vencimento previsto para 03 de outubro de 2026. Não há incidência de juros (Nota Explicativa nº 8); (ii) Conforme Nota Explicativa nº 16, na sessão de debêntures privadas. **10.1. Remuneração dos administradores:** Até 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram registrados, a título de remuneração a diretores e administradores, os montantes relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Remuneração</b>				
<b>Conselho de Administração</b>				
Diretoria Estatutária	922	7.553	1.221	7.089
Remuneração	234	704	136	704
Encargos sociais	1.155	8.257	1.357	7.793
<b>Total</b>	<b>1.155</b>	<b>8.257</b>	<b>1.357</b>	<b>7.793</b>
<b>Conselho de Administração</b>				
Diretoria Estatutária	922	16.465	1.221	15.765
Remuneração	234	1.055	136	817
Encargos sociais	1.155	17.520	1.357	16.582
<b>Total</b>	<b>1.155</b>	<b>17.520</b>	<b>1.357</b>	<b>16.582</b>

**11 Investimentos e provisão para perdas em investimentos – controladora**

Movimentação dos investimentos em controladas: A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações contábeis individuais, é como segue:

	Consolidado		Mais valia líquidas de IR gerada na aquisição	Valor justos dos ativos líquidos de impostos e ajustes patrimoniais (i)	Equivalência	Amortização/ Realização das mais valias/Líquidas de IR/ CS Diferidos	Saldo Final
	31/12/2025	31/12/2024					
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>							
<b>Movimentação</b>							
Mobly Comércio Varejista Ltda.	300.617	94	25.369	-	14.031	-	337.111
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(65.394)	(290)	-	-	(8.658)	-	(74.342)
Mobly Tech Ltda.	(15.851)	33	-	-	(4.206)	-	(20.024)
Mobly Atacadista	214	-	-	-	(3.250)	-	(3.036)
Estok Comercio e Representações S.A	(242)	25	-	-	(6.121)	(6.804)	(2.888)
<b>Total</b>	<b>219.344</b>	<b>(138)</b>	<b>25.369</b>	<b>-</b>	<b>(67.204)</b>	<b>(6.804)</b>	<b>(2.888)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>							
<b>Movimentação</b>							
Mobly Comércio Varejista Ltda.	354.797	(120)	-	-	(54.060)	-	300.617
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(47.106)	(5)	-	-	(18.283)	-	(65.394)
Mobly Tech Ltda.	(10.594)	25	-	-	(5.282)	-	(15.851)
Mobly Atacadista	-	-	-	-	214	-	214
Estok Comercio e Representações S.A. (i)	-	-	272.583	88.691	(323.773)	(23.694)	(14.049)
<b>Total</b>	<b>297.097</b>	<b>(100)</b>	<b>272.583</b>	<b>88.691</b>	<b>(323.773)</b>	<b>(101.105)</b>	<b>(219.344)</b>

(i) Os valores são referentes a 2 meses de movimentação, ou seja, o período após a aquisição. **Informações de controladas:** Os principais saldos de ativos, passivos e resultado de controladas é como segue:

	Participação		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício
	Quotas/Ações	%	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante			
<b>Controladas</b>									
Mobly Comércio Varejista Ltda.	346.951	100%	296.864	486.254	303.723	72.259	337.138	489.401	11.031
Mobly Hub Transportadora Ltda.	1	100%	32.343	183	106.262	654	(74.390)	24.117	(8.658)
Mobly Tech Ltda.	1	100%	37	450	20.495	-	(20.008)	4.247	(4.206)
Mobly Atacadista	1	100%	38.154	02	41.192	-	(3.036)	90.143	(3.250)
Estok Comercio e Representações S.A	164.682	61,11%	376.403	514.702	482.095	1.083.391	(674.383)	964.064	(101.654)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>									
<b>Controladas</b>									
Mobly Comércio Varejista Ltda.	346.951	100%	295.486	377.891	246.729	126.005	300.643	583.363	

... continuação

cotas subordinadas por valor simbólico em eventos específicos. O investimento em cotas subordinadas está classificado como ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em razão da natureza residual dos fluxos e da ausência de características que atendam ao teste SPPI (somente principal e juros). A Companhia não consolida o FIDC, nos termos do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, pois não detém poder sobre as atividades relevantes nem capacidade de direcionar retornos variáveis. A mensuração do investimento é realizada pelo valor justo classificado no Nível 3 da hierarquia de valor justo, conforme CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, em razão do uso de premissas relevantes não observáveis, especialmente relacionadas ao horizonte de liquidação do precatório e às taxas de desconto aplicáveis. O valor justo representa o preço de saída que seria praticado em transação ordenada entre participantes de mercado na data-base. A mensuração utiliza técnica de fluxo de caixa descontado, considerando a atualização do ativo subjacente pela taxa Selic, a dedução do valor devido às cotas seniores (remuneradas a CDI acrescido de 12,5% ao ano) e o desconto do valor residual pela taxa de mercado. Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil do investimento, após amortização parcial de R\$ 34.000, era de R\$ 114.840, enquanto o valor justo estimado, com base no cenário considerado mais provável pela administração, era de R\$ 103.371, resultando em ajuste negativo de R\$ 11.469. A Companhia reconheceu a variação no valor justo no resultado do período, conforme o CPC 48. A administração revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração, incluindo horizonte de liquidação do precatório e taxas de desconto, considerando fatores como execução orçamentária federal e alterações nas condições de mercado. A operação envolve riscos, entre os quais se destacam: (i) risco de prazo, pois eventual alongamento do horizonte de liquidação reduz o valor justo da cota subordinada; (ii) risco de taxa, dado que elevação da Selic ou do CDI aumenta o custo da cota sênior e o desconto aplicado ao fluxo residual; e (iii) risco contratual, decorrente da existência de cláusula de recompra das cotas subordinadas por valor simbólico em determinadas condições. A estrutura contratual também prevê cláusula de remuneração adicional que assegura ao cotista sênior retorno mínimo equivalente a duas vezes o capital investido (R\$ 70 milhões), caso a liquidação do ativo ocorra em prazo inferior a 2,8 anos. A administração considera a ocorrência desse evento como remota, tendo em vista os prazos orçamentários aplicáveis à execução de precatórios federais. Além disso, a estrutura prevê obrigação contratual da Companhia de realizar aportes adicionais caso ocorra redução do valor do crédito cedido ou decisão judicial que inviabilize a restituição via precatório, de forma a recompor a estrutura e assegurar a remuneração mínima das cotas seniores. Essa obrigação é avaliada nos termos do CPC 25, sendo reconhecida como provisão quando houver probabilidade de perda e mensuração confiável, ou divulgada como passivo contingente quando aplicável. A movimentação dos outros ativos financeiros a valor justo, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado
Investimento inicial em cotas subordinadas de FIDC	149.840
Resgate de cotas	(34.000)
Ajuste a valor justo (Nota Explicativa no 27)	(11.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	104.371

Para fins de transparência, a administração apresenta a seguir a sensibilidade do valor justo do investimento em função de diferentes horizontes de liquidação:

Cenário	Valor Justo (R\$)	Ajuste frente ao valor contábil (R\$)
3 anos	101.891	(11.469)
4 anos	96.511	(18.328)
6 anos	83.786	(31.054)

A Companhia continuará monitorando as condições contratuais e de mercado, bem como a evolução do processo judicial subjacente, para assegurar que a mensuração do investimento reflita adequadamente o valor justo, conforme CPC 46 e as exigências de divulgação previstas no CPC 48 e na regulamentação da CVM.

## 12 Imobilizado

### Composição do imobilizado

	Consolidado			
	Custo	Depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Beneficiárias	213.882	(162.973)	50.909	70.237
Equipamentos de Informática	49.113	(44.467)	4.646	8.399
Estruturas/Instalações	114.846	(80.772)	34.074	42.605
Móveis e Utensílios	51.855	(33.439)	18.416	22.608
Máquinas, equipamentos e ferramentas	31.121	(18.888)	12.233	14.386
Pallets	2.838	(2.821)	17	21
Veículos	1.181	(1.181)	-	688
Equipamentos de telefonia	5.265	(2.983)	2.282	1.333
Terrenos	57.126	(415)	56.711	22.468
Imóveis	3.176	(1.810)	1.366	2.022
<b>Total</b>	<b>530.403</b>	<b>(349.749)</b>	<b>180.654</b>	<b>184.767</b>

A movimentação do custo ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Beneficiárias	206.061	11.624	(3.803)	213.882
Equipamentos de informática	49.196	291	(374)	49.113
Estruturas/Instalações	114.416	1.241	(811)	114.846
Móveis e utensílios	51.529	401	(75)	51.855
Máquinas, equipamentos e ferramentas	31.040	584	(503)	31.121
Pallets	3.125	-	(287)	2.838
Veículos	1.922	-	(741)	1.181
Equipamentos de telefonia	5.180	85	-	5.265
Terrenos (i)	22.723	34.403	-	57.126
Imóveis	3.176	-	-	3.176
<b>Total</b>	<b>488.368</b>	<b>48.629</b>	<b>(6.594)</b>	<b>530.403</b>

(i) O Grupo celebrou em 15 de agosto de 2025 Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária para aquisição de um imóvel comercial situado na cidade de São Paulo/SP, à Rua Henrique da Cunha, nº 68, esquina com a Avenida Rebouças e fundos para a Rua Pedro Leão. O imóvel possui área total de 2.587,17 m<sup>2</sup> e estava ocupado pela Companhia desde 1987 sob regime de locação. A movimentação da depreciação ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Beneficiárias	(135.824)	(30.952)	3.804	(162.973)
Equipamentos de informática	(40.797)	(4.035)	365	(44.467)
Estruturas	(71.811)	(9.768)	807	(80.772)
Móveis e utensílios	(28.921)	(4.523)	6	(33.439)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(16.654)	(2.576)	341	(18.889)
Pallets	(3.104)	(19)	302	(2.821)
Veículos	(1.234)	(317)	370	(1.181)
Equipamento de telefonia	(3.847)	(312)	1.175	(2.984)
Terrenos (i)	(255)	(160)	-	(415)
Imóveis	(1.154)	(656)	-	(1.810)
<b>Total</b>	<b>(303.601)</b>	<b>(53.318)</b>	<b>7.170</b>	<b>(349.749)</b>

(i) O saldo na linha de terrenos corresponde à amortização da mais-valia registrada. A movimentação custo ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Beneficiárias	69.040	24.770	(2.497)	114.748
Equipamentos de informática	16.555	352	(432)	32.721
Estruturas	20.041	775	(1.890)	95.490
Móveis e utensílios	8.812	(285)	(85)	43.087
Máquinas, equipamentos e ferramentas	4.599	2.893	(47)	23.595
Pallets	3.215	5	(95)	3.125
Veículos (i)	4.399	6	(3.041)	558
Equipamentos de telefonia	475	185	(32)	4.552
Terrenos	-	-	-	22.723
Imóveis	-	246	-	2.930
<b>Total</b>	<b>127.136</b>	<b>28.947</b>	<b>(8.119)</b>	<b>340.404</b>

(i) Os veículos baixados até o período findo em 31 de dezembro de 2024 referem-se a venda de caminhões para terceiros. A movimentação da depreciação ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Beneficiárias	(30.785)	(42.288)	3.863	(66.614)
Equipamentos de informática	(9.872)	(3.297)	418	(28.046)
Estruturas	(13.243)	(5.740)	2.475	(55.303)
Móveis e utensílios	(2.209)	(2.193)	644	(25.163)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(1.172)	(1.047)	223	(14.658)
Pallets	(2.716)	(483)	95	(3.104)
Veículos	(1.880)	(177)	1.378	(555)
Equipamentos de telefonia	(313)	(190)	63	(3.407)
Terrenos	-	-	-	(255)
Edifícios	-	(19)	9	(1.154)
<b>Total</b>	<b>(62.190)</b>	<b>(55.434)</b>	<b>9.168</b>	<b>(195.145)</b>

O Grupo analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais indícios estejam presentes, o valor recuperável do ativo é estimado, e caso ele seja menor do que o valor residual contábil do ativo, é reconhecida redução de seu saldo contábil. A Companhia efetuou testes de impairment do ativo imobilizado do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou a necessidade de reconhecimento de perda por impairment. A administração considera todo o ativo imobilizado e intangível como uma única unidade geradora de caixa (UGC), devido a operação de vendas e-commerce e em lojas físicas por utilizarem da mesma estrutura operacional.

## Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Moby S.A.)

As premissas para projeções de fluxo de caixa futuro baseiam-se no plano de negócios do Grupo, aprovado pela Administração, bem como em informações comparáveis de mercado, como taxa de inflação esperada e taxa de crescimento da receita, e representam as melhores estimativas da Administração sobre as condições econômicas que existirão durante a vida útil desses ativos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa de custo de capital de 19,1% em 31 de dezembro de 2025 (17,4% em 31 de dezembro de 2024). O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil nos períodos testados e, portanto, nenhuma provisão para redução do valor recuperável foi reconhecida.

### 13 Intangível

#### Composição do intangível

	Consolidado			
	Custo	Amortização	31/12/2025	31/12/2024
Ágio (goodwill)	275.121	-	275.121	272.583
Softwares – gerados internamente	39.018	(13.183)	25.835	16.761
Softwares – gerados int. em desenv.	13.689	-	13.689	22.296
Decorado – modelos para o site (i)	13.994	(13.680)	314	800
Marcas e patentes	121.752	(6.696)	115.055	121.752
Softwares – adquiridos de terceiros	150.467	(106.354)	44.113	51.323
Direito de Imagens	5.411	(5.401)	10	260
Ponto Comercial	1.264	-	1.264	245
Intangível em Andamento	5.386	-	5.386	20.079
<b>Total</b>	<b>626.102</b>	<b>(145.314)</b>	<b>480.788</b>	<b>506.099</b>

A movimentação do custo intangível ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Ágio (goodwill)	272.582	2.539	-	275.121
Softwares – gerados internamente	64.532	17.595	(43.109)	39.018
Softwares – gerados int. em desenv.	22.296	8.988	(17.595)	13.689
Decorado – modelos para o site (i)	13.994	-	-	13.994
Marcas e patentes	121.752	-	-	121.752
Softwares – adquiridos de terceiros	132.366	1.875	(20.682)	150.467
Direito de Imagens	5.411	-	-	5.411
Ponto Comercial	1.264	-	-	1.264
Intangível em Andamento	20.079	5.989	(20.682)	5.386
<b>Total</b>	<b>654.276</b>	<b>19.391</b>	<b>(47.565)</b>	<b>626.102</b>

A movimentação da amortização do intangível ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Softwares – gerados internamente	(47.770)	(8.522)	43.109	(13.183)
Decorado – modelos para o site (i)	(13.194)	(486)	-	(14.680)
Softwares – adquiridos de terceiros	(81.044)	(25.940)	630	(106.354)
Direito de Imagens	(5.152)	(249)	-	(5.401)
Ponto Comercial	(1.018)	(246)	1.264	-
Marcas e Patentes	-	(6.696)	-	(6.696)
<b>Total</b>	<b>(148.178)</b>	<b>(42.139)</b>	<b>45.003</b>	<b>(145.314)</b>

A movimentação do custo intangível ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Ágio (goodwill)	-	-	272.583	272.583
Softwares – gerados internamente	57.352	7.180	-	64.532
Softwares – gerados int. em desenv.	17.510	(7.180)	-	22.296
Decorado – modelos para o site (i)	13.548	495	(49)	13.994
Marcas e patentes	60	-	(121.692)	121.752
Softwares – adquiridos de terceiros	11.097	931	(12)	120.350
Direito de Imagens	-	-	5.411	5.411
Ponto Comercial	-	-	1.264	1.264
Intangível em Andamento	-	1.841	-	20.079
<b>Total</b>	<b>99.567</b>	<b>15.233</b>	<b>(61)</b>	<b>539.538</b>

A movimentação da amortização do intangível ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Softwares – gerados internamente	(38.859)	(8.912)	-	(47.771)
Decorado – modelos para o site (i)	(12.185)	(1.009)	-	(13.194)
Softwares – adquiridos de terceiros	(5.837)	(8.884)	3.776	(70.098)
Direito de Imagens	-	(169)	84	(5.152)
Ponto Comercial	-	(16)	8	(1.018)
<b>Total</b>	<b>(56.881)</b>	<b>(18.990)</b>	<b>3.868</b>	<b>(76.175)</b>

(i) Decorado são modelos 3D utilizados na aplicação de realidade aumentada em nosso aplicativo. Estes modelos são desenvolvidos por um parceiro especializado, elaborados em uma seleção de itens elencada pela Moby produtos ou categorias, e são disponibilizados na plataforma da Moby. Os modelos podem ser acessados por nossos clientes a fim de renderizar os produtos selecionados, que podem ser visualizados com a funcionalidade de realidade aumentada.

### 14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores (i)	-	-	130.820	160.994
Serviços de Marketing	-	-	8.882	7.637
Fretes	-	-	4.978	10.497
Fornecedores de Serviços	15.022	23.647	33.644	36.811
Importação em trânsito	-	-	5.115	15.223
<b>Total</b>	<b>15.022</b>	<b>23.647</b>	<b>183.439</b>	<b>231.162</b>
<b>Circulante</b>	<b>15.022</b>	<b>15.097</b>	<b>183.439</b>	<b>222.612</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.550</b>	<b>-</b>	<b>8.550</b>

(i) O montante de R\$ 8.550 classificado no não circulante, foi reclassificado nesta demonstração financeira conforme Nota Explicativa nº 2.9. Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais do Grupo são fornecidas na tabela abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Valor contábil dos passivos financeiros	130.820	160.994
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias	90-120 dias

### 14.1. Risco sacado

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Risco sacado	39.895	6.640
<b>Total</b>	<b>39.895</b>	<b>6.640</b>

O Grupo celebrou contratos de risco sacado durante os exercícios de 2024 e 2025 com instituições financeiras (bancos e fundos), com início da operação na Tok&Stok em 2025. Esses contratos foram disponibilizados aos fornecedores como uma alternativa para antecipação de recebíveis, especialmente em função dos prazos de pagamento praticados pelo Grupo, contribuindo para atender às necessidades de capital de giro desses parceiros. A adesão ao programa ocorre por opção exclusiva dos fornecedores, sem alteração das condições comerciais originalmente negociadas, incluindo preços e prazos de pagamento. No contexto dessas operações, apesar da participação das instituições financeiras no pagamento antecipado aos fornecedores, o risco de crédito das obrigações permanece substancialmente com o Grupo, uma vez que não há transferência do risco nem liberação da obrigação original junto ao fornecedor. No âmbito das operações de risco sacado, não há concessão de garantias adicionais pelo Grupo às instituições financeiras, além da sua própria capacidade de crédito. Nessas operações, a análise de risco é realizada com base exclusivamente no risco de crédito do Grupo, na qualidade de devedor (sacado). Dessa forma, os fornecedores não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento das obrigações em caso de eventual inadimplência, tampouco há coobrigação ou garantias prestadas por estes. O programa de risco sacado é relevante para a manutenção da cadeia de fornecimento do Grupo, considerando que parte dos fornecedores não possui capacidade de financiar o capital de giro necessário para operar dentro dos prazos praticados. Nesse contexto, o programa se mostra mais eficiente do ponto de vista financeiro do que a antecipação direta dos pagamentos pelo Grupo com recursos próprios. Os limites disponibilizados no âmbito do programa são periodicamente reavaliados pelas instituições financeiras, de acordo com suas políticas de crédito, podendo resultar em aumento ou redução da capacidade de financiamento. Contudo, tais reavaliações não implicam vencimento antecipado das obrigações do Grupo. Os pagamentos realizados às instituições financeiras continuam sendo classificados como fluxos de caixa operacionais, uma vez que estão diretamente relacionados ao ciclo operacional do Grupo, representando pagamentos pela aquisição de mercadorias para revenda. Ao final de 2025, a operação de risco sacado envolvia aproximadamente 69 fornecedores, o que representa cerca de 17,17% da base total de fornecedores do Grupo (estimada em aproximadamente 402 fornecedores). Em termos comparativos, o volume financeiro associado à operação totalizou R\$ 6,6 milhões sobre uma base de R\$ 231,2 milhões, resultando em um montante combinado de aproximadamente R\$ 237,8 milhões, sendo que a operação representa cerca de 2,8% desse total. Dessa forma, embora relevante sob a ótica operacional e de gestão de capital de giro, a operação ainda apresenta representatividade financeira limitada no contexto geral das obrigações do Grupo.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024

... continuação

**Ano** Valor máximo de dívida financeira líquida  
 2029 R\$ 774 milhões  
 2030 R\$ 669 milhões  
 2031 em diante R\$ 669 milhões corrigido pela taxa DI

Covenant de CapEx (reapetitivo): medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Moby, que não poderá ultrapassar os valores a seguir:  
**CapEx máximo que pode ser desembolsado**  
 2025 R\$ 48 milhões  
 2026 R\$ 48 milhões  
 2027 R\$ 50 milhões  
 2028 R\$ 51 milhões  
 2029 R\$ 55 milhões  
 2030 R\$ 57 milhões  
 2031 em diante R\$ 57 milhões corrigido pela taxa DI

Adicionalmente, a escritura e os aditamentos estabelecem diversas hipóteses de vencimento antecipado, entre as quais se destacam: • Descumprimento de obrigação de pagamento de qualquer parcela de principal, juros ou encargos; • Descumprimento de obrigações acessórias, incluindo covenants, entrega de informações e manutenção de garantias; • Deterioração relevante da situação financeira da emissora ou garantidores; • Execução judicial ou extrajudicial contra a emissora, garantidores ou qualquer empresa do grupo, envolvendo valores superiores a determinado limite financeiro; • Cancelamento, suspensão ou perda das garantias previstas na escritura; • Default cruzado: inadimplimento de outras dívidas financeiras relevantes (inclusive bancárias); • Mudança de controle da emissora ou dos garantidores sem prévia anuência dos debenturistas; • Revogação ou não homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial; • Incorporação, cisão ou fusão da emissora ou dos garantidores, que não tenham sido previamente aprovadas; • Não observância de compromissos previstos nos aditamentos, incluindo a manutenção de garantias adicionais.

**Debêntures privadas:** Em janeiro de 2025 foi realizada a emissão de debêntures simples, conversíveis em ações ordinárias de sua própria emissão, da espécie quirografária no montante total de R\$ 132.165, representadas por 132.165 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1. Essas debêntures foram emitidas como contraprestação pela cessão, à Companhia, de créditos anteriormente detidos por fundos contra a Tok&Stok. Com a cessão, a Moby passou a figurar como credora desses créditos, com vencimento em 31 de dezembro de 2035, sujeitos à atualização pela taxa DI, acrescida de juros remuneratórios de 2,00% ao ano, com capitalização diária. A Companhia reconheceu tais valores como contas a receber de partes relacionadas em suas demonstrações individuais, mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, no exercício de 2025, a Companhia realizou operação envolvendo a conversão de dívida anteriormente mantida junto à SPX em aumento de capital, no âmbito de sua reorganização societária e estratégia de otimização da estrutura de capital. A referida operação foi formalizada mediante capitalização do crédito devido pela SPX, com a correspondente emissão de ações da Companhia, resultando na extinção da obrigação financeira anteriormente registrada. Como consequência, houve redução do passivo financeiro da Companhia e aumento do patrimônio líquido em montante equivalente ao valor do crédito capitalizado, não havendo impacto em caixa decorrente dessa transação. Adicionalmente, os créditos originalmente detidos por terceiros e posteriormente cedidos no contexto da reorganização passaram a ser detidos pela Companhia, permanecendo a Tok&Stok como devedora desses valores perante a TOKY, sem alteração das condições econômicas substanciais da obrigação. As debêntures privadas emitidas pela Moby possuem as seguintes características principais: • Remuneração: Taxa DI + 2,00% ao ano, capitalizados pro rata temporis, até o vencimento ou a data de conversão; • Conversibilidade: a qualquer tempo, total ou parcial, a critério da Companhia ou do debenturista ou obrigatoriamente em 31 de dezembro de 2035; • Preço de conversão: R\$ 9,00 por ação ordinária, corrigido monetariamente até a data de conversão, com arredondamento para o número inteiro de ações; • Vencimento final: 31 de dezembro de 2035; • Liquidação: exclusivamente por meio da conversão em ações na data de vencimento. A liquidação em dinheiro é permitida, mas apenas se e após a quitação integral das dívidas reestruturadas da Tok&Stok; • Natureza do instrumento: por não atender ao critério fixo-fixado (fixed-for-fixed) para conversão, conforme CPC 39, as debêntures foram classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado. Não há garantias específicas vinculadas a essas debêntures, nem cláusulas típicas de covenants financeiros. A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício de 2025 é como segue:

Movimentação empréstimos	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 1ª de janeiro de 2025 – Empréstimos</b>		<b>357.832</b>
Baixa plano de recuperação extrajudicial	-	(357.832)
Dívidas com acionistas não controladores/outras contas a pagar convertidas em debêntures	-	119.676
Baixa dívida com acionistas não controladores/outras contas a pagar	-	(119.676)
Emissão de debêntures públicas	-	476.910
Despesa financeira com a emissão de debêntures públicas	-	184
Juros incorridos em 2025 sobre as debêntures públicas	-	79.430
Emissão de debêntures privadas	132.165	132.165
Despesa financeira com a emissão de debêntures privadas	50	50
Juros incorridos em 2025 sobre as debêntures privadas	21.985	21.985
Debêntures Privadas convertidas em aumento de capital	(153.256)	(153.256)
Baixa de debêntures públicas convertidas em dívida Intercompany	-	(75.950)
Antecipação de recebíveis	-	25.840
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>944</b>	<b>504.358</b>

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do longo prazo estão apresentados a seguir:  
**Ano** Controladora Consolidado  
 2027 - 2.642  
 2028 - 50.309  
 2029 - 71.237  
 2030 - 71.237  
 2031 - 71.237  
 2032 - 71.237  
 2033 - 71.237  
 2034 - 71.237  
 2035 - 944  
**Total** 944 481.518

A movimentação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está apresentada nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas relativas àquele exercício, publicadas em 31 de março de 2025.

17 Adiantamentos de clientes	Consolidado	31/12/2024
Adiantamento de clientes (ii)	31/12/2025	Reclassificado
Repasses sellers	16.013	20.211
Receita futura (i)	497	1.417
Cashback	6.347	7.127
Outras receitas diferidas	23	4.728
	518	29
<b>Total</b>	<b>23.398</b>	<b>33.512</b>

(i) Refere-se aos pedidos que foram faturados e não entregues aos clientes, seu reconhecimento deve acontecer em uma data posterior aos períodos de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

18 Depósitos e bloqueios judiciais	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos tributários (i)	75.123	77.210	
Depósitos trabalhistas	619	487	
Bloqueios judiciais	392	431	
Outros depósitos judiciais (iii)	10.022	9.797	
<b>Total</b>	<b>86.156</b>	<b>87.925</b>	
Circulante	392	431	
<b>Não circulante</b>	<b>85.764</b>	<b>87.494</b>	

A movimentação dos depósitos é como segue:  
**Saldo em 1º de janeiro de 2024** 74.685  
 Combinação de negócios 12.669  
 Adição 7.099  
 Baixas (12.171)  
 Atualização monetária 5.643  
**Saldo em 31 de dezembro de 2024** 87.925  
 Adição 3.814  
 Baixas (i) (12.221)  
 Atualização monetária 6.638  
**Saldo em 31 de dezembro de 2025** 86.156

(i) Em 25 de abril de 2025, a Companhia celebrou contrato de cessão definitiva dos direitos de levantamento de depósitos judiciais vinculados a ações que discutem a exigibilidade do ICMS – Diferencial de Alíquotas ("DIFAL") e do Fundo de Combate à Pobreza ("FCP"), referentes às competências até dezembro de 2021, com o SCORE I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("Cessionário"). Na referida data, os depósitos judiciais objeto da cessão totalizavam R\$ 8.049, atualizados conforme índices oficiais dos Tribunais de Justiça dos respectivos Estados. Como contraprestação, a Companhia recebeu pagamento à vista no montante de R\$ 4.609, equivalente a 60% do valor atualizado dos depósitos. Além disso, o contrato prevê o recebimento de parcela variável adicional ("earn-out"), de até 20%, condicionada ao prazo do efetivo levantamento judicial. A Companhia reconheceu um ativo financeiro a valor justo para refletir o direito a essa contraprestação variável futura. Em decorrência da operação, os depósitos judiciais foram baixados do ativo não circulante, com o reconhecimento do valor justo da contraprestação recebida e do direito residual (earn-out). A diferença líquida, no montante de R\$ 1.869, foi registrada como despesa financeira no resultado do exercício de 2025. O montante de 4.172 foi restituído diretamente na conta corrente da Companhia referente a liberação via processo.

Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Moby S.A.)

(ii) Os principais depósitos judiciais encontram-se, essencialmente, detalhados a seguir: a) PIS e Cofins (base de cálculo PIS e Cofins): Em 23 de outubro de 2020 após o entendimento da 4ª turma do TRF3, o recurso de apelação da Fazenda sobre o mandato de Segurança nº 5025689-42.2018.4.03.6100 foi julgado desfavorável ao Grupo e tendo sido proferida a sentença em 04 de novembro de 2020. Em razão disso, o tema subiu para o STF como repercussão geral e será julgado em mais uma instância. Com base nesta última decisão, o Grupo passou a fazer o depósito em juízo do montante suspenso no valor de R\$ 45.918 (R\$ 39.648 em 2024). Os valores estão atualizados pela taxa Selic. O Grupo, amparado por seus assessores jurídicos, considerou esta ação como possível de êxito (Nota Explicativa nº 19.a). b) Diferencial de Alíquotas – DIFAL: O Grupo realizou depósitos pertinentes à DIFAL (Diferencial de Alíquota Entre os Estados). Em dezembro de 2020 o Grupo ingressou com ação nos Estados pleiteando o seu direito ao não recolhimento da DIFAL, pois esse tema no Brasil estava como repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF) e as chances de êxito vinham evoluindo a favor dos contribuintes. O Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou que tal norma está em desacordo com alguns princípios ou hierarquias das leis brasileiras, e avaliou o ingresso de tal ação judicial como de êxito provável. Como o Grupo já detém ação judicial em curso questionando a legalidade da cobrança, o efeito suspensivo é imediato a partir da data em que houve o ingresso da ação, com isso o Grupo realizou depósitos judiciais até que a ação seja julgada. O montante em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 29.204 (R\$37.639 em 2024). Com a instituição da Lei Complementar nº 190/2022, sancionada em 5 de janeiro de 2022, o Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou como provável o êxito das medidas judiciais relacionadas ao recolhimento do DIFAL, efetuando depósitos judiciais a partir de abril de 2022 (Nota Explicativa nº 19.a). Em outubro de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que as empresas que ajuizaram ações judiciais até 29 de novembro de 2023 estão dispensadas do recolhimento do DIFAL referente ao exercício de 2022. Dessa forma, o Grupo aguarda a restituição dos valores depositados, conforme o trânsito em julgado das respectivas decisões. Parte das ações propostas em 2021 já teve decisão favorável à Companhia, resultando na restituição de R\$ 18.628 diretamente em conta corrente. Adicionalmente, créditos no montante de R\$ 8.049 foram negociados com terceiros (Score Capital), tendo sido recebidos R\$ 5.947 até a data-base, considerando parcela à vista e componente variável conforme as condições contratuais. (iii) O montante referenciado são depósitos em garantias cíveis e do consumidor.

**19 Provisão para contingências**  
 O Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada a seguir:

	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Contingências cíveis	3.740	5.285	
Contingências trabalhistas	18.957	25.143	
Contingências tributárias (i)	25.163	47.250	
<b>Total</b>	<b>47.860</b>	<b>77.678</b>	
Circulante	383	-	
<b>Não circulante</b>	<b>47.477</b>	<b>77.678</b>	

(i) O montante de R\$ 21.453 é referente a um auto de infração de PIS e Cofins, provindo da combinação de negócios, que está em discussão administrativa. Para ambos os processos, o Grupo possui legal opinion com chances de perdas prováveis. O montante de R\$ 2.374 é de um mandato de segurança referente ao RAT (Risco Ambiental do Trabalho) e R\$ 1.129 é referente a um auto de infração de ICMS. A movimentação das contingências prováveis é como segue:  
**Saldo em 1º de janeiro de 2024** 12.938  
 Combinação de negócios (ii) 45.685  
 Adições 13.327  
 Atualização monetária 5.728  
**Saldo em 31 de dezembro de 2024** 77.678  
 Saldo transferido de tributos a recolher (iii) 43.437  
 Adições 1.380  
 Reversões (ii) (83.548)  
 Atualização monetária 8.913  
**Saldo em 31 de dezembro de 2025** 47.860

(ii) O Grupo reverteu, dentre outras, as provisões referentes ao Diferencial de Alíquotas (DIFAL) de 2022 em decorrência do julgamento do Tema 1.266 de Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2025, o STF firmou o entendimento de que o DIFAL somente poderia ser exigido a partir de 04 de abril de 2022, modulando os efeitos da decisão para afastar a cobrança relativa ao exercício de 2022 para os contribuintes que tenham ajuizado ações até 29 de novembro de 2023 e que não tenham efetuado o recolhimento daquele imposto ao longo do referido ano. O montante revertido foi de R\$ 73.905 sendo R\$ 49.919 de principal e R\$ 23.986 de atualização monetária. (iii) No exercício, o Grupo efetuou a transferência do montante de R\$ 43.437, anteriormente apresentado no passivo circulante, sob o grupo tributos a recolher, referente às provisões de Diferencial de Alíquotas (DIFAL) já mencionadas acima. a) **Contingências possíveis:** O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Existem processos avaliados pelo Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos como sendo de risco possível, relacionados a processos cíveis no montante de R\$ 58.238 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 56.565 em 31 de dezembro de 2024), trabalhistas no montante de R\$ 14.534 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 25.335 em 31 de dezembro de 2024) O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do PIS e Cofins em suas próprias bases. Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e Cofins, o Grupo requereu o direito de excluir os valores do PIS e Cofins das suas próprias bases de cálculo de contribuições. Esta ação, amparada por seus assessores jurídicos, foi considerada como possível de êxito sendo o seu montante na data base de 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 48.531 (R\$ 42.377 em 31 de dezembro de 2024) (nota explicativa 18). Os números mencionados estão atualizados pela taxa Selic. O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente às despesas com Marketing, Marketplace e Data Center. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como "possível". O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 10.779 para o PIS e R\$ 49.653 para o Cofins. O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente à inclusão do ICMS e do IPI na base de cálculo dos créditos. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como "possível". O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 20.693. O Grupo discute judicialmente as alterações no formato de tributação relacionados à subvenção para investimento instituídas pela Medida Provisória nº 1.185, de 30 de agosto de 2023 ("MP nº 1.185/23"), posteriormente convertida na Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023 ("Lei nº 14.789/23") e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações passaram a prever a incidência de PIS, Cofins, IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS. O tema foi discutido com os assessores jurídicos e a tese foi classificada com chances de êxito "possível". O montante dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 3.966 para o PIS e para o Cofins R\$ 18.270. Já para o IRPJ e a CSLL, o montante acumulado desde o início da discussão representa R\$ 81.736, sendo R\$ 36.016 referente ao exercício de 2025.

20 Outras contas a pagar	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para restituições (i)	9.616	10.487	
Provisão para devolução de produtos	762	-	
Provisões (ii)	18.579	12.235	
Contas a pagar por Serviços de tecnologia (iii)	-	65.032	
Manutenção a pagar	2.444	3.589	
Allowance	8.516	7.103	
Imobilizados a pagar (iv)	23.672	1.260	
Outras Contas a pagar	16.118	9.838	
<b>Total</b>	<b>79.707</b>	<b>109.544</b>	
Circulante	70.091	34.025	
<b>Não circulante</b>	<b>9.616</b>	<b>75.519</b>	

(i) Substancialmente refere-se a estimativa de custos a serem incorridos pelo Grupo na desmontagem, remoção e restituição dos imóveis arrendados, após o fim do prazo de locação destes ativos; (ii) Montante refere-se a provisões para despesas operacionais que serão estornadas/revertidas assim que ocorrer a entrada de suas respectivas notas/documentos fiscais; (iii) Em abril de 2022, a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Domus Aerea Serviços de Tecnologia Ltda. ("Domus") com o objetivo de receber serviços exclusivos de criação, desenvolvimento e gerenciamento de soluções tecnológicas para as diversas áreas de negócio, construção e implementação de estratégias para os canais digitais, e assessoria na formação de uma equipe de tecnologia. Em novembro de 2023, as partes decidiram renovar todos os direitos e obrigações existentes até o momento, consolidando uma confissão de todos os valores devidos ou a dever pela Estok Comercio e Representações para a Domus e extinção de bônus de subscrição do contrato anterior. Conforme Nota Explicativa nº 16 as dívidas foram convertidas em debêntures públicas. (iv) Conforme descrito na NE 12, Informamos que o grupo adquiriu um terreno localizado ao lado da loja situada no bairro de Pinheiros, pelo valor total de R\$34.403 Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto referente à referida aquisição perfaz o montante de R\$22.392. A presente nota explicativa tem como objetivo evidenciar a posição patrimonial e financeira relacionada aos itens acima descritos na data-base indicada.

Movimentação das provisões	Consolidado	Restituições	Devoluções	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>10.921</b>	<b>1.414</b>	<b>12.335</b>	
Adições/reversões	(434)	(1.414)	(1.848)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>10.487</b>	<b>-</b>	<b>10.487</b>	
Adições/reversões	(871)	762	(109)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>9.616</b>	<b>762</b>	<b>10.378</b>	

21 Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento

a) **Arrendamentos como arrendatário:** O Grupo atua como arrendatário em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desde o ano de 2019 o Grupo reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento. A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, foi a seguinte:

Direito de uso	Consolidado			Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Veículos</b>	<b>374.453</b>
Adições	363.496	2.000	8.957	
Baixas (i)	18.363	-	-	18.363
Reavaliações	(40.533)	-	-	(40.533)
Desreconhecimento (ii)	5.072	93	220	5.385
Depreciação	4.089	-	-	4.089
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>244.962</b>	<b>478</b>	<b>4.302</b>	<b>249.742</b>

(i) Baixas referem-se aos encerramentos antecipados dos contratos de Cajamar II e Extrema II. (ii) Refere-se ao subarrendamento de parte da loja Moby Vila Lobos para a Cobasi que foi encerrada em 2025.

Passivo de arrendamento	Consolidado			Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Veículos</b>	<b>459.919</b>
Adições	449.120	2.735	8.064	
Baixas (i)	15.854	-	-	15.854
Reavaliações	(61.100)	-	-	(61.100)
Pagamento passivo de arrendamento	4.757	93	220	5.070
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(97.039)	(1.080)	(3.450)	(101.569)
Apropriação de juros	(46.129)	-	-	(46.129)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>300.063</b>	<b>1.779</b>	<b>4.878</b>	<b>306.720</b>

Circulante 94.152  
 Não circulante 212.569  
 A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

Direito de uso	Consolidado			Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Veículos</b>	<b>122.798</b>
Combinação de negócios	106.769	2.780	13.249	
Adições	284.714	-	-	284.714
Reavaliações	7.585	240	-	7.825
Desreconhecimento	(20)	-	293	273
Depreciação	(1.639)	-	-	(1.639)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>363.496</b>	<b>2.000</b>	<b>8.957</b>	<b>374.453</b>

Passivo de arrendamento	Consolidado			Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Veículos</b>	<b>145.135</b>
Combinação de negócios	131.024	3.375	10.736	
Adições	346.681	-	-	346.681
Pagamento passivo de arrendamento	4.521	241	294	5.056
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(33.154)	(881)	(2.966)	(37.001)
Apropriação de juros	(10.652)	(174)	(1.048)	(11.874)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>449.120</b>	<b>2.735</b>	<b>8.064</b>	<b>459.919</b>

Circulante 105.600  
 Não circulante 354.319  
 (i) Baixas referem-se aos encerramentos antecipados dos contratos de Cajamar II e Extrema II. O Grupo chegou às suas taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela a seguir evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.	
Até 5 anos	De 5,1% a 19,6%	
De 6 a 7 anos	De 7,9% a 16,4%	
Acima de 7 anos	De 9,2% a 16,6%	

Fluxo de caixa	2025		2024	
	Justado a Nominal valor presente	Justado a Nominal valor presente	Justado a Nominal valor presente	Justado a Nominal valor presente
Contraprestações do arrendamento	401.168	335.118	536.925	459.919
PIS/Cofins potencial (9,25%) (i)	37.108	30.998	49.666	42.543
(ii) Créditos de PIS e Cofins, relacionados às despesas de arrendamento (IFRS 16). Considerando as orientações de divulgação do Ofício Circular 02/20 da CVM, os fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2025 estão descritos na Nota Explicativa nº 28 c. (v) – risco de liquidez. b) <b>Arrendamentos como arrendador:</b> (i) <b>Arrendamento financeiro:</b> O Grupo possuiu, até 2025, subarrendamentos sobre parte do direito de uso de edifícios onde funciona uma de suas lojas físicas na capital paulista. O Grupo classificou este arrendamento como financeiro porque transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos (Nota Explicativa nº 8). O referido contrato foi encerrado em 2025 e, em razão de seu término, o Grupo não possui valores a receber ou direitos relacionados a esse arrendamento em períodos subsequentes.				
<b>Em milhares de reais</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Menos de 1 ano	-	992	-	992
1 a 2 anos	-	992	-	992
2 a 3 anos	-	3.392	-	3.392
3 anos ou mais	-	-	-</	

... continuação

Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)

associada a esses instrumentos, quando aplicável, também está condicionada à capacidade financeira do Grupo, refletindo sua posição na estrutura de capital. Dessa forma, tais passivos apresentam perfil distinto de risco e liquidez quando comparados às dívidas financeiras tradicionais, sendo considerados instrumentos subordinados no contexto da estrutura de capital consolidada.

24 Patrimônio líquido

Composição societária: Em 31 de dezembro de 2025 a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

Table with columns: Quantidade de Ações (em unidades), Participação %, and list of shareholders like Dsk Capital Gestora De Recursos E Consultoria Ltda.

Capital social: Foi homologado em 10 de dezembro de 2024 o aumento do capital social do Grupo através da emissão e integralização de 16.273.499 de ações ordinárias, com o preço por ação de R\$4,08, perfazendo o total de R\$66.396. Desta forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.278.429, dividido em 216.786.990 unidades de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (122.763.403 unidades de ações em 31 de dezembro de 2024).

Table with columns: Controladora/Consolidado, Doze meses findos, Básico, Diluído, and rows for Prejuízo do período, Média ponderada de ações durante o período (em milhares), and Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo - em R\$.

25 Receita operacional líquida e custos dos produtos vendidos

a) Receita operacional líquida

Table with columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, and rows for Receita operacional bruta, Receita operacional, bruta, and Impostos Incidentes.

Receita operacional bruta

Vendas de mercadorias e serviços

Receita operacional, bruta

Impostos Incidentes

Impostos

ICMS - Incentivo fiscal (i)

Devoluções e cancelamentos

Descontos

Receita, líquida

(i) Reconhecimento do benefício especial concedido pelo Estado de Minas Gerais. O Grupo é beneficiário de Regime Especial concedido pelo Estado de Minas Gerais, que prevê a aplicação de crédito presumido de ICMS sobre as vendas nos presenciais, sem a exigência de contrapartida em investimentos vinculados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Os incentivos fiscais são reconhecidos em conta redutora da rubrica de impostos sobre vendas de mercadoria e serviços - ICMS. A variação da receita está diretamente relacionada à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024.

b) Custos dos produtos vendidos

Table with columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, and rows for Custo das vendas, Realização da mais-valia de estoque, (Provisão) reversão s/margem negativa, and Provisão cut-off.

Custo das vendas

Realização da mais-valia de estoque

(Provisão) reversão s/margem negativa

Provisão cut-off

Total

A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 estão relacionadas diretamente à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024.

26 Despesas comerciais, gerais e administrativas por natureza

a) Despesas comerciais

Table with columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, and rows for Pessoal, Transportes (i), Outras despesas comerciais, Locação de equipamentos, Segurança e serviços prediais, Propaganda e publicidade (ii), Energia, água e gás, Uso e consumo, Aluguel, condomínio e IPTU, Tecnologia da Informação e Telecomunicações, Meios de pagamento, Perdas e Doações, Despesas judiciais (iii), and Depreciação e amortização.

(i) Em 2024 tivemos estorno de provisões em aberto relacionadas ao gasto com transportes. (ii) O aumento do valor refere-se principalmente a comissões de afiliados de marketplace. (iii) Em 2025 o Grupo reverteu provisões para contingências cíveis e tributárias invertendo o sinal da linha da despesa. A redução foi de R\$ 38.432.

b) Despesas gerais e administrativas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, and rows for Pessoal, Aluguel, condomínio e IPTU, Tecnologia da Informação, Outras despesas, Serviços de terceiros, Telecomunicações, Uso e consumo, Despesas judiciais (i), and Depreciação e amortização.

(iii) Em 2025 o Grupo reverteu provisões para contingências tributárias invertendo o sinal da linha da despesa. A redução foi de R\$ 18.162. A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 demonstrada acima está relacionada diretamente com a combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024, (saldos de 2024 não contém os números de 12 meses findos de 2024 do grupo Tok&Stok).

27 Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras despesas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, and rows for Gastos extraordinários (i), Despesas Judiciais (ii), Despesas de due diligence, Multas sobre impostos, Cartão Mobly, Plano de opções e bônus de subscrição, Provisão para DIFAL e outros impostos (iii), and Outras despesas não recorrentes.

(i) Os gastos extraordinários referem-se a despesas diretamente relacionadas à aquisição da Tok&Stok. Esses valores abrangem custos com consultores financeiros e jurídicos, serviços de due diligence contábil, fiscal e legal, honorários de auditoria independente, bem como despesas com assessoria regulatória, estruturação e comunicação institucional vinculadas à concretização da transação. (ii) Refere-se a um estorno de provisão relacionado a TAC (Termo de ajustamento de conduta), onde o julgamento determinou o pagamento menor do que o saldo provisionado. (iii) O Grupo reverteu a provisão de DIFAL referente ao exercício de 2022 devido ao julgamento favorável aos contribuintes para as empresas que possuíam ações discutindo a legalidade do tributo na respectiva competência.

b) Outras receitas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, and rows for Efeitos tributários não recorrentes (i) and Ganho líquido na venda de ativo mobilizado.

(i) A composição dos efeitos tributários não recorrentes refere-se, substancialmente, ao reconhecimento de créditos tributários pelo Grupo decorrentes de processos judiciais relacionados ao DIFAL (Diferencial de Alíquota de ICMS), no montante de R\$ 19.931, os quais transitarão em julgado e tiveram seus créditos apurados e habilitados no exercício de 2025. Adicionalmente, inclui o efeito da análise complementar dos valores habilitados pela Tok&Stok no âmbito da ação judicial que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante de R\$ 13.041.

28 Resultado financeiro, líquido

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, and rows for Despesas financeiras, Juros sobre empréstimos e financiamentos, Juros sobre arrendamentos, Juros sobre antecipação de recebíveis, Juros sobre antecipação de recebíveis-Adquirentes, Ajuste a valor presente (i), Ajuste a valor justo de ativos (Nota Explicativa no 11.1), Variações monetárias passivas, Juros sobre parcelamento de impostos, Multas s/ impostos, Outras despesas financeiras, and Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, and rows for Receitas financeiras, Ajuste a valor presente (i), Variação monetária ativa, Juros de aplicações financeiras, Descontos financeiros obtidos (ii), Outras Receitas Financeiras, Juros Ativos, and Total.

(i) O Grupo reavaliou a norma contábil de ajuste a valor presente e entendeu que não há componentes de financiamento materiais que obriguem a contabilização de tal montante. Dessa forma o Grupo reverteu os saldos acumulados contabilizados refletidos nas notas explicativas de receita, custo e resultado financeiro líquido. No balanço estavam registrados ajustes nas notas de Contas a Receber, Contas a Pagar e Estoques. A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 estão relacionadas diretamente à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024 (saldos de 2024 não contém os efeitos dos números do grupo Tok&Stok). (ii) Refere-se ao ganho financeiro reconhecido pela Companhia em função da renegociação de obrigações junto à Domus, que envolveu a aquisição de debêntures com deságio e reestruturação das condições contratuais. A operação resultou na baixa parcial do passivo e no reconhecimento do ganho no resultado do exercício. Parte dos créditos também foi capitalizada em instrumentos patrimoniais. (Nota explicativa 16). A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 estão relacionadas diretamente à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024 (saldos de 2024 não contém os efeitos dos números do grupo Tok&Stok).

29 Imposto de renda e contribuição social

29.1. Reconciliação da alíquota efetiva

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, and rows for Prejuízo antes do IRPJ e CSLL, IRPJ e CSLL - 34%, Ajustes para reconciliação: Equivalência patrimonial, Efeito fiscal - reversão de diferenças temporárias (mais valia), Outros ajustes fiscais, IRPJ e CSLL apurados, and Alíquota de Imposto Efetiva.

Conforme demonstrado no quadro acima, a Companhia apurou prejuízos contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tanto na controladora quanto no consolidado. Em 31 de dezembro de 2025, a Mobly possuía prejuízo fiscal acumulado e não contabilizado no montante de R\$ 629.143 (R\$ 561.695 em 31 de dezembro de 2024) e a Tok&Stok possuía R\$ 1.517.419 (R\$ 1.258.493 em 31 de dezembro de 2024) para compensação com lucros tributáveis futuros. Conforme legislação fiscal vigente, a referida compensação está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição.

30 Informação por segmento

Table with columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, and rows for Receita bruta, Custos dos produtos vendidos, Lucro bruto, Receita bruta, Custos dos produtos vendidos, and Lucro bruto.

(i) Os retornos são cancelamentos de vendas.

31 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração do Grupo. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo, foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequados. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes a serem realizados no mercado de troca corrente.

a) Classificação contábil e valores justos dos instrumentos financeiros: Todos os ativos e passivos do Grupo são mensurados ao custo amortizado e, em todos os casos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. As equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo com taxas pós-fixadas. As contas a receber de clientes são de curto prazo e já são ajustadas pela perda esperada. Os valores a pagar a fornecedores são devidos no curto prazo. b) Política de gestão de riscos: O Grupo possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. c) Administração financeira de risco: As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: (i) Risco de preço das mercadorias vendidas ou insumos adquiridos: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelo Grupo e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos do Grupo. Para mitigar esses riscos, o Grupo monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se ao movimento de preço. (ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis desses ativos representam a exposição máxima do crédito. Grande parte dos recebíveis do Grupo são provenientes de vendas de Marketplace onde a contraparte é a companhia cujo website o consumidor usou para efetuar a compra. Dessa forma, as contrapartes são companhias de varejo de grande porte, para as quais o Grupo nunca experienciou inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo significativo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis. Uma parte dos recebíveis do Grupo são provenientes de parcelamentos de cartões de crédito. As contrapartes são adquirentes e subadquirentes de grande porte, para os quais o Grupo nunca experienciou inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo significativo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis. O Grupo passou a operar cartões private label em parceria com a empresa administradora de meios de pagamento WayUp a partir de outubro de 2022. Essa solução de pagamento gera recebíveis que são analisados conforme curva de mercado e, a partir das análises, são provisionadas perdas para o saldo total de recebíveis. Essas perdas foram provisionadas com base na curva de vencimentos projetada pela administradora de pagamentos com base no histórico de mercado. O critério será revisado quando a Companhia tiver base histórica para analisar a metodologia. As provisões se encontram nos montantes apresentados como perda de crédito esperada (Nota Explicativa nº 6). O Grupo constituiu provisão especificamente para a sua carteira de contas a receber decorrente das receitas geradas por vendas a pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. O Grupo faz uma análise individualizada de cada cliente, verificando a necessidade de provisionamento de acordo com o risco apresentado para cada caso.

Table with columns: Exposição, Notas, Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, and rows for Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, and Exposição total.

(iii) Contas a receber: A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas receitas de vendas usando o cartão Mobly e vendas feitas para pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. Os demais saldos de contas a receber são garantidos por grandes players do mercado, o Grupo fez uma avaliação de risco dessas empresas e não constitui nenhuma provisão para estes saldos. A administração não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. (iv) Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individuais: Como avaliado na nota de risco de crédito, o Grupo realiza uma avaliação de risco de crédito a nível do cliente e, com base nessa informação, avalia o risco de crédito para todos os seus clientes. Quando um risco material é identificado, e constituída uma provisão do valor a receber correspondente. (v) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo mantém uma relação próxima com instituições financeiras para garantir linhas de crédito aprovadas. Além disso, o Grupo também pode negociar os termos com os fornecedores, e antecipar seus recebíveis de cartão de crédito, se necessário. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações financeiras trimestrais. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Table with columns: Passivos financeiros não derivativo, Notas explicativas, Valor Contábil, and rows for Fornecedores, Passivos financeiros não derivativos, Fornecedores, Risco sacado, Passivos de arrendamentos, Empréstimos e financiamentos, and Dívidas com acionistas não controladores.

(vi) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (vii) Risco de taxa de juros: A exposição ao risco da taxa de juros é decorrente da exposição a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relacionado a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros atuais sobre empréstimos. Com todas as variáveis mantidas constantes, o resultado do Grupo antes do imposto de renda é afetado pelo impacto na taxa de juros fluante. Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, o Grupo considerou uma redução na taxa de juros do CDI para 12,25%, conforme boletim Focus de 31/12/2025, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 foi considerado o cenário base atual e de aumento e queda nas taxas de juros. Os efeitos esperados das receitas de aplicações financeiras e despesas de empréstimos e financiamentos para os próximos 12 meses são como segue:

Table with columns: Saldo em 31/12/2025, Controladora, Consolidado, and rows for Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 5) and Total.

Exposição Líquida Impacto no resultado financeiro

Table with columns: Valor total, Menos de 1 mês, 1-3 meses, 4-12 meses, and Maior que 1 ano, and rows for Cenario Base - 14,90 % a.a. and Cenario Provável - 12,25 % a.a.

continua ...

## PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

## Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)

Saldo em 31/12/2025  
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 16)

Total

## Exposição Líquida

## Impacto no resultado financeiro

Cenário Base – 14,90 % a.a.

Cenário Provável – 12,25 % a.a.

(viii) **Risco cambial:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para a aquisição de insumos. Os resultados do Grupo não estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os seus passivos em dólar norte-americano, uma vez que a administração entende que o risco cambial não é relevante. O risco cambial é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de uma exposição fluem devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao nível do consolidado ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se aos fornecedores estrangeiros em dólar no montante de R\$ 695 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.415 em 31 de dezembro de 2024). As operações de swap permutam os riscos cambiais decorrentes de parte do financiamento à importação por derivativos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário, reduzindo a exposição do Grupo às oscilações cambiais. Os contratos habilitados possuem o vencimento de 180 dias. O

Controladora	Consolidado
944	507.358
<b>944</b>	<b>507.358</b>

Grupo realizou uma análise de sensibilidade, apresentando cenário de câmbio do boletim Focus de 31/12/2025

## Saldo em 31 de dezembro de 2025

## Fornecedores estrangeiros

Saldo (R\$)

Saldo (USD)

## Impacto no resultado financeiro

Cenário base – 5,50

Cenário provável – 5,50

## 32 Eventos subsequentes

**Extensão do Período de Carência dos Juros das Debêntures Tok&Stok:** GRUPO TOKY S.A. ("Companhia"), vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Assembleia Geral de debenturistas da controlada Estok Comércio e Representações S.A. ("Tok&Stok"), por unanimidade, aprovaram estender o período de carência dos juros, que se encerraria nesta data, para 25 de maio de 2026. Dessa forma, a Companhia e a Tok&Stok terão 63 dias adicionais para seguir avançando nas negociações com os debenturistas, já em curso, com vistas à conclusão da reestruturação do endividamento da Tok&Stok.

## Consolidado

695

695

126

695

695

## Parecer ou Relatório Resumido, Se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)

O Comitê de Auditoria do Grupo Toky S.A. ("Companhia") é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente, sujeito ao disposto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno"), no Estatuto Social da Companhia e na legislação e regulamentação aplicáveis. Nos termos do artigo 10 do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que: (i) ao menos um deles deverá ser conselheiro independente da Companhia; e (ii) ao menos um deles deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, podendo o mesmo membro acumular as duas características previstas nos itens (i) e (ii) acima. Atualmente, o Comitê de Auditoria é composto de 3 (três) membros, sendo: (i) 1 (um) membro independente do Conselho de Administração da Companhia (que atende aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e pela Comissão de Valores Mobiliários); e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em consonância ao exigido no artigo 22, inciso (v), do Regulamento do Novo Mercado. Dentre os membros eleitos para composição do Comitê de Auditoria, 1 (um) exerce a função de Coordenador. São membros do Comitê de Auditoria: Sr. Alvaro Taiar Júnior, Sr. Felipe Fonseca Pereira (membro independente do Conselho de Administração da Companhia) e Sr. José Ecio Pereira da Costa Junior (membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e coordenador do Comitê de Auditoria). O Comitê de Auditoria deliberou 08 (oito) vezes no exercício social

encerrado em 31 de dezembro de 2025, visando ao atendimento das obrigações regulatórias, estatutárias e regimentais, conforme datas abaixo elencadas: 29 de janeiro de 2025; 10 de fevereiro de 2025; 31 de março de 2025; 25 de agosto de 2025; 27 de agosto de 2025; 15 de setembro de 2025; 07 de novembro de 2025; 14 de novembro de 2025. Todas as deliberações foram registradas em atas e assinadas por seus membros. O Comitê de Auditoria reuniu-se no âmbito da atribuição de suas funções, sendo os principais assuntos discutidos aqueles relacionados a: (i) avaliação das informações trimestrais e das demonstrações financeiras anuais a da Companhia; (ii) acompanhamento da evolução e da atualização do mapa de riscos da Companhia; (iii) acompanhamento das atividades da área de auditoria interna da Companhia; e (iv) monitoramento de riscos e controles internos da Companhia. Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, analisaram, em reuniões realizadas em 19 e 31 de março de 2026, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes Grant Thornton emitido em 31 de março de 2026, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração da Companhia.

José Ecio Pereira da Costa Junior – Coordenador

Alvaro Taiar Júnior – Membro

Felipe Fonseca Pereira – Membro

## Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as informações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Victor Pereira Noda – Diretor Presidente

Marcelo Rodrigues Marques  
Diretor Financeiro e de Relações com InvestidoresMário Carlos Fernandes Filho  
Diretor de Operações e Sistemas Logísticos

## Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 31 de março de 2026, sobre as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Victor Pereira Noda – Diretor Presidente

Marcelo Rodrigues Marques  
Diretor Financeiro e de Relações com InvestidoresMário Carlos Fernandes Filho  
Diretor de Operações e Sistemas Logísticos

## Diretoria

Marcelo Rodrigues Marques  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## Contador

Cleberson dos Santos Alves  
CRC SP-349.301/O-1

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)  
São Paulo-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.) (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.2, que descreve os principais julgamentos e premissas considerados pela administração na avaliação da continuidade operacional da Companhia. Conforme descrito na referida nota, a Companhia apresenta histórico recente de prejuízos e desafios relacionados à sua estrutura de capital e liquidez, tendo implementado um plano abrangente de reestruturação operacional e financeira, que inclui, dentre outras medidas, a captura de sinergias decorrentes da combinação de negócios com a Tok&Stok, a melhoria das condições de liquidez por meio de iniciativas de geração de caixa, bem como a reestruturação do endividamento financeiro da controlada Tok&Stok no âmbito de um Plano de Recuperação Extrajudicial homologado judicialmente. A avaliação da continuidade operacional realizada pela administração considera como premissa fundamental a implementação e o sucesso dessas medidas, incluindo a manutenção do acesso à mecanismos de antecipação de recebíveis, o êxito nas negociações de postergação do pagamento de juros e da conversão de debêntures em capital, bem como a materialização das sinergias operacionais estimadas. Esses assuntos, juntamente com outros eventos e condições divulgados na nota explicativa nº 2.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e sua necessária geração de caixa estão descritos na referida nota explicativa. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que assumem a concretização das citadas medidas, não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Avaliação da perda por redução ao valor recuperável de ativos – Nota Explicativa nº 12 e 13. **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldos de ativo imobilizado (consolidado) e ativo intangível (consolidado) nos montantes de R\$ 180.654 mil e R\$ 480.789 mil, respectivamente. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Accounting Standards requerem que a Companhia realize, a cada encerramento de período, o teste de recuperabilidade econômica dos valores registrados como ativo intangível sem vida útil definida e/ou ativos com indicadores de perda de recuperabilidade econômica. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados, pela administração da Companhia, indicadores de perda de recuperabilidade econômica em virtude de, dentre outros aspectos: (i) prejuízos operacionais recorrentes; (ii) passivo circulante em excesso ao ativo circulante; e (iii) deterioração nas expectativas macroeconômicas, como aumento nas taxas de juros e pressão inflacionária no mercado no qual a Companhia opera (além de ambiente competitivo mais restritivo). Diante desses fatores, a Companhia realizou testes de recuperabilidade econômica sobre os ativos impactados. O teste de recuperabilidade econômica dos ativos envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, realizado com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se premissas complexas, subjetivas e significativas, tais como receita de vendas, taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, dentre outras. Dessa forma, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de ajuste por redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tendo sido esse assunto considerado, novamente, uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos e, dessa forma, um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente. **Como o assunto foi tratado em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação das análises preparadas pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na

avaliação da administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como a avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros mediante a comparação com orçamentos aprovados pela Diretoria Executiva, premissas e dados de mercado (como receita de vendas e taxas de juros e inflação), além das taxas de desconto e de crescimento da perpetuidade consideradas pela administração da Companhia; • Discussão, junto à administração, sobre o plano de negócios e premissas sensíveis; • Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser reavaliadas; • Avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre determinadas premissas sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas com efeito significativo na determinação do valor recuperável dos ativos objeto do teste de recuperabilidade; e • Avaliação da consistência das divulgações nas notas explicativas em relação às normas contábeis aplicáveis. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliação da perda por redução ao valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Reconhecimento da receita de vendas de mercadorias e serviços – Notas Explicativas nº 3, p. 25 e 30. **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia reconheceu receita líquida consolidada no montante de R\$ 1.445.029 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia e suas controladas reconhecem receitas oriundas de diferentes canais de venda, incluindo websites próprios (webshop), lojas físicas, marketplaces e prestação de serviços. O reconhecimento da receita envolve volume expressivo de transações efetuadas por distintos canais de vendas, além de integração entre diferentes sistemas, que exige configuração parametrizada para a correta alocação das receitas entre os diferentes canais, além de envolver grande volume de transações diárias, tornando o risco de erro material elevado em função da complexidade do ambiente operacional e de tecnologia. Em virtude da diversidade dos canais de vendas, volumes relevantes das transações e a necessidade de julgamento, por parte da administração, em diversas estimativas como provisão para devoluções, descontos comerciais, estimativa para perdas e classificação de transações como principal ou agente, o reconhecimento da receita foi considerado novamente como uma área de risco e, dessa forma, um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente. **Como o assunto foi tratado em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Obtenção de entendimento dos processos e políticas contábeis relacionados ao ciclo de receitas da Companhia, com foco nos critérios utilizados para o reconhecimento da receita, inclusive por canal de venda; • Entendimento dos controles internos aplicáveis ao ciclo de receitas e aos sistemas envolvidos na captura, processamento e contabilização dos dados de vendas; • Execução de procedimentos analíticos de auditoria utilizando ferramenta automatizada de auditoria denominada Audit Data Analytics (ADA) para receitas de vendas de mercadorias; • Análise dos critérios de reconhecimento de receita com base nas obrigações de desempenho identificadas nos contratos com clientes, considerando os aspectos relacionados ao atendimento das obrigações de performance; • Revisão das estimativas registradas para devoluções de produtos, perdas e descontos comerciais através da avaliação da política contábil adotada, consistência com o histórico de transações e critérios de mensuração aplicados; • Execução de testes de corte ("cut-off") para verificar que as receitas foram reconhecidas no período contábil apropriado, com base nas datas de entrega e aceite pelos clientes (atendimento das obrigações de performance); • Realização de testes substantivos, em base amostral, para verificar se as transações de receita estavam adequadamente suportadas e reconhecidas; • Avaliação da consistência das divulgações nas notas explicativas em relação às normas contábeis aplicáveis. Durante a execução desses procedimentos, identificamos uma deficiência nos controles internos da Companhia relacionada ao processo de controle das operações efetuadas via marketplaces de terceiros. Em nossa avaliação, tal deficiência constitui uma deficiência significativa no ambiente de controles internos da Companhia. Desta forma, revisamos nossa avaliação dos riscos relacionados ao tema e alteramos nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos originalmente planejados, a fim de obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes. A referida deficiência significativa foi comunicada aos responsáveis pela governança, observando as normas de auditoria. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias e prestação de serviços, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, consi-

derar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026.

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores  
Independentes Ltda.  
CRC 2SP 025.583/O-1Régis Eduardo Baptista dos Santos  
Contador  
CRC 1SP 255.954/O-0



# VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição:** A VR Benefícios Serviços de Processamento S.A. ("Companhia" ou "VR Benefícios") tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. Para viabilizar o seu papel como empresa sólida e referência no setor, a VR Benefícios conta com um portfólio completo e variado de produtos que atendem às diversas necessidades de seus Clientes-RH. Os diversos produtos oferecidos ainda contam com diferenciais competitivos técnicos e de relacionamento. Nesse sentido, a VR Benefícios oferece cartões com microchips aceitos por uma rede de Estabelecimentos Comerciais presente em 99% do território nacional e uma plataforma integralmente online para acompanhamento de histórico de transferências realizadas e saldo por parte de seus Clientes-RH, Usuários-Beneficiários e Estabelecimentos Comerciais credenciado. Em 17 de abril de 2020, os acionistas aprovaram um aporte de capital no valor de R\$ 310.000, mediante a emissão de 15.218.458 novas ações no valor de R\$ 1 real cada ação. O aumento de capital foi subscrito por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% da empresa

Pontomais Tecnologia S.A., e em 27 de março de 2023 foi realizada aquisição de 44% das ações, e em 30 de Abril de 2024 foi realizada aquisição de 5% das ações totalizando 100% das ações da empresa, que tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online. Em 19 de abril de 2021, foi recebido o valor de R\$ 211.511, corrigido pelo CDI, referente a integralização de capital, realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 23 de setembro de 2021, foi constituída e adquirida 50% da empresa Mazi Holding Ltda., que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Global Serviços de Marketing S.A., e em 09 de novembro de 2023 foi realizada aquisição de 24,90% das ações totalizando 100% das ações da empresa, que possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes. Em 01 de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A., e em 14 de novembro de 2024 foi realizada aquisição de 49,90% das ações totalizando 100% e sua atividade consiste no serviço de gestão benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 10 de outubro de 2023, foi realizada a aquisição de 60% da empresa VExpenses S.A., e sua atividade consiste no serviço de desenvolvimento de software; cessão de direito de uso de sistema de computação, dentre outros. Em 01 de maio 2025, a Companhia concluiu o processo de incorporação da empresa PontoMais Tecnologia S/A. com o objetivo de simplificar sua estrutura societária, capturar sinergias operacionais e fortalecer a integração dos negócios. A operação foi aprovada nos respectivos órgãos societários competentes e implementada conforme a legislação vigente. Em 9 de setembro de 2025, foi celebrado o Acordo de Cotistas da Classe Única do V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos

Creditórios – FIDC, envolvendo a VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A., o FIC Zeta, o Banco VR S.A., o Banco BTG Pactual S.A. e o Gestor BTG Pactual Asset Management S.A. Em 01 de novembro 2025, a Companhia concluiu o processo de incorporação da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A. com o objetivo de simplificar sua estrutura societária, capturar sinergias operacionais e fortalecer a integração dos negócios. A operação foi aprovada nos respectivos órgãos societários competentes e implementada conforme a legislação vigente. Em 2025, o ambiente regulatório passou por mudanças relevantes para o setor. Foi publicado o Decreto nº 12.712/2025, que atualiza as regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), incluindo a obrigatoriedade de arranjos de pagamento abertos, interoperabilidade entre emissores e credenciadores, limites de taxas aplicáveis e novos prazos de liquidação financeira. A Companhia acompanha essas definições e vem promovendo as adaptações necessárias em seus processos e sistemas, de forma a assegurar total conformidade. No campo tributário, avançaram as discussões da Reforma Tributária decorrente da Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui o novo modelo de tributação sobre o consumo. Como as regras dependem de regulamentações complementares, seus impactos financeiros e operacionais ainda não são integralmente mensuráveis. A Administração monitora continuamente o tema para garantir adequação futura às normas e mitigar eventuais riscos regulatórios. O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em 2024, foram deliberados pagamentos de dividendos com base na proposta da Administração.

### A Administração

São Paulo, 31 de março de 2026.

### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025		2024		Passivo	Nota	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
<b>Circulante</b>		<b>3.173.107</b>	<b>2.664.742</b>			<b>Circulante</b>		<b>2.971.845</b>	<b>2.579.827</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.457.502	1.963.048			Créditos em circulação	14	2.634.820	2.284.328		
Contas a receber de clientes	5	574.565	566.392			Fornecedores	15	24.057	22.930		
Impostos a recuperar	6	133.113	128.826			Passivos de arrendamento	16	2.225	1.919		
Despesas antecipadas		871	548			Obrigações fiscais	17	68.398	74.334		
Outras contas a receber		7.056	5.928			Obrigações trabalhistas	18	105.932	78.218		
						Valores a pagar para sociedades ligadas	31	1.000	12.095		
<b>Não circulante</b>		<b>700.938</b>	<b>725.665</b>			Dividendos a pagar	20	6.289	-		
Imposto diferido	13b	81.721	103.199			Outras obrigações	19	129.124	106.003		
Depósitos judiciais	12a	914	796			<b>Não Circulante</b>		<b>59.233</b>	<b>69.328</b>		
Contas a receber com partes relacionadas	30	6.753	50.598			Passivos de arrendamento	16	4.344	6.376		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	8	47.723	-			Obrigações trabalhistas	18	47.621	59.790		
Investimentos	9	282.228	430.621			Passivo a descoberto	9	5.675	-		
Imobilizado	10	14.319	14.427			Provisão para contingências	12a	1.593	2.162		
Intangível	11	267.280	126.023			Valores a Pagar para Sociedades Ligadas	31	-	1.000		
<b>Total do ativo</b>		<b>3.874.045</b>	<b>3.390.407</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		<b>842.967</b>	<b>741.252</b>		
						Capital social	20	154.405	154.405		
						Reservas de capital		294.782	294.782		
						Reservas de lucros		393.780	292.065		
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.874.045</b>	<b>3.390.407</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucro	Dividendos obrigatórios não distribuídos	Lucros acumulados	Total
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(3.399)	-	668.390
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	76.261	76.261
Destinação proposta:							
Reservas/dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	3.813	68.826	3.622	(76.261)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>154.405</b>	<b>294.782</b>	<b>14.914</b>	<b>273.529</b>	<b>3.622</b>	-	<b>741.252</b>
Aumento de capital	-	-	-	-	(3.622)	-	(3.622)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	132.409	132.409
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta:							
Dividendos adicionais deliberados	-	-	-	(20.783)	-	-	(20.783)
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	(6.289)	-	-	(6.289)
Reservas	-	-	6.621	125.788	-	(132.409)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>154.405</b>	<b>294.782</b>	<b>21.535</b>	<b>372.245</b>	-	-	<b>842.967</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**1. Contexto operacional – a. Objeto social:** A VR Benefícios Serviços de Processamento S/A. ("Companhia") tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. A sede da Companhia está localizada na Avenida dos Bandeirantes nº 460 – Brooklin Paulista – SP – CEP 04553-900. O Programa de Alimentação do Trabalhador, desenvolvido pelo Governo Federal em 1.976 (Lei nº 6.321), tem como objetivo proporcionar melhores condições nutricionais aos trabalhadores, para motivar a participação das empresas, o programa concede isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício e dedução de até 4% do Imposto de Renda devido. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considera o crescimento das operações no mercado de cartões de benefícios. **2. Apresentação das demonstrações financeiras – b. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou a faculdade prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas e quando acionistas e cotistas deliberam pela adoção dessa faculdade. A Smart Net Holdings S.A. é a controladora dessa Companhia e apresenta as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de março de 2026. **c. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **d. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor máximo mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **f. Incorporação realizada em 2025:** As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 refletem os efeitos da incorporação de suas investidas PontoMais Tecnologia S.A. e VR Mobilidade e Tecnologia S.A., cuja operação foi concluída durante o exercício, conforme atos societários aprovados. A incorporação teve como objetivo a simplificação da estrutura societária, aumento da eficiência administrativa e integração operacional dos negócios. Com a efetivação da operação, as investidas incorporadas foram extintas, e todos os seus ativos, passivos, direitos e obrigações passaram a ser controlados diretamente pela Companhia. Os impactos financeiros da incorporação foram devidamente reconhecidos nas demonstrações financeiras, não havendo efeitos relevantes no resultado do exercício, maiores detalhes vejam nota 9 – Investimento. **3. Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros – não derivativos:** Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativo e passivo financeiro. (i)

**Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa são representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, incluídos na rubrica de disponibilidades com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo, tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. (ii) **Recebíveis:** São representados por contas a receber de empresas conveniadas por aquisição de produtos de benefícios, sem características de crédito, e registrados ao valor de face em contrapartida à rubrica de "Créditos em circulação". Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros. • Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia mensura a provisão para perda de crédito esperada em um montante igual a perda de crédito esperada para 12 meses. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. **c. Investimentos:** O investimento em controlada em conjunto e joint-venture é registrado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **d. Combinação de negócios:** As combinações de negócios são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de ativos adquiridos atende à definição de negócio e o controle é transferido para a companhia determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a companhia avalia se o conjunto adquirido inclui pelo menos uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)	Nota	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	21	1.172.728	994.018		
Custo dos serviços vendidos	22	(603.613)	(557.058)		
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>569.115</b>	<b>436.959</b>		
Despesas gerais e administrativas	23	(221.154)	(147.873)		
Despesas com pessoal	24	(331.392)	(318.043)		
Despesas tributárias	25	(70.512)	(71.357)		
Resultado de participação	9	(22.200)	(7.053)		
Reversões (provisões) diversas	27	826	8.745		
Outras receitas (despesas) operacionais	28	1.853	85.670		
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>(73.464)</b>	<b>(12.951)</b>		
Resultado financeiro	26	280.806	179.505		
<b>Resultado operacional</b>		<b>207.342</b>	<b>166.554</b>		
Resultado não operacional		(1.717)	(1.722)		
<b>Resultado antes da tributação</b>		<b>205.625</b>	<b>164.832</b>		
Imposto de renda e contribuição social	13a	(51.738)	(58.491)		
Imposto diferido	13a	(21.478)	(30.081)		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>132.409</b>	<b>76.261</b>		
<b>Lucro líquido por ações</b>		<b>0,86</b>	<b>0,49</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>132.409</b>	<b>76.261</b>	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultados abrangentes do exercício</b>	<b>132.409</b>	<b>76.261</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	132.409	76.261		
<b>Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:</b>				
Depreciações e amortizações	49.134	29.982		
Resultado de participação em controlada	22.200	7.053		
Rendas de fundos de investimentos – FIDC	(2.894)	-		
Reversão da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	291	(8.157)		
Provisão (reversão) para créditos prog. fidelidade	4.858	20.135		
Provisão (reversão) das provisões para riscos fiscais e obrigações legais	(1.117)	(588)		
Provisão (reversão) para incentivos de longo prazo e participação nos lucros	57.883	92.695		
Provisão de reabertura s/domicílio bancário	10.190	-		
Imposto de renda diferido	21.478	30.081		
Baixas de ativo imobilizado	105	53		
Juros provisionados de passivos de arrendamento	1.101	1.093		
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	51.738	58.491		
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>				
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	13.535	74.225		
(Aumento) redução em impostos a recuperar	68.370	23.168		
(Aumento) redução em despesas antecipadas	1.215	78		
(Aumento) redução em outras contas a receber	(275)	(392)		
(Aumento) redução em depósitos judiciais	(119)	5		
Aumento em créditos em circulação	350.493	100.007		
Aumento (redução) em fornecedores	(13.051)	(4.295)		
Redução em obrigações fiscais	(60.998)	(40.083)		
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	(52.080)	(20.167)		
Aumento (redução) em outras obrigações	7.679	(9.123)		
Aumento em mútuo a receber	(12.599)	(14.106)		
Juros pagos de passivos de arrendamento	(887)	(1.110)		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(68.463)	(58.174)		
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>580.195</b>	<b>357.131</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(44.829)	-		
Aquisição de investimento	(26.369)	(46.079)		
Aquisição de imobilizado	(3.600)	(896)		
Aquisição de intangível	(28.461)	(35.693)		
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(103.259)</b>	<b>(82.668)</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Dividendos pagos	(24.405)	(3.399)		
Valores pagos de passivos de arrendamento	(1.940)	(1.690)		
Valores pagos para sociedades ligadas	(12.			



# VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da Companhia, decorrentes de operações que transferem à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **g. Direito de uso:** O direito de uso sobre contrato de aluguel de imóvel da sede da Companhia, situada em São Paulo, são contabilizados usando o método de contabilização de leasing, inclusive seu reajuste anual, em que todos os contratos são reconhecidos nos balanços das arrendatárias da seguinte forma no ativo pelo direito de uso, no passivo pela obrigação financeira e despesa de juros. O direito de uso é apresentado na rubrica de imobilizado. **h. Intangível:** Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada ativo, os que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos. **i. Valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como outras despesas operacionais. Não houve a necessidade de constituição de *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. **j. Créditos em circulação:** Representam as obrigações decorrentes dos créditos em circulação, que se encontram em poder dos usuários e estabelecimentos credenciados, avaliados pelo valor de face dos créditos. **k. Programa de fidelidade:** Controla as obrigações decorrentes do programa de fidelidade, O VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltado para as empresas parceiras, o qual possibilita o acúmulo de pontos para resgatar no marketplace ou realizar pagamento de boletos, voltado para mais saúde e nutrição para os trabalhadores. **l. Incentivo variável de longo prazo – ILP:** O presente Plano de Incentivo tem como principal objetivo criar mecanismos de retenção e motivação para executivos de alto potencial na Companhia. Além disso, busca estimular a realização dos objetivos estratégicos da empresa, oferecendo aos participantes a possibilidade de adquirir incentivos de longo prazo. Este plano de incentivo não causará, em nenhuma hipótese, o direito do participante tornar-se sócio quotista da Companhia, já que eventual incentivo será pago nos termos das regras do plano de incentivo. Atualmente, a Companhia conta com dois planos de incentivos variáveis de longo prazo (ILP 1.0 e ILP 2.0). O valor de incentivo coletivo será definido a depender do valor final da Companhia, por meio de Valuation Gerencial da Companhia definido em política interna, que observará os seguintes critérios: - ILP 1.0 – 50% do valor equivalente a 4 vezes a Receita Bruta do último exercício e 50% equivalente a 12 vezes o Ebitda, acrescido do Resultado Financeiro, do último exercício. Tendo como prazo final o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. - ILP 2.0 – 30% do valor equivalente a 4 vezes a Receita Bruta do último exercício e 70% equivalente a 12 vezes o Ebitda, acrescido do Resultado Financeiro, do último exercício. Tendo como prazo final o exercício findo em 31 de dezembro de 2027. **m. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **n. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Passivos contingentes** – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota para os processos cíveis e fiscais. Para os processos trabalhistas, é efetuada perda média histórica e aplicada para todas as causas. **Provisões** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas fiscais, trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração, e divulgadas em notas explicativas. **o. Capital social:** Representado exclusivamente por ações. Os aumentos ou redução de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto da Companhia. **p. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que exceder o R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 9%. Os créditos tributários foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base nas alíquotas vigentes. **q. Novas normas, futuros requerimentos e outras alterações** • **Novos requerimentos atualmente em vigor:** A tabela abaixo apresenta a lista das recentes alterações nas Normas que estão em vigor:

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2025	Ausência de reversibilidade (alteração ao CPC 02)
1º de Janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (alteração às CPC 48 e CPC 40)
1º de Janeiro de 2027	CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

• **Outras alterações: Reforma tributária:** Reforma Tributária (EC 132/2023): continua em tramitação as leis complementares que regulamentam a criação da CBS e IBS. Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos contábeis mensuráveis, pois as alíquotas, regimes específicos e regras de crédito financeiro permanecem pendentes de definição. **Alterações no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)** O Decreto nº 12.712/2025, publicado em 11 de novembro de 2025, estabeleceu novos parâmetros para arranjos de pagamento utilizados no PAT. As principais exigências possuem prazos de implementação escalonados: • Em 90 dias: limites máximos de taxas (MDR e intercâmbio) e novo prazo de liquidação financeira (arts. 182-B e 182-C). • Em 180 dias: obrigatoriedade de arranjos abertos para emissores que atendam mais de 500 mil trabalhadores (art. 174, § 1º). • Em 360 dias: interoperabilidade plena entre emissores e credenciadores (art. 177). A Companhia segue implementando os ajustes necessários para garantir conformidade regulatória dentro dos prazos estabelecidos.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	12.280	7.538
Aplicações financeiras (*)	2.445.222	1.955.509
	<u>2.457.502</u>	<u>1.963.047</u>

(\*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados à taxa média de 88% a 114% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 2 de janeiro de 2026 a 9 de junho de 2033 (2024 – 88% a 114% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 2 de janeiro de 2025 a 09 de junho de 2033), sem o risco de mudança significativa do valor. Os CDBs possuem liquidez imediata podendo ser resgatados a qualquer momento sem qualquer penalidade. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía fiança no montante de R\$ 150.770 (R\$ 56.520 em 2024), com lastros nessas aplicações financeiras, cujo vencimento é de até 12 meses da data dessa demonstração financeira.

## 5. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber de clientes	583.971	575.430
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(9.405)	(9.038)
	<u>574.566</u>	<u>566.392</u>

Contas a receber de clientes são relativos aos produtos de alimentação e refeição com vencimento no máximo de 90 dias. O vencimento do contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era:

	2025	2024
A vencer	570.640	564.460
Vencidas		
De 30 a 90 dias	7.039	5.158
De 91 a 180 dias	959	509
De 181 a 360 dias	5.333	5.303
Saldo no fim do exercício	<u>583.971</u>	<u>575.430</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao percentual contábil das contas a receber de clientes, estão demonstrados, conforme quadro abaixo.

	Taxas	2025	2024
Risco Zero	0,50%	(395)	(656)
Risco baixo	3% a 20%	(1.061)	(263)
Risco razoável	50%	(220)	(105)
Risco considerável	70% a 100%	(7.729)	(8.014)
Saldo no fim do exercício		<u>(9.405)</u>	<u>(9.038)</u>

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(9.038)	(17.195)
(+) Adições/ Reversões	(291)	8.157
(-) Incorporação (nota 2.f)	(76)	-
Saldo no fim do exercício	<u>(9.405)</u>	<u>(9.038)</u>

	2025	2024
A vencer		
Até 90 dias	(1.699)	(3.041)
Vencidas		
De 30 a 90 dias	(1.506)	(863)
De 91 a 180 dias	(959)	(509)
De 181 a 360 dias	(5.241)	(4.625)
Saldo no fim do exercício	<u>(9.405)</u>	<u>(9.038)</u>

## 6. Impostos a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	21.352	14.252
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	89.412	95.518
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	21.920	18.871
Outros	429	185
	<u>133.113</u>	<u>128.826</u>

**7. Contas a receber com partes relacionadas** – A Companhia possui contrato de mútuo a receber com a sua investida VExpenses S.A. (Controlada) no qual são previstas liberações à taxa média de 120% do Certificado de Depósito Interbancário, que possuem prazo indeterminado. No decorrer do exercício de 2025 houve liberações, sendo que em 31 de dezembro de 2025, o saldo do mútuo é de R\$ 6.753. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía mútuo a receber no montante de R\$ 50.598 junto à sua investida VR Mobilidade e Tecnologia S.A., com liberações remuneradas à taxa média de 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e prazo de vencimento de 36 meses, contados a partir da data de cada liberação. Em 1º de novembro de 2025, a referida investida foi incorporada pela Companhia, ocasião em que o saldo do mútuo foi integralmente liquidado por meio de encontro de contas, não havendo movimentação de caixa associada à liquidação. Em razão desse evento, não há saldo de mútuo a receber em 31 de dezembro de 2025.

## 8. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	2025	2024
Investimento em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC	47.723	-
	<u>47.723</u>	-

A Companhia detém cotas da classe única do V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada ("FIDC"), classificado como condomínio fechado e regulado pela Resolução CVM nº 175, administrado por BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. **Controle:** Embora a Companhia seja detentora das cotas emitidas pelo referido FIDC, a Administração avaliou os critérios de controle previstos no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, concluindo que não detém controle sobre o Fundo, uma vez que: • o investimento foi estruturado conjuntamente com o outro cotista e seus prestadores de serviços (administrador fiduciário e gestor), com governança compartilhada via Comitê de Acompanhamento, incluindo discussões sobre política de crédito, política de cobrança, composição e desempenho da carteira, bem como diretrizes de voto em assembleias, conforme Acordo de Cotistas firmado entre as partes, e a Companhia não possui poder para dirigir, de forma unilateral, as atividades relevantes que afetam significativamente os retornos do FIDC; e • a exposição da Companhia aos resultados do Fundo decorre exclusivamente de sua condição de cotista: As cotas do FIDC são classificadas como ativo financeiro, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, uma vez que representam direitos contratuais da Companhia a fluxos de caixa futuros. Considerando o modelo de negócios adotado pela Companhia para gestão desse investimento, bem como as características dos fluxos de caixa associados às cotas do FIDC – os quais não atendem ao critério de recebimento exclusivo de principal e juros –, o referido investimento foi classificado como ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR). Mensuração do valor justo: o valor justo é apurado com base no valor patrimonial da cota divulgado pelo administrador fiduciário/gestor do FIDC, conforme as obrigações de divulgação previstas na RCVM 175 (demonstrações e informes periódicos de fundos).

**9. Investimento** – Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% da empresa Pontomais Tecnologia S.A. pelo valor de R\$ 27.017, a investida tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online e gestão de jornada sem burocracia, a aquisição gerou um ágio de R\$ 21.320. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020. Em 23 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50% da empresa Mazi Holding Ltda, a controlada em conjunto tem por objeto social a participação em outras sociedades. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Global Serviços de Marketing S.A., a controlada em conjunto possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes, a aquisição gerou um ágio de R\$ 9.212. Em 1º de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A., a controlada em conjunto tem como principal atividade a prestação de serviço de gestão de benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, a aquisição gerou um ágio de R\$ 17.426. Em 27 de março de 2023, foi realizada a aquisição de 44% da empresa Pontomais Tecnologia S.A. no valor de R\$ 88.780, a aquisição gerou um ágio de R\$ 88.010. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2023 e 27 de março de 2023. Após essa aquisição a Companhia passou a deter 95% de participação da investida. Em 23 de junho de 2023, foi realizado aumento de capital no valor R\$ 5.000, na empresa Pontomais Tecnologia S.A., conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de julho de 2023. Em 9 de novembro de 2023, foi realizada a aquisição de 24,90% no valor de R\$ 7.000, da empresa Global Serviços de Marketing S.A., totalizando 100% das ações da empresa, essa aquisição gerou um ágio de R\$ 7.690. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de novembro de 2023. Em 10 de outubro de 2023,

	% Participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Valor contábil do investimento	Resultado de participação					
	2025	2024	2025	2024	2025	2024				
PontoMais tecnologia S.A.	-	100	-	7.385	4.382	5.442	-	7.385	4.372	5.181
Global serviços de marketing S.A	100	100	(4.104)	(7.906)	(10.228)	(6.019)	-	(7.906)	(10.228)	(6.007)
VR Mobilidade e Tecnologia S.A	-	100	-	2.517	(3.697)	(5.244)	-	2.517	(3.697)	(2.121)
VExpenses S.A	60	60	(2.618)	2.405	(5.023)	(1.599)	-	1.443	(3.014)	(960)
Mazi Holding Ltda.	50	50	409.613	417.055	(19.266)	(6.292)	204.807	208.528	(9.633)	(3.146)
			<u>402.891</u>	<u>421.456</u>	<u>(33.832)</u>	<u>(13.712)</u>	<u>204.807</u>	<u>211.967</u>	<u>(22.200)</u>	<u>(7.053)</u>

## Movimentação do investimento

	Saldo em 31/12/2024	Aumentos do Investimento	Incorporação	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2025
PontoMais tecnologia S.A (1)	7.385	10	(11.767)	4.372	-
Global serviços de marketing S.A	(7.906)	14.030	-	(10.228)	(4.104)
VR Mobilidade e Tecnologia S.A (1)	2.517	-	1.180	(3.697)	-
VExpenses S.A	1.443	-	-	(3.014)	(1.571)
Mazi Holding Ltda.	212.813	11.824	-	(9.633)	215.004
	<u>216.252</u>	<u>25.864</u>	<u>(10.587)</u>	<u>(22.200)</u>	<u>209.720</u>
<b>Investimento em controladas e controladas em conjunto</b>	<b>216.252</b>	<b>25.864</b>	<b>(10.587)</b>	<b>(22.200)</b>	<b>209.720</b>
Ágio (2)	213.885	-	(147.650)	-	66.235
Outros Investimentos	484	505	-	-	989
<b>Total de investimentos</b>	<b>430.621</b>	<b>26.369</b>	<b>(158.237)</b>	<b>(22.200)</b>	<b>276.553</b>
<b>Investimentos</b>					<b>430.621</b>
<b>Passivo a descoberto</b>					<b>(6.000)</b>

(1) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu o processo de incorporação de suas controladas PontoMais Tecnologia S.A. e VR Mobilidade e Tecnologia S.A. (2) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou a transferência do valor de ágio das empresas incorporadas para a rubrica de Ativos Intangíveis no ativo não circulante. Para fins de equivalência patrimonial da controlada em conjunto, foi adotado o balanço de 31 de dezembro de 2025, conforme demonstramos a seguir: Mazi Holding Ltda.

foi realizada a aquisição de 60% da empresa VExpenses S.A. no valor de R\$ 52.539, a atividade da investida consiste no serviço de desenvolvimento de software; cessão de direito de uso de sistema de computação, eventos, treinamentos, palestras, conferências e atividades de apoio a empresas; prestação de serviços administrativos para terceiros, serviços especializados em tratamento de dados, prestação de serviços de consultoria empresarial e prestação de serviços de assessoria econômica e financeira Essa aquisição gerou um ágio de R\$ 49.831. A transação foi deliberada pelos sócios em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2023. Em 28 de março e 30 de abril de 2024 foi realizada aquisição de 5% das ações, da empresa Pontomais Tecnologia S.A. pelo valor de R\$ 6.112, totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R\$ 5.992, conforme contrato de compra e venda. Em 11 de novembro de 2024 foi realizada aquisição de 49,90% das ações da empresa VR Mobilidade e Tecnologia S.A., pelo valor de R\$ 25.552, totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R\$ 28.046, conforme contrato de compra e venda. **Contraprestação contingente:** A Companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores da VExpenses S.A um valor adicional de R\$ 29.061 dentro de um prazo de 1 ano após a data da transação, caso a receita bruta seja superior a R\$13.500. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo da contraprestação contingente foi mensurada no valor de R\$ 24.198. Em 31 de dezembro de 2024, decorrido o prazo inicial de 1 ano após a aquisição, houve a apuração do valor final dessa contraprestação em R\$ 20.855. Esse montante que deverá ser liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira parcela foi paga em 14 de novembro de 2024 no valor de R\$ 10.427, e a segunda parcela foi paga em 28 de novembro de 2025 no valor de R\$ 11.904 corrigida pela variação mensal de 100% do CDI. **Incorporação de controladas:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi concluído o processo de incorporação das controladas PontoMais Tecnologia S.A. e VR Mobilidade e Tecnologia S.A. pela Companhia, conforme atos societários aprovados. As incorporações foram aprovadas pelas assembleias realizadas em 1º de maio de 2025 para PontoMais Tecnologia S.A. e 1º de novembro de 2025 para VR Mobilidade e Tecnologia S.A com base nos respectivos laudos de avaliação patrimonial elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida operação caracteriza-se como reorganização societária entre entidades sob controle comum, uma vez que, antes e após a operação, ambas as sociedades encontravam-se sob o controle final do mesmo acionista/controlador, não havendo, portanto, alteração no controle do grupo econômico. Considerando a natureza da operação, a incorporação não se enquadra no conceito de combinação de negócios, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, o qual exclui de seu escopo as transações realizadas entre entidades sob controle comum. Dessa forma, a incorporação foi contabilizada com base nos princípios estabelecidos nos Pronunciamentos Técnicos CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Controlada e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, adotando-se o critério da continuidade dos valores contábeis. Os ativos e passivos da sociedade incorporada foram reconhecidos pela Companhia pelos valores contábeis históricos registrados nas demonstrações financeiras da incorporada, vigentes na data da incorporação, não tendo sido efetuados ajustes a valor justo. **Efeitos da incorporação:** Em decorrência da operação: • o investimento anteriormente registrado pela Companhia na controlada incorporada foi baixado; • os ativos e passivos da sociedade incorporada passaram a ser reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia; • não houve reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), tampouco de ganho por compra vantajosa; • o ágio alocado no investimento referente a aquisição das controladas incorporadas foi transferido para a conta de intangível e a operação não gerou impactos no resultado do exercício, por se tratar de transação sem substância econômica nova para o grupo. **Informações comparativas:** As demonstrações financeiras comparativas não foram reapresentadas, uma vez que, considerando que a incorporação não alterou o controle final nem a substância econômica das operações do grupo. **PontoMais Tecnologia S.A.**

Ativo	Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante	17.991
Ativo não circulante	7.128
Investimentos	39
Imobilizado	648
Intangível	6.441
Total do ativo	<u>25.119</u>
Passivo circulante	12.822
Passivo não circulante	530
Patrimônio líquido	11.767
Total do passivo e PL	<u>25.119</u>

## VR Mobilidade e Tecnologia S.A.

Ativo	Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante	66.366
Ativo não circulante	3.732
Valores a receber	145
Imobilizado	563
Intangível	3.024
Total do ativo	<u>70.098</u>
Passivo circulante	14.813
Passivo não circulante	56.465
Patrimônio líquido	(1.180)
Total do passivo e PL	<u>70.098</u>

Os investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim apresentados:

	2025	2024
Investimentos em controladas e controlada em conjunto	204.807	211.967
Capital a integralizar em controlada (1)	10.197	4.285
Contraprestação contingente (2)	-	20.855
Ágio sobre investimento (3)	66.235	193.030
Outros Investimentos (4)	989	484
	<u>282.228</u>	<u>430.621</u>

(1) O capital a integralizar em controlada é analisado anualmente pela Companhia tomando como base a necessidade de caixa das investidas. (2) Na aquisição das ações da investida, a Companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores da VExpenses S.A. um valor adicional de R\$ 24.198 dentro de um prazo de 1 ano após a data da transação. Em 31 de dezembro de 2024, após o prazo inicial de 1 ano, o valor final dessa contraprestação foi apurado em R\$ 20.855. Com isso, foi baixado do ativo e do passivo o valor de R\$ 3.467 devido à reavaliação da parcela contingente, conforme previsão contratual. Ao longo do exercício de 2025 essa obrigação foi integralmente liquidada. (3) Em decorrência da incorporação das investidas Ponto Mais e VR Mobilidade ao longo do exercício de 2025, a Companhia procedeu à reclassificação do valor do ágio reconhecido na aquisição dessas investidas, transferindo-o para a rubrica de ativos intangíveis, apresentada no ativo não circulante. (4) A Companhia possui participação em COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO VALE DO PIQUIRI ABCD – Siciardi Vale do Piquiri Abcd PR/SP, com investimento inicial de R\$ 100,00 (cem reais), podendo ser resgatada após 20 (vinte) anos até 70% (setenta por cento) de seu capital social. Passado esse período e a cada 5 (cinco) anos, poderá o associado resgatar até 50% (cinquenta por cento) do valor do capital social, mantendo a sua condição de associado, com o mínimo de quotas-partes estabelecido, no valor de R\$ 989 (R\$ 484 em 2024). As participações em controladas e controladas em conjunto, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços nas datas base de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Saldo em 31/12/2024	Aumentos do Investimento	Incorporação	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2025
PontoMais tecnologia S.A (1)	7.385	10	(11.767)	4.372	-
Global serviços de marketing S.A	(7.906)	14.030	-	(10.228)	(4.104)
VR Mobilidade e Tecnologia S.A (1)	2.517	-	1.180	(3.697)	-
VExpenses S.A	1.443	-	-	(3.0	



## VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

timento comparado com o valor patrimonial, ou seja, contábil, o qual é fundamentado com a expectativa de geração de rentabilidade futura decorrente do potencial de cada investida. Segue abaixo abertura do ágio por empresa:

	2025	2024
PontoMais Tecnologia S.A.	—	108.622
Global Serviços de Marketing S.A.	10.958	10.958
VR Mobilidade e Tecnologia S.A.	—	39.028
Vexpenses S.A.	55.277	55.277
	<b>66.235</b>	<b>213.885</b>

### 10. Imobilizado

		2025		2024			
		Taxas anuais de depreciação	Depreciação acumulada	Custo Líquido	Custo Líquido	Depreciação acumulada	Custo Líquido
Equipamentos de informática	20%	39.805	(35.786)	4.019	36.441	(32.766)	3.675
Máquinas e aparelhos	10%	1.215	(915)	300	1.117	(793)	324
Móveis e utensílios	10%	2.299	(1.057)	1.242	1.848	(719)	1.129
Ativo direito de Uso	20%	10.741	(4.936)	5.805	12.007	(2.923)	9.084
Beneficentários Imóveis							
Terceiros	20%	3.449	(720)	2.729	—	—	—
Outros	10%	754	(530)	224	620	(405)	215
		<b>58.263</b>	<b>(43.944)</b>	<b>14.319</b>	<b>52.033</b>	<b>(37.606)</b>	<b>14.427</b>

### Movimentação do Imobilizado

	2025	2024
Saldo no início do exercício	14.427	16.590
(+) Adições – Incorporação (nota 9)	1.212	—
(+) Adições	3.600	896
(-) Baixas	(105)	(53)
(-) Transferência	—	1.373
(-) Depreciação	(4.815)	(4.379)
Saldo no fim do exercício	<b>14.319</b>	<b>14.427</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui um seguro patrimonial corporativo com a Sompo Seguros S.A. no valor de R\$ 60.000 (R\$ 70.513 em 2024 com a Axa Seguros S.A.).

### 11. Intangível

	2025	2024
Gastos de implantação de sistemas	177.941	97.510
Outras imobilizações em curso	5.017	50.212
Ágio Rentabilidade Futura	142.200	—
Mais Valia	36.832	31.392
Amortização acumulada	(94.710)	(53.091)
	<b>267.280</b>	<b>126.023</b>

Em 2025 foram realizadas baixas de itens totalmente amortizados no valor de R\$ 7.368 (R\$ 19.790 em 2024). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e concluiu que não há perda para redução ao valor recuperável de seus ativos. **Movimentação do Intangível**

	2025	2024
Saldo no início do exercício	126.023	102.020
(+) Adições – Incorporação (nota 9)	9.465	—
(+) Adições	28.461	35.693
(+) Transferência – Ágio de Mais Valia/Rentabilidade Futura	147.650	15.286
(-) Transferência	—	(1.373)
(-) Amortização	(44.319)	(25.603)
Saldo no fim do exercício	<b>267.280</b>	<b>126.023</b>

### Movimentação do Ágio

	Saldos em 31/12/2024	Incorporação	Transf. rência	Saldos em 31/12/2025
PontoMais tecnologia S.A.	—	108.622	(10)	108.612
VR Mobilidade e Tecnologia S.A. (*)	—	39.028	(5.440)	33.588
<b>Ágio – Incorporação</b>	<b>—</b>	<b>147.650</b>	<b>(5.450)</b>	<b>142.200</b>

(\*) Em 2025, em decorrência da conclusão do laudo de alocação do preço de aquisição (PPA), elaborado nos termos do CPC 15 – Combinação de Negócios, a Administração procedeu à alocação de parte do saldo do ágio decorrente da incorporação para a rubrica de Mais-Valia, no montante de R\$ 5.440.

	Saldos em 31/12/2024	Transf. rência	Saldos em 31/12/2025
Mais Valia	15.286	—	5.286
Vexpenses S.A.	6.444	5.440	11.884
Global Serviços de Marketing S.A.	2.844	—	2.844
PontoMais Tecnologia S.A.	6.818	—	6.818
	<b>31.392</b>	<b>5.440</b>	<b>36.832</b>

O ágio está sujeito anualmente ao teste de redução ao valor recuperável em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

**12. Provisão para contingências** – A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas. **a. Provisão para riscos e obrigações legais por natureza:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	2025			2024		
	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial
<b>Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</b>						
<b>Fiscais</b>						
Remota	1	730	730	1	730	730
<b>Trabalhistas</b>						
Possível	—	—	—	12	871	—
Provável	9	467	184	2	261	66
<b>Cíveis</b>						
Provável	57	396	—	33	300	—
Ativo não circulante	—	—	914	—	—	796
Passivo não circulante	—	1.593	—	—	2.162	—
		<b>2025</b>	<b>2024</b>		<b>2025</b>	<b>2024</b>
Provisão para riscos fiscais		730	730		730	730
Provisão para riscos trabalhistas		467	1.132		467	1.132
Provisão para riscos cíveis		396	300		396	300
Total		<b>1.593</b>	<b>2.162</b>		<b>1.593</b>	<b>2.162</b>

### b. Movimentação das provisões para riscos e obrigações legais

	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total
	Saldo em 1 de janeiro de 2024	Constituição	Saldo em 1 de janeiro de 2024	Constituição	Saldo em 1 de janeiro de 2024	Constituição	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2024	730	—	1.889	131	2.750	—	2.750
Constituição	—	809	254	1.063	—	—	1.063
Baixas	—	(1.566)	(85)	(1.651)	—	—	(1.651)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>730</b>	<b>1.132</b>	<b>300</b>	<b>2.162</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.162</b>
Incorporação (nota 9)	—	—	548	2	550	—	550
Constituição	—	—	499	298	797	—	797
Baixas	—	—	(1.712)	(204)	(1.916)	—	(1.916)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>730</b>	<b>467</b>	<b>396</b>	<b>1.593</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.593</b>

**c. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Companhia avalia periodicamente suas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os processos são analisados individualmente pela área jurídica interna, com suporte de assessores legais externos, considerando a natureza da demanda, histórico de decisões, estágio processual e demais elementos relevantes. As provisões são reconhecidas para processos classificados como de perda provável, com base na melhor estimativa de desembolso esperado. Os processos classificados como perda possível não são provisionados, mas são divulgados em notas explicativas. Processos classificados como perda remota não são divulgados. **d. Contingências trabalhistas e cíveis – Perdas possíveis:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava como parte em: 13 processos trabalhistas classificados como risco de perda possível, totalizando R\$ 1.381; 58 processos cíveis classificados como risco de perda possível, totalizando R\$ 1.987. Conforme prevê o CPC 25, não foram constituídas provisões para esses processos, uma vez que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda não atende ao critério de probabilidade para reconhecimento contábil, permanecendo, portanto, apenas como revelação em nota explicativa. **e. Contingências fiscais:** Em 31 de dezembro de 2025 e

2024, a Companhia não apresentava contingências fiscais classificadas como de perda provável ou possível, de acordo com a avaliação da assessoria jurídica. Assim, não há provisões registradas, tampouco montantes a divulgar em relação a demandas fiscais.

### 13. Imposto de renda e contribuição social

(a) Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	205.625	164.832
Exclusões (adições):	53.835	111.036
Despesas indedutíveis	11.910	7.565
Provisões diversas	41.925	103.471
Lucro ajustado	<b>259.461</b>	<b>275.869</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	(21.478)	(30.081)
Reversão de imposto de renda e contribuição social s/incentivos fiscais (d)	7.825	4.938
Imposto de renda e contribuição social corrente	(59.564)	(63.429)
(b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Saldo em 31/12/2024	735	33
Constituição (Realização) 31/12/2025	33	(226)
Provisão para contingências	735	33
Provisão para perda esperada	3.073	125
Provisão para programa de fidelidade	34.166	6.268
Prejuízo fiscal e base negativa	65.225	(23.062)
Total	<b>103.199</b>	<b>6.426</b>

De acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 32 foi efetuado registro contábil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social das diferenças temporárias representadas pelas despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social oriundos de prejuízo fiscal e base negativa, considerando a expectativa de geração futura de resultados tributáveis e a consequente utilização desses créditos tributários baseado em estudo de realização preparado pela Administração. (c) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias do imposto de renda e contribuição social:

Ano	2025	2024
2025	—	26.343
2026	14.008	25.540
2027	3.956	24.734
2028	7.838	3.797
2029	14.023	3.797
2030 a 2035	41.896	18.988
Total	<b>81.721</b>	<b>103.199</b>

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa considerando a taxa média de captação, é de R\$ 43.532 (R\$ 75.924 em 2024). (d) A Companhia aderiu a Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como a Lei do Bem, que tem por finalidade a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

**14. Créditos em circulação** – Nessa rubrica estão registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, cujo pagamento será realizado conforme prazo contratual, com prazo máximo de 28 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é no montante de R\$ 2.634.328 (R\$ 2.284.328 em 2024). A rubrica de crédito em circulação possui valores a pagar junto ao Banco VR S/A referente a realizações de antecipações de recebíveis aos ECs (Estabelecimentos comerciais) no montante de R\$ 335.011 (R\$ 247.440 em 2024), atualizado a taxa de 125% do CDI, a partir da venda dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais ao Banco.

### 15. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores	20.675	22.930
Fornecedores de Vale Transporte	3.382	—
Total	<b>24.057</b>	<b>22.930</b>

**16. Passivos de Arrendamento** – Em 31 de dezembro de 2025, o passivo de arrendamento totaliza R\$ 6.569, associado principalmente a contrato de locação com vencimento final em agosto de 2028, para o qual restam 32 parcelas mensais. O ativo de direito de uso correspondente apresenta saldo de R\$ 5.805. A Companhia avaliou o impacto da exclusão dos tributos da parcela contratual e identificou que o efeito estimado seria material nos saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento. Com base no conceito de materialidade estabelecido no CPC 26 e no custo-benefício da informação do CPC 23, a Companhia concluiu que a diferença não altera decisões econômicas dos usuários das demonstrações financeiras. O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	Valor presente	do passivo
2025	20.675	22.930
2024	3.382	—
Total	<b>24.057</b>	<b>22.930</b>

**17. Obrigações fiscais**

Contratos	Taxa média de desconto % a.a.	Parcela	Vencimento	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025
Locação	12,50%	60	31/08/2028	6.569	8.295

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento:

Desembolsos futuros	2025	2024
Até 1 ano	2.885	—
1-4 anos	4.808	—
Total	<b>7.693</b>	<b>—</b>

**Movimentação do passivo de arrendamento no exercício**

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.002	—
Principal pago no exercício	(1.690)	(1.110)
Juros pagos no exercício	(1.110)	(1.093)
Juros provisionados no exercício	8.295	8.295
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>5.497</b>	<b>5.497</b>
Principal pago no exercício	(1.940)	(887)
Juros pagos no exercício	(887)	1.101
Juros provisionados no exercício	1.101	5.442
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>6.569</b>	<b>6.569</b>

**17. Obrigações fiscais**

	2025	2024
Provisão para PIS e COFINS	2.954	6.555
Provisão para ISS	2.756	1.865
Provisão para imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	43.218	46.049
Provisão contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	16.346	17.380
Outros	3.124	2.485
	<b>68.398</b>	<b>74.334</b>

**18. Obrigações trabalhistas**

	2025	2024
Participações nos lucros (1)	33.078	25.562
Programa de incentivo a longo prazo (2)	89.604	87.557
Provisão de férias	21.505	17.503
Encargos sociais e outras	9.366	7.386
Total	153.553	138.008
Circulante	105.932	78.218
Não circulante	<b>47.621</b>	<b>59.790</b>

(1) A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício, e avaliados no fim do exercício. 2. Em janeiro 2020 a Companhia estabeleceu o programa de pagamento baseado em ações que permitia ao pessoal-chave da administração a aquisição de ações. Em 1º de janeiro de 2023, uma nova outorga em termos semelhantes foi oferecida ao pessoal-chave da administração e aos funcionários seniores, com período de vesting em 5 anos. O plano foi criado com os seguintes objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão empreendedora do negócio. Este plano de incentivo não causará, em nenhuma hipótese, o direito do participante tornar-se sócio quotista da Companhia, já que eventual incentivo será pago nos termos das regras do plano de incentivo, maiores detalhes estão descritas na nota 3.1.

### 19. Outras obrigações

	2025	2024
Provisão com programa de fidelidade (1)	105.349	100.490
Notas de créditos a pagar	9.838	5.475
Provisão para reabertura (2)	10.190	—
Outros	3.747	38
Total	<b>129.124</b>	<b>106.003</b>

(1) VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltado para as empresas parceiras. (2)

Provisão de Reabertura s/domicílio bancário, a Companhia mantém provisão específica para cobrir eventuais reaberturas de valores baixados de créditos em circulação pendentes de pagamento, sem utilização com mais de 180 dias, baixados para receita. Prática atual de cálculo da provisão: • A base utilizada contempla o volume total de baixas e o percentual histórico de solicitações de reabertura; • O cálculo é revisto periodicamente para refletir o comportamento real dos estabelecimentos.

**20. Patrimônio Líquido – Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 154.405 (R\$ 154.405 em 2024), dividido em 154.404.309 ações (154.404.309 em 2024), de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real). **Reserva Legal e Dividendos:** O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30



# VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

ao prejuízo financeiro. A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pela análise das características individuais de cada cliente, quanto à sua condição financeira, a proposta de limite de crédito e termos de pagamento. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa nº 5 (iii) **Risco de mercado e liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de mercado e liquidez é da Administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longos prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Para a Companhia participar de concorrência pública é necessário o cumprimento de índices financeiros iguais ou superiores a 1.0 de capital circulante líquido. O risco de mercado é gerenciado através de aplicações em papéis pós-fixados de instituições financeiras de baixo risco de crédito, o risco é que o valor justo dos instrumentos financeiros oscile em função de mudanças nas condições de mercado, incluindo taxas de juros, índices de preços e condições macroeconômicas gerais.

**30. Instrumentos financeiros** – A Companhia possui instrumentos financeiros, segue abaixo os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

**Instrumento Financeiro**

Ativos Mensurados	Classificação	2025	2024	Nível
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	2.457.502	1.963.048	
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	574.565	566.392	
Contas a receber com partes relacionadas	Custo Amortizado	6.753	50.598	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Valor Justo	47.723	-	
<b>Total dos Ativos Financeiros</b>		<b>3.086.543</b>	<b>2.580.038</b>	
Créditos em circulação	Custo Amortizado	(2.634.820)	(2.284.328)	
Valores a Pagar para Sociedades Ligadas	Custo Amortizado	(1.000)	(13.095)	
<b>Passivos Financeiros</b>		<b>(2.635.820)</b>	<b>(2.297.423)</b>	
<b>Total Instrumentos Financeiros Líquidos</b>		<b>450.723</b>	<b>282.615</b>	

**(i) Mensuração do valor justo:** De acordo com o CPC 46 Mensuração do Valor Justo, a hierarquia dos níveis de classificação do valor justo é, resumidamente, a seguinte: Informações de Nível 1. São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. O preço cotado em mercado ativo, oferece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizado sem ajuste para mensurar o valor justo sempre que disponível. Informações de Nível 2. São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Se o ativo ou o passivo tiver prazo determinado (contratual), a informação de Nível 2 deve ser

observável substancialmente pelo prazo integral do ativo ou passivo. Informações de Nível 3. (inputs) são dados não observáveis para o ativo ou passivo. A Companhia deve desenvolver dados não observáveis utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade. A Companhia utiliza as informações de mercado fornecidas pelas instituições financeiras, nas quais possui os instrumentos financeiros para mensurar suas aplicações financeiras. **(ii) Análise de sensibilidade:** As flutuações das taxas de juros, como, a taxa DI podem afetar de forma positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos das contas.

Conta	31/12/2025	DI	Sem Indexador
Caixa e equivalentes de caixa	2.457.502	2.457.502	-
Contas a receber de clientes	574.565	-	574.565
Contas a receber com partes relacionadas	6.753	6.753	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	47.723	-	47.723
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>3.086.543</b>	<b>2.464.255</b>	<b>622.288</b>
Créditos em circulação	(2.634.820)	-	(2.634.820)
Valores a Pagar para Sociedades Ligadas	(1.000)	(1.000)	-
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>(2.635.820)</b>	<b>(1.000)</b>	<b>(2.634.820)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>450.723</b>	<b>2.463.255</b>	<b>(2.012.532)</b>

Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade que apresenta os seguintes cenários, provável, com queda de 50% aumento de 25% e 50% da variável de risco considerada. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme a seguir:

	Cenário provável	Cenário	Risco de 25%		Risco de 50%	
			Redução	Aumento	Redução	Aumento
			14,51%	10,88%	7,25%	21,77%
			14,51%	18,14%	-	-
<b>Saldo líquido</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Redução de 25%</b>	<b>Redução de 50%</b>	<b>Aumento de 25%</b>	<b>Aumento de 50%</b>
<b>Ativos</b>						
DI	Redução do índice	2.464.255	357.563	268.111	178.658	178.658
<b>Total</b>			<b>357.563</b>	<b>268.111</b>	<b>178.658</b>	<b>178.658</b>
			<b>Saldo líquido</b>	<b>Cenário</b>	<b>Aumento</b>	<b>Aumento</b>
<b>Passivos</b>			<b>31/12/2025</b>	<b>provável</b>	<b>de 25%</b>	<b>de 50%</b>
DI	Aumento do índice	(1.000)	(145)	(181)	(218)	(218)
<b>Total</b>			<b>2.463.255</b>	<b>357.418</b>	<b>267.930</b>	<b>178.440</b>

O cenário provável é considerado pela Administração como o que melhor reflete suas expectativas, sendo este calculado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações, tendo em conta até 12 meses de vencimento. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía posição com instrumentos financeiros derivativos.

**31. Transações entre partes relacionadas** – Os valores abaixo se referem às transações com partes relacionadas do Grupo VR ocorridas no exercício. As taxas nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações, conforme observação de transações equivalentes com partes independentes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as operações realizadas com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

sações com partes relacionadas do Grupo VR ocorridas no exercício. As taxas nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações, conforme observação de transações equivalentes com partes independentes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as operações realizadas com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

	2025		2024	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Banco VR S.A.</b>				
Disponibilidades em conta corrente	384	-	359	-
Aplicações financeiras	575.107	68.526	543.083	46.171
Fornecedores	(335.011)	(29.877)	(247.440)	(1.572)
Valores a pagar	-	-	-	(21.922)
Outras contas a receber	2.306	-	-	-
<b>VR Assessoria de Investimentos Ltda.</b>				
Fornecedores	(23.344)	(44.374)	-	(14.374)
<b>VR Prestação de Serviços Administrativos Ltda.</b>				
Fornecedores	-	(9.496)	-	(7.680)
<b>VR Aluguéis e Serviços S.A.</b>				
Fornecedores	(240)	(3.167)	(233)	-
<b>Global Serviços de Marketing S.A.</b>				
(Controlada)				
Valores a pagar a sociedades ligadas	(1.000)	(11.906)	(2.571)	(416)
<b>VR Mobilidade e Tecnologia S.A..</b>				
(Controlada)				
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	50.393	4.938
<b>PontoMais Tecnologia S.A. (Controlada)</b>				
Fornecedores	-	-	-	(69)
<b>Vexpenses S.A. (Controlada em conjunto)</b>				
Contas a receber com partes relacionadas	6.753	18	205	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	-	(10.524)	(104)
Passivo a descoberta de investida	(1.571)	-	-	-

**Remuneração da Administração:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve remuneração o pessoal-chave da administração.

**32. Eventos subsequentes** – Na data do fechamento do exercício, até a data de autorização das demonstrações financeiras não ocorreu nenhum evento que tenha impacto contábil ou financeiro.

A Diretoria  
Ademar Ripke Júnior – TC CRC 1SP 217.934/O-2

Aos Acionistas e Diretores da  
**VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.**  
São Paulo-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequação a apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas, com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, planejamos

procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações, os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo, para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP  
Camila Coelho Querodia  
Contadora – CRC 1SP 294.059/O-8



## Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101.9 | Rua dos Pinheiros, 498 - Conj. 71, 72, 131 e 132 - Pinheiros, CEP 05.422-902, São Paulo/SP | Tel + 55 11 2131 5100

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal/](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/)

**Demonstrações Financeiras Referentes Aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2025 E 2024** - (Valores Expressos Em Milhares De Reais)

Balanço Patrimonial				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo	2025	2024	Passivo e PL	2025	2024	Capital Social	Reserva de Lucros / (Prejuízos)
Circulante			Circulante			Social	Capital
Caixa e equivalente de caixa	37.560	32.028	Fornecedores	7.774	16.639	207.554	15.544
Contas a receber	10.231	18.353	Fornecedores partes relacionadas	4.349	60.783	-	-
Partes relacionadas	71	1.199	Obrigações fiscais	17.874	5.697	-	-
Estoques	36.122	45.547	Salários e encargos sociais	4.320	5.200	-	-
Impostos a recuperar	14.986	7.817	Outras contas a pagar	4.763	2.260	-	-
Outros créditos	981	1.492	Partes relacionadas	-	-	55.770	-
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>99.951</b>	<b>106.436</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>39.080</b>	<b>90.579</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)</b>	<b>15.544</b>
Não circulante			Não circulante			<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025 (não auditado)</b>	<b>15.544</b>
Depósitos e cauções	5.679	5.706	Provisão para contingências	566	181	263.324	15.544
Deposito Judicial tributário	4.015	4.051	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>566</b>	<b>181</b>	<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>2025</b>
Impostos a recuperar	26.087	-	<b>Total do passivo</b>	<b>39.646</b>	<b>90.760</b>	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	11.595
Imobilizado	9.490	12.778	Patrimônio líquido			Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais	2024
Intangível	0	0	Capital social	263.324	207.554	Depreciação e amortização	216
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>45.271</b>	<b>22.535</b>	Reserva de capital	15.544	15.544	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.558
<b>Total do ativo</b>	<b>145.222</b>	<b>128.971</b>	(-) Prejuízos Acumulados	(173.292)	(184.887)	Provisão para perda de estoques	(409)
<b>Notas Explicativas</b>			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>105.576</b>	<b>38.211</b>	Provisão para contingências	4.994
<b>1. Caixa e equivalente de caixa -</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>145.222</b>	<b>128.971</b>	Custo de baixa de ativo	(22.841)
Caixa e bancos	732	222	<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>			Provisão para contingências	385
Aplicações financeiras (i)	36.828	31.806	Receita líquida de vendas e serviços	147.332	172.317	Variação cambial	79
	37.560	32.028	Custo das vendas e serviços	(74.923)	(116.706)	<b>Variação nos ativos e passivos</b>	
			<b>Lucro bruto</b>	<b>72.409</b>	<b>55.611</b>	(Aumento) redução em contas a receber	8.532
			Despesas com vendas	(24.407)	(19.651)	(Aumento) redução em estoques	(4.308)
			Despesas administrativas	(28.280)	(25.713)	(Aumento) redução em impostos a recuperar	(33.257)
			Outras despesas e receitas	(1.563)	(1.263)	(Aumento) redução em despesas antecipadas	(215)
			<b>Resultado operacional</b>	<b>18.159</b>	<b>8.984</b>	(Aumento) redução em partes relacionadas e outros	1.918
			Receitas financeiras	9.729	23.617	Aumento (redução) em fornecedores	(62.410)
			Despesas financeiras	(9.649)	(19.960)	Aumento (redução) em obrigações fiscais	12.176
			<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>80</b>	<b>3.657</b>	Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	(880)
			<b>Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>18.239</b>	<b>12.641</b>	Aumento (redução) em outras obrigações a pagar	(464)
			IRPJ e CSLL corrente	(6.644)	(183)	Aumento (redução) em partes relacionadas e outros	-
			<b>(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício</b>	<b>11.595</b>	<b>12.458</b>	<b>Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades operacionais</b>	<b>(49.483)</b>
			<b>Demonstração do Resultado do Abrangente</b>			<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>19.473</b>
			Resultado do exercício	11.595	12.458	Aumento de capital	55.770
			<b>Resultado abrangente total</b>	<b>11.595</b>	<b>12.458</b>	<b>Disponibilidades líquidas geradas pela atividade de financiamentos</b>	<b>55.770</b>
			<b>Diretoria</b>			<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	
			<b>Deusdedet Pereira Júnior -</b>			Venda ativo imobilizado	392
			Diretor Financeiro - CPF 022.131.307-95			Adição ao imobilizado	153
			<b>Edson Vieira Marques - Contador - CRC 1SP222260-0</b>			<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos</b>	<b>(755)</b>
						<b>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>16.584</b>
						<b>Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa</b>	
						No início do período	32.028
						No fim do período	15.444
						<b>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>5.532</b>
							32.028

## Cotação das moedas

- Coroa (Suécia) - 0,6395
- Dólar (EUA) - 5,4036
- Franco (Suíça) - 5,9198
- Iene (Japão) - 0,04942
- Libra (Inglaterra) - 7,4780
- Peso (Argentina) - 0,05776
- Peso (Chile) - 0,007614
- Peso (México) - 0,2676
- Peso (Uruguai) - 0,1234
-

## Pixtopay Soluções de Pagamentos S.A.

CNPJ nº 48.278.458/0001-33

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 01/01/2024 a 31/12/2024 - CONSOLIDADO (Valores expressos em Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL		Saldo Atual	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
<b>Ativo</b>		<b>999.901.358,44D</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Capital a Integralizar</b>	<b>Saldo de Lucros / Prejuízos</b>	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>Total</b>	
<b>Ativo circulante</b>		<b>949.854.112,41D</b>	1.100.000,00	(700.000,00)	66.212.772,42	(44.639.995,42)	<b>21.972.777,00</b>	
Caixa e equivalentes de caixa		38.477.455,91D	-	-	14.356.041,14	-	<b>14.356.041,14</b>	
Bancos conta movimento		30.566.581,36D	-	-	(55.071.666,88)	55.071.666,88	-	
Aplicações financeiras liquidez imediata		7.910.874,55D	-	-	27.910.882,92	(10.431.671,46)	<b>17.479.211,46</b>	
Outros créditos		911.376.656,50D	-	-	-	-	<b>53.808.029,60</b>	
Conta transitória		911.376.656,50D	-	-	-	-	-	
<b>Ativo não-circulante</b>		<b>50.047.246,03D</b>	<b>1.100.000,00</b>	<b>(700.000,00)</b>	<b>53.408.029,60</b>	<b>-</b>	<b>53.808.029,60</b>	
Investimentos		49.855.000,00D	-	-	-	-	-	
Controladas, não controladas e coligadas		49.855.000,00D	-	-	-	-	-	
Imobilizado		192.246,03D	-	-	-	-	-	
Imobilizado		197.563,47D	-	-	-	-	-	
(-) Depreciações acumuladas		5.317,44C	-	-	-	-	-	
<b>Passivo</b>		<b>999.901.358,44C</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024</b>					
<b>Passivo circulante</b>		<b>66.923.251,41C</b>	<b>Descrição</b>	<b>Saldo</b>	<b>Total</b>	<b>Descrição</b>	<b>Saldo</b>	<b>Total</b>
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		98.499,54C	<b>Receita bruta</b>			<b>Serviços de consultoria operacional</b>	(2.986.088,26)	
Obrigações com o pessoal		26.348,71C	Receita de prestação de serviços	46.764.346,11	46.764.346,11	Despesas gerais	(10.910.636,96)	
Obrigações sociais		16.091,02C	<b>Deduções da receita bruta</b>			Despesas indedutíveis	(1.734,00)	(17.034.713,91)
Provisões trabalhistas		56.059,81C	(-) Impostos incorridos	(3.029.983,77)	(3.029.983,77)	<b>Despesas financeiras</b>		
Obrigações tributárias		4.098,74C	<b>Receita líquida</b>			Despesas financeiras	(114.459,40)	(114.459,40)
Impostos e contribuições a recolher		4.098,74C	<b>Custos</b>			<b>Despesas tributárias</b>		
Fornecedores		316.765,98C	Custo com pessoal	(477.523,08)	(477.523,08)	Despesas tributárias	(241.486,71)	(241.486,71)
Fornecedores nacionais		316.765,98C	<b>Lucro bruto</b>			<b>Receitas financeiras</b>		
Empréstimos e financiamentos		65.650.706,69C	Despesas operacionais	(17.149.173,31)	(17.149.173,31)	Receitas financeiras	12.663,37	12.663,37
Mutuo		65.650.706,69C	<b>Despesas administrativas</b>			<b>Resultado operacional</b>		25.878.842,61
Obrigações parceladas		853.180,46C	Despesa com pessoal	(76.612,75)	(76.612,75)	<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		25.878.842,61
Outras obrigações		853.180,46C	Despesas com ocupação e utilidades	(318.589,56)	(318.589,56)	<b>Provisões para IRPJ e CSLL</b>		
<b>Passivo exigível a longo prazo</b>		<b>879.170.077,43C</b>	Despesas com materiais	(26.519,86)	(26.519,86)	Tributos sobre o lucro	(8.399.631,15)	(8.399.631,15)
Obrigações parceladas		879.170.077,43C	Despesas com tecnologia	(2.714.532,52)	(2.714.532,52)	<b>Lucro líquido do exercício</b>		17.479.211,46
Outras obrigações		879.170.077,43C	<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/12/2024</b>			<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>53.808.029,60C</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>		17.479.211,46	<b>Atividades operacionais</b>		
Capital social		400.000,00C	<b>Resultado líquido do exercício</b>		17.479.211,46	Resultado do período		17.479.211,46
Capital social		1.100.000,00C	Lucro do exercício em curso	16.729.112,50	16.729.112,50	<b>Lucro operac. bruto antes das mudanças no capital de giro</b>		<b>17.479.211,46</b>
(-) Capital a integralizar		700.000,00C	(-) Prejuízo do exercício em curso	10.431.671,46	27.160.783,96	Caixa proveniente das operações		<b>17.479.211,46</b>
Lucros ou prejuízos acumulados		53.408.029,60C	<b>Resultado abrangente do exercício</b>		44.639.995,42	<b>Fluxo de caixa antes dos itens extraordinários</b>		<b>17.479.211,46</b>
Lucros ou prejuízos acumulados		53.408.029,60C	<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		44.639.995,42	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<b>17.479.211,46</b>
Reconhecemos a exatidão do presente balanço patrimonial encerrado em 31/12/2024 totalizando no ativo e passivo: R\$ 999.901.358,44.			Barueri, 16 de Outubro de 2025			Aumento nas disponibilidades		17.479.211,46
			<b>DIRETORIA</b>			<b>Disponibilidades - No início do período</b>		<b>23.258.618,48</b>
			Daniel Menegasso			<b>Disponibilidades - No final do período</b>		<b>38.477.455,91</b>
			Gabriel Souza Finamor - Reg./CRC-SP nº SP-330800/0-7					



datamercantil.com.br

## GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 - NIRE 35.300.350.120 - Companhia Aberta

**Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 05 de março de 2026**

**Data, Hora e Local:** Reunião realizada no dia 05/03/2026, às 09:00, realizada na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, São Paulo-SP ("Companhia" ou "GPS"). **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração ("RI CA-GPS"). **Presenças:** Os membros do Conselho de Administração ("CA-GPS"), a saber, titulares: Sr. José Caetano Paula de Lacerda, Presidente do CA-GPS; Sr. Cláudio Petruz, Vice-Presidente do CA-GPS; Sra. Fernanda Didier Nascimento Pedreira; Sra. Livia Xavier de Mello; Sr. Pedro Franco Sales; Sr. Piero Paolo Picchioni Minardi e Sr. Roberto Lopes Pontes Simões, e os convidados: Sr. Luis Carlos Martinez Romero, Diretor Presidente; Sr. Marcelo Niemeyer Hampshire, Diretor Corporativo TI e M&A; Sr. Gustavo Vianna Otto, Diretor de Operações; Sr. Anderson Nunes da Silva, Controler; Sr. Guilherme Nascimento Robertella, Diretor Financeiro; Sra. Karla Maranhão, Diretora de M&A e Sra. Maria Elsa Alba Bernhoeft, Diretora de Relações com Investidores. Foi registrada também a presença, como convidados, do coordenador do Comitê de Auditoria da GPS ("COAUD-GPS"), o Sr. Carlos Roberto Ascutti e da coordenadora do Conselho Fiscal da GPS ("CF-GPS"), Sra. Helena Turolo de Araujo Penna, para apoio às discussões relativas a PD.CA-GPS-001-2026. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda. Secretário: Rodrigo Marques Franca. **5. Ordem do Dia: Item I - PD.CA-GPS-001-2026:** Análise, discussão e deliberação sobre: (i) o encaminhamento para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia: (a) das Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025 ("DFs 2025"), acompanhadas das respectivas notas explicativas, do Relatório da Administração, das atas das reuniões do COAUD-GPS e do Conselho Fiscal da Companhia, e do parecer dos auditores independentes da Companhia e (b) da Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido e a declaração de dividendos referentes ao exercício encerrado em 31.12.2025; e (ii) aprovação da convocação da (a) Assembleia Geral Ordinária ("AGO-GPS"), a realizar-se no dia 10/04/2026 às 10:00h, para apreciação e deliberação sobre: (a.i) a tomada das contas dos administradores da Companhia, bem como exame, discussão e votação das DFs 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, do parecer dos auditores independentes da Companhia e do parecer do Conselho Fiscal; (a.ii) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido e a declaração de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025 e (a.iii) a aprovação da remuneração dos administradores da GPS referente ao exercício social de 2026, e (b) Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE-GPS"), que ocorrerá na sequência da AGO, para apreciação e deliberação sobre a Proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia (em conjunto "AGOE-GPS"). **Item II - PD.CA-GPS-002-2026:** Análise, deliberação e aprovação das propostas da Diretoria da Companhia analisadas pelo Comitê de Pessoas e Organização da GPS ("CP&O-GPS"), na reunião realizada em 27/02/2026, quais sejam: (i) pagamento, no âmbito do Programa de Participação nos Lucros e Resultados da Companhia (respectivamente, "Programa" e "PLR"), da PLR relativa ao exercício social de 2025, observados: (a) o limite de provisão efetuada a este título, equivalente a, no máximo, 25% do Lucro Líquido do referido exercício social; e (b) o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 10/04/2025 ("AGO-GPS 2025"); (ii) provisionamento do valor da PLR para o exercício social de 2026; e (iii) encaminhamento ao CA-GPS para aprovação, no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia ("POCA"), do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2026 ("PROCA 2026"), abrangendo todos os Parceiros elegíveis. **Discussões e Deliberações:** Iniciada a reunião, foram analisados e discutidos os seguintes itens da Ordem do Dia: **Item I - PD.CA-GPS-001-2026:** os Conselheiros presentes decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) o encaminhamento: (a) das DFs 2025 para apreciação e deliberação pela AGO-GPS, conforme documentação de suporte disponibilizada ao CA-GPS, e (b) da Proposta da Administração, na forma do Anexo Único à presente Ata, bem como demais termos e condições da referida proposta a ser submetida à apreciação pela AGO-GPS, e (ii) aprovação da convocação da: (a) AGO-GPS, a realizar-se no dia 10/04/2026 às 10:00h, para apreciação e deliberação sobre: (a.i) a tomada das contas dos administradores da Companhia, bem como exame, discussão e votação das DFs 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, do parecer dos auditores independentes da Companhia e do parecer do Conselho Fiscal; (a.ii) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido e a declaração de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025 e (a.iii) a aprovação da remuneração dos administradores da GPS referente ao exercício social de 2026, no montante de até R\$ 96.608.499,00 e (b) AGE-GPS, que ocorrerá na sequência da AGO, para apreciação e deliberação sobre a Proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia (em conjunto "AGOE-GPS"). **Item II - PD.CA-GPS-002-2026:** os Conselheiros presentes decidiram aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, com a abstenção do Sr. Cláudio Petruz, exclusivamente em relação ao item (iii) abaixo, em cumprimento ao inciso vii, art. 17, do POCA, as propostas da Diretoria analisadas e encaminhadas pelo CP&O-GPS, conforme a Ata de Reunião de 27/02/2026, arquivada na sede da Companhia, relativamente à: (i) distribuição de PLR com base nos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2025, a serem pagos aos participantes do Programa em parcela única, até o dia 05/03/2026, respeitados o valor da provisão efetuada a este título, equivalente a 25% do Lucro Líquido do referido exercício social e o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 10/04/2025; (ii) provisionamento do valor a ser pago no âmbito do referido Programa relativamente ao exercício social de 2026, representando 25% do Lucro Líquido do referido exercício; e (iii) aprovação, no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia aprovado no POCA, do PROCA 2026 e da indicação de 43 parceiros elegíveis a ingressarem no referido PROCA 2026, observadas as seguintes condições: (a) que o preço de emissão de Ações para referido PROCA 2026 será calculado com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 12/03/2026 e 18/03/2026; (b) sobre o preço de emissão das Ações a serem subscritas pelos Parceiros incidirá um desconto de 10% com previsão de pagamento em 05/04/2026; (c) a quantidade final de ações a serem emitidas será calculada com base no item (a), mas, para estimar o preço de exercício e a quantidade total de ações, foi utilizada a média dos pregões entre 18/02/2026 e 24/02/2026, que resultou em um total de ações estimado de 2.090.217 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando 0,28% do capital social da Companhia anterior a tal emissão; (d) haverá aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor estimado de R\$ 40.487.563; (e) as Ações serão gravadas com prazo de lock-up de 3 anos contados da data de aquisição das mesmas pelos Parceiros, observadas demais condições do PROCA 2026; e (f) o preço de emissão e o número de Ações emitidas no âmbito do PROCA 2026, bem como o decorrente aumento do capital social da Companhia pelo CA-GPS dentro do limite do capital autorizado deverão ser ratificados pelo CA-GPS, em seus exatos valores, de forma a garantir a observância das condições estabelecidas no POCA, em reunião extraordinária prevista para o dia 23/03/2026. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade, a lavratura desta ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros presentes. Os Senhores Conselheiros deliberaram ainda que, ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião. **Encerramento:** Nada mais a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do CA-GPS, da qual se lavrou a presente ata. São Paulo, 05/03/2026. **Assinaturas:** Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Cláudio Petruz; Fernanda Didier Nascimento Pedreira; Livia Xavier de Mello, Pedro Franco Sales, Piero Paolo Picchioni Minardi e Roberto Lopes Pontes Simões. **José Caetano Paula de Lacerda** - Presidente; **Rodrigo Marques Franca** - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 92.498/26-7 em 13/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 - NIRE 35.300.350.120 - Companhia Aberta

**Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 24 de março de 2026**

**1. Data, Hora e Local:** No dia 24/03/2026, às 09:00 horas, na modalidade de distância e digital, considerada realizada na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, São Paulo ("Companhia" ou "GPS"). **2. Convocação:** Dispensada a convocação pela presença da totalidade dos membros do CA-GPS. **3. Presenças:** Presentes os membros do Conselho de Administração ("CA-GPS"), a saber, titulares: Sr. José Caetano Paula de Lacerda, Presidente do CA-GPS; Sr. Cláudio Petruz, Vice-Presidente do CA-GPS; Sra. Fernanda Didier Nascimento Pedreira; Sra. Livia Xavier de Mello; Sr. Pedro Franco Sales; Sr. Piero Paolo Picchioni Minardi e Sr. Roberto Lopes Pontes Simões, os quais participaram remotamente nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **4. Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Rodrigo Marques Franca. **5. Ordem do Dia: PD.CA-GPS-004-2026:** análise, deliberação e aprovação (i) da proposta de ratificação e complementação das condições do Programa de Opções de Compra de Ações de 2026 ("PROCA 2026" ou "Programa"), conforme deliberado pelo CA-GPS em Reunião Ordinária de 05/03/2026; e (ii) emissão de ações e correspondente aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, para ulterior ratificação em Assembleia Geral da Companhia. **6. Deliberações:** Os Conselheiros presentes decidiram por unanimidade, com a abstenção do Sr. Cláudio Petruz, pela aprovação do **Item 1 - PD.CA-GPS-004-2026:** (i) ratificando e complementando, nos termos do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 14/04/2022, e do PROCA 2026, que será devidamente rubricado pelo senhor Presidente e pelo senhor Secretário, e arquivado em livro próprio na sede da Companhia; e (ii) aprovação da emissão de ações e correspondente aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no âmbito do referido PROCA 2026 e com base no inciso (viii) do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, sendo: (a) a emissão de **2.340.508** ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando **0,31%** da totalidade de ações representativas do capital social da Companhia anterior a tal emissão, pelo preço de emissão calculado com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 12/03/2026 e 18/03/2026, de **R\$ 16,83** por opção, e um desconto de 10% a ser pago em **02/04/2026;** (b) o consequente aumento de capital social da Companhia, pelo CA-GPS, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no valor de **R\$ 39.390.749,64;** (c) face ao aumento de capital objeto das deliberações acima, aprovar, **ad referendum** da assembleia geral da Companhia, a reforma do caput do artigo 5º do seu Estatuto Social, para refletir o aumento do capital social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$ 3.430.648.782,36**, dividido em **752.350.487** ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal"; (d) a inaplicabilidade do direito de preferência aos demais acionistas da Companhia nos termos do parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia e do § 3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/1976; (e) nos termos do artigo 106 da Lei das Sociedades Anônimas, e do PROCA 2026 a subscrição das ações pelos Parceiros, mediante a assinatura dos subscritores nos respectivos boletins de subscrição, cabendo ressaltar que as ações emitidas participarão em igualdade de condições com as demais ações ordinárias da Companhia, relativamente a todos os benefícios e vantagens que vierem a ser declarados a partir da presente data. **7. Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade, a lavratura da presente ata na forma de sumário. Os Conselheiros deliberaram que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (iii) será considerada data de assinatura a data da presente reunião. **8. Encerramento:** Nada mais a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. São Paulo, 24/03/2026. **9. Assinaturas:** Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Cláudio Petruz; Fernanda Didier Nascimento Pedreira; Livia Xavier de Mello, Pedro Franco Sales, Piero Paolo Picchioni Minardi e Roberto Lopes Pontes Simões. **José Caetano Paula de Lacerda** - Presidente; **Rodrigo Marques Franca** - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 101.623/26-4 em 30/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## Transportes Santa Maria Ltda.

CNPJ/MF nº 59.163.162/0001-93 - NIRE 35.202.244.988

Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, as Partes: **João Calado Nunes**, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.380.253-4 SSP/SP, e do CPF/MF sob nº 282.756.598-68 ("João"); **Carlos Alberto Calado Nunes**, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.262.870 (SSP/SP), e do CPF/MF sob o nº 061.174.798-75 ("Carlos"); **Gabriel da Silva Calado Nunes**, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.593.927 (SSP/SP), e do CPF/MF sob o nº 436.038.248-06 ("Gabriel"); **Caio da Silva Calado Nunes**, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.593.928 (SSP/SP), e do CPF/MF sob o nº 443.193.858-37 ("Caio"); Unicos sócios desta sociedade ("Sociedade"); Resolvem, de comum acordo, alterar e consolidar o Contrato Social mediante as cláusulas e condições a seguir: **I. Da Cisão Parcial.** 1.1. Os Sócios, por unanimidade, aprovam a cisão parcial da Sociedade, mediante a transferência e versão de parcela de seu patrimônio para a **Bello Bus Transporte e Serviços Ltda.**, com sede na Rua Wanda Bueno Coelho, nº 405, Vila São José, São Bernardo do Campo-SP, CNPJ/MF sob o nº 12.223.778/0001-49 e NIRE 35224500898 ("Bello Bus"), de acordo com os termos e condições constantes no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Transportes Santa Maria Ltda. ("Protocolo"). 1.2. Os Sócios ratificam aprovação da nomeação e contratação da **MCS Markup Auditores Independentes S/S Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.854.307/0001-55, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o no RJ-006917/0-3 ("Empresa Especializada"), responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação da Cisão Parcial. 1.3. Ratificam a aprovação do Protocolo, que estabelece os termos e condições da proposta de Cisão Parcial da Sociedade, nos termos do Código Civil e dos Artigos 229 e 227 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alteradas e em vigor. 1.4. Ratificam a aprovação do Laudo de Avaliação Patrimonial da Sociedade elaborado pela Empresa Especializada ("**Laudo de Avaliação**"), tendo sido apurada pela Empresa Especializada uma parcela a ser vertida de R\$ 18.150.004,00, com base no balanço patrimonial datado de 28/02/2026, formada pelos ativos listados e descritos no referido Laudo de Avaliação. **II. Da Redução do Capital Social.** 2.1. Em decorrência da Cisão Parcial acima aprovada, com a versão da parcela cindida ao patrimônio da Bello Bus, o capital social da Sociedade será reduzido em R\$ 18.150.004,00, passando do montante atual de R\$ 31.649.216,00 para R\$ 13.499.212,00 dividido em 13.499.212 quotas, todas com valor nominal de R\$ 1,00 cada, mediante a extinção de 18.150.004 quotas, das quais remanesçam 2.731.855 quotas de titularidade do sócio João, 6.749.179 quotas do sócio Carlos, 2.009.089 quotas do sócio Gabriel e 2.009.089 quotas do sócio Caio. 2.2. Pelas razões acima expostas, a Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula Quarta:** O capital social da Sociedade é de R\$ 13.499.212,00, dividido em 13.499.212 quotas sociais no valor de R\$ 1,00 cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente e bens, sendo distribuído entre os sócios como segue:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)	%
João Calado Nunes	2.731.855	2.731.855,00	20,24%
Carlos Alberto Calado Nunes	6.749.179	6.749.179,00	50,00%
Gabriel da Silva Calado Nunes	2.009.089	2.009.089,00	14,88%
Caio da Silva Calado Nunes	2.009.089	2.009.089,00	14,88%
<b>Total</b>	<b>13.499.212</b>	<b>13.499.212,00</b>	<b>100%</b>

**Parágrafo Único.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **III. Da Consolidação do Contrato Social.** 3.1. Por fim, e em razão das deliberações acima tomadas, decidem os Sócios alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade, cuja redação, na íntegra, foi levada a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, juntamente com este Instrumento Particular de Alteração Contratual. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 100.901/26-8 em 26/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

## NEGÓCIOS

### Após embate com prefeitura, 99 desiste de lançar mototáxi em SP e foca em entregas



A empresa 99 anunciou nesta quarta-feira, 1º, que não disponibilizará mais o serviço de mototáxi na cidade de São Paulo. A informação foi divulgada pela gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Ao Estadão, a 99 informou que a empresa está focada na expansão do serviço de entrega e não há planos de lançar o serviço de mototáxi na capital paulista.

Desde 2023, a Prefeitura e as empresas Uber e 99 travam uma briga na Justiça acerca da liberação do serviço na cidade. Após o Supremo Tribunal Federal

(STF) decidir que municípios não podem proibir o mototáxi, as companhias de transporte por aplicativos anunciaram o início do serviço a partir de dezembro.

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que a Prefeitura regulamentasse o modal. A justificativa da Prefeitura para se opor ao serviço, antes da regulamentação aprovada pela Câmara, era um eventual aumento do número de acidentes em um trânsito já sobrecarregado.

99 propõe parceria com a Prefeitura

A empresa apresentou ainda, segundo a Prefeitura, um conjunto de propostas

de parceria com a gestão da capital paulista. Entre os projetos estão a instalação de pontos de apoio para motociclistas que deverão atuar como espaços de descanso e suporte para entregadores, além do oferecimento de cursos e ações sobre segurança no trânsito.

A 99 sugeriu ainda a criação de um sistema de avaliação de motociclistas com base em dados sobre aceleração, frenagem e comportamento em curvas, que pode gerar a exclusão de motoristas que não atendam aos critérios de segurança. Isto é Dinheiro

### Justiça autoriza venda da fatia da Oi na V.tal para o BTG por R\$ 4,5 bilhões

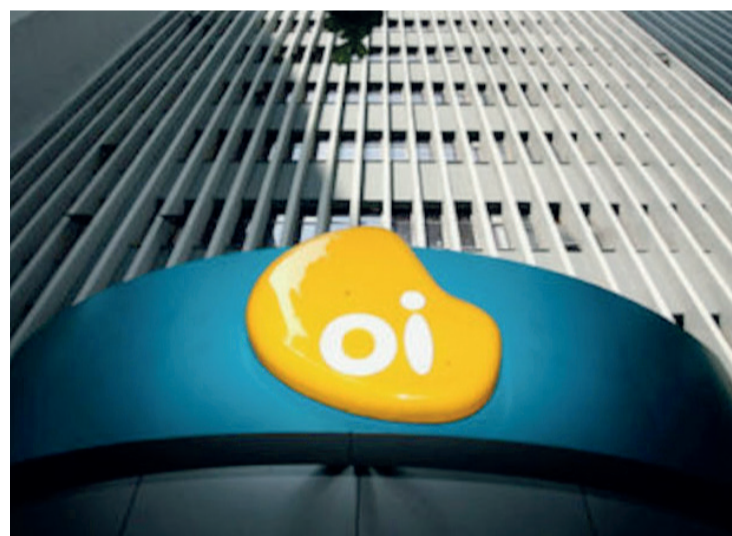
Um tribunal do Rio de Janeiro autorizou a proposta da BTG Pactual de R\$ 4,5 bilhões para comprar a totalidade da participação detida pela Oi na V.tal, informou a Oi em fato relevante enviado ao mercado na noite de quarta-feira, 1º de abril.

Segundo a Oi, o juízo de recuperação judicial considerou que a proposta apresentada é vinculante e que a retirada da mesma implicará a incidência de

multa de 50% sobre o valor da proposta.

A 7ª Vara Empresarial disse ainda, de acordo com a Oi, que a BTG Pactual não poderá realizar o IPO da V.tal pelo prazo de 24 meses.

Em março, a Oi disse ter recebido apenas uma proposta por sua participação na companhia de serviços de infraestrutura para telecomunicações V.tal, oferta abaixo do valor mínimo definido em edital. Isto é Dinheiro



### Raízen (RAIZ4) propõe converter dívida em ações, diz agência; entenda



Em recuperação extrajudicial, a Raízen (RAIZ4) apresentou aos credores detalhes do plano de reestruturação e propôs a conversão de parte da dívida em ações, de acordo com informações divulgadas pela Bloomberg. Segundo a agência, a proposta inclui a conversão de ao menos 45% da dívida em papéis da companhia.

De acordo com fontes ouvidas pela Raízen, a proposta para reestruturar US\$ 12,6 bilhões em dívidas será discutida na próxima semana, em encontros em Nova York.

Caso a conversão de dívida em ações seja aprovada, os credores da Raízen passariam a deter 70% das

ações ordinárias da companhia, considerando a precificação do papel na casa dos R\$ 0,40. A medida poderia reduzir a alavancagem da empresa para 3 a 3,5 vezes o Ebtida, em comparação com 5,3 atualmente. Este indicador mostra quanto a empresa utiliza dívida para potencializar os lucros.

Com isso, a companhia teria mais flexibilidade para discutir uma eventual separação entre a unidade de açúcar e etanol dos negócios de distribuição de combustíveis.

Ainda dentro deste cenário, os credores poderiam indicar três dos sete membros do conselho de administração da empresa, enquanto a Shell, controladora da companhia junto

com a Cosan (CSAN3), seria responsável por outras quatro indicações.

Até o momento, no entanto, a empresa não confirmou as informações divulgadas pela agência.

Recuperação extrajudicial da Raízen (RAIZ4)

No dia 10 de março, a Raízen anunciou um pedido de recuperação extrajudicial para suspender o pagamento de R\$ 65 bilhões em dívidas. Segundo a empresa, a medida foi apresentada em consenso com os credores, com o objetivo de "assegurar um ambiente jurídico estável, protegido e adequado para a negociação e implementação da reestruturação das dívidas". Giovanna Oliveira/Suno